

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**CASA DA CRIANÇA DO MORRO DA PENITENCIÁRIA: O DESAFIO DA
CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA UMA ONG**

Francielle Daniel Teixeira

Florianópolis, novembro 2010

Francielle Daniel Teixeira

**CASA DA CRIANÇA DO MORRO DA PENITENCIÁRIA: O DESAFIO DA
CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA UMA ONG**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social, orientado pela
Professora Dra. Maria Teresa dos Santos.

Florianópolis, novembro 2010

Francielle Daniel Teixeira

**CASA DA CRIANÇA DO MORRO DA PENITENCIÁRIA: O DESAFIO DA
CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA UMA ONG**

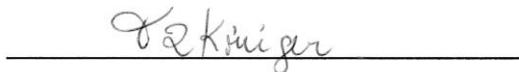
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Professora Dra. Maria Teresa dos Santos.

BANCA EXAMINADORA

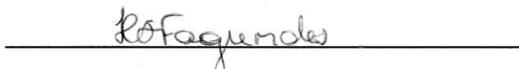
Profª Maria Teresa dos Santos (Dra)
Presidente da Banca

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'm. t. dos santos', is written over a horizontal line.

Profª. Tania Regina Krüger
Primeira Examinadora

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'T. R. Krüger', is written over a horizontal line.

Profª. Helenara Silveira Fagundes
Segunda Examinadora

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'H. S. Fagundes', is written over a horizontal line.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que esteve sempre comigo em todos os momentos da minha vida;

À Professora Dra. Maria Teresa dos Santos, orientadora deste trabalho pela atenção, disponibilidade e imenso saber compartilhado;

Aos professores, que contribuíram para minha formação acadêmica e profissional;

À Diretoria e Funcionários da Casa da Criança do Morro da Penitenciária, em especial ao Sr. Gilson, a Sra. Lourdes e a Assistente Social Veronice;

A todos os colegas do Hospital Universitário onde atuei como bolsista;

Aos colegas de turma, pela amizade, pelas experiências que juntos adquirimos, em especial à Margarete, Janaina, Caroline e Paula.

*“Não é razoável que tantos esforços sejam feitos para prolongar a vida humana, se não forem dadas condições adequadas para vivê-la.”
(Marcelo Salgado)*

SIGLAS UTILIZADAS

AEMFLO – Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis

AMMP – Associação dos Moradores do Morro da Penitenciária

ASA – Ação Social Arquidiocesana

BID – Banco Interamericano para o Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNH – Banco Nacional da Habitação

CEAS – Certificado de Entidade de Assistência Social

CEBs – Comunidades Eclesiais de Bases

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina

CESUSC – Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

CNSS – Conselho Nacional de Serviço Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

ELETROSUL – Centrais Elétricas S.A.

EUA – Estados Unidos da América

FCT – Fundação Catarinense de Tênis

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIA – Fundo da Infância e da Adolescência

FMDCA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMSS – Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

GIFE – Grupos de Institutos, Fundações e Empresas

ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis

IFAS – Instituto Figueirense de Assistência Social

INSS – Instituto Nacional de Seguro Social

IVA – Instituto Voluntários em Ação

MARE – Ministério da Administração e Reforma do Estado

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

ONG – Organização Não Governamental

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PAC – Programa de Aceleração para o Crescimento

PCS – Programa Comunidade Solidária

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PMF – Prefeitura Municipal de Florianópolis

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

RBS – Rede Brasil Sul

SESC – Serviço Social do Comércio

SMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de abordar a sustentação financeira das ONGs e o papel do assistente social na elaboração de projetos sociais e na captação de recursos junto a estas organizações. Buscou-se realizar estudos teóricos acerca da temática, identificar aspectos sobre o *terceiro setor* e as ONGs, identificar a relação entre gestão e serviço social, discutir o planejamento como instrumento utilizado pelo assistente social e apresentar a instituição Casa da Criança e seus projetos sociais. O estudo está ancorado numa análise teórico-empírica, de natureza qualitativa e de base exploratória. Com relação à coleta de dados, foi realizada por meio de uma pesquisa documental. Justifica-se a pesquisa deste tema devido ao fato de visualizar-se a busca constante pela sustentação financeira nas ONGs e que o assistente social tem um papel importante na elaboração de projetos sociais e captação de recursos, atuando no planejamento e monitoramento das ações desenvolvidas, contribuindo assim para a sustentação financeira da Instituição Casa da Criança do Morro da Penitenciária. Por fim, constatou-se que a sustentação financeira é um grande desafio para as ONGs, tendo em vista que estas organizações não têm a capacidade de autofinanciar suas atividades de forma estável. Em última análise, reafirmou-se que o papel do assistente social enquanto profissional que atua na captação de recursos se torna importante para esta Instituição, ao elaborar, planejar e implementar os projetos indispensáveis para a viabilização dos recursos.

Palavras-chave: Casa da Criança. Organizações não Governamentais. Serviço Social. Sustentação Financeira.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. Casa da Criança do Morro da Penitenciária: do trabalho pastoral a “organização não governamental”	12
1.1 A comunidade do Morro da Penitenciária.....	12
1.2 A Casa da Criança: trajetória histórica.....	17
1.2.1 Implantação: contexto de lutas por direitos.....	18
1.2.2 Mudanças na Igreja local e responsabilidade comunitária.....	22
1.2.3 A Casa da Criança em busca da estabilidade financeira (de 1997 aos dias atuais).....	24
1.3 Casa da Criança: uma organização não governamental.....	29
2. Neoliberalismo e sustentação Financeira das ONGs: o lugar do Serviço Social na Casa da Criança	34
2.1 O pensamento neoliberal e seus reflexos na política social brasileira.....	34
2.2 O contexto do terceiro setor no Brasil e a questão das ONGs.....	45
2.3 A busca pela sustentação financeira: perspectiva empresarial incorporada pelas ONGs.....	47
2.4 A sustentação financeira da Casa da Criança.....	51
2.5 O Serviço Social na Casa da Criança: ênfase na captação de recursos e gestão de projetos sociais	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE	72
ANEXOS	77

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso consiste em uma exigência do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

O tema tratado decorre de uma experiência de estágio na Instituição Casa da Criança do Morro da Penitenciária, caracterizada como uma organização não governamental, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, localizada na Rua Álvaro Ramos, 320, Servidão Casa da Criança, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina.

Este trabalho tem o objetivo de abordar o desafio da sustentação financeira das ONGs e o papel do assistente social na elaboração de projetos sociais e na captação de recursos junto a estas organizações. Buscou-se realizar estudos teóricos acerca da temática, identificar aspectos sobre o *terceiro setor* e as ONGs, identificar a relação entre gestão e serviço social, discutir o planejamento como instrumento utilizado pelo assistente social e apresentar a instituição Casa da Criança do Morro da Penitenciária e seus projetos sociais.

Justifica-se a pesquisa deste tema devido ao fato de visualizar-se a busca constante pela sustentação financeira nas ONGs e que o assistente social tem um papel importante na elaboração de projetos sociais e captação de recursos, atuando não só como executor, mas, também, ao assumir a função de gestor, no planejamento e monitoramento das ações desenvolvidas, contribuindo assim, para a sustentação financeira da Instituição Casa da Criança.

O estudo está ancorado numa análise teórico-empírica, de natureza qualitativa e de base exploratória em relação aos seus objetivos, este tipo de pesquisa proporciona maior familiaridade com o tema, com vistas a torná-lo mais explícito. Com relação à coleta de dados, foi realizada por meio de uma pesquisa documental. Segundo Gil (1991) esta se assemelha com a pesquisa bibliográfica, todavia as fontes que a constituem são documentos e não apenas livros publicados e artigos científicos divulgados, como é o caso da pesquisa bibliográfica.

Assim, o material analisado são documentos institucionais da Casa da Criança, ou seja, aqueles que não receberam ainda um tratamento analítico por nenhum autor. Os documentos escolhidos são: Estatuto Social, Planejamento Estratégico, Relatórios de atividades, Atas de reuniões da diretoria, Balancetes anuais referentes aos anos de 2007 e 2008, além dos Projetos Sociais desenvolvidos na Instituição.

Para tanto, pretende-se trazer aspectos relativos ao *terceiro setor* tendo em vista sua expansão no contexto atual. O *terceiro setor* se tornou um termo utilizado por diferentes autores para designar um conjunto heterogêneo de entidades sociais, organizações empresariais, organizações não-governamentais (ONGs) e grupo de voluntariados, atuando na prestação de serviços sociais, no desenvolvimento de projetos sócio-educativos bem como na assessoria às organizações populares em defesa dos direitos sociais. De acordo com Montaño (2002, p 56) “o termo é construído a partir de um recorte do social em esferas: o Estado (“primeiro setor”), o mercado (“segundo setor”) e a “sociedade civil” (“terceiro setor”)”.

Dessa forma, segundo Landim (apud Andrade 2006)

ONG não é um termo jurídico, pois essas entidades são registradas como Sociedades Cívis Sem Fins Lucrativos ou até como Fundações, esse termo ONG tem conotação política. Segundo a autora, as ONGs estão mais próximas do conceito de Associação, pois elas têm compromisso com a sociedade civil organizada, movimentos sociais e com a transformação social.

Assim, os termos *terceiro setor* e *ONGs*, utilizados neste trabalho, serão escritos em grifo, por se tratarem de termos divergentes quanto a sua utilização usual.

Na atual conjuntura, as *ONGs* se apresentam como constantes *parceiras* do Estado formando assim, vínculos de cooperação entre as partes no fomento e na execução das atividades de interesse público, constituindo-se também em espaço de atuação do assistente social.

No entanto, a partir do contexto neoliberal, tais organizações são chamadas a intervir nas respostas à questão social.

Nesse novo lócus de intervenção, observa-se uma modificação no tipo de atividade atribuída ao assistente social, além de executar as ações e os projetos sociais, o profissional vem ganhando outra função: requisita-se que esteja à frente dos processos de gestão, que envolve o planejamento, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas. Essa função requer um profissional habilitado em dar respostas às demandas dos usuários não só na viabilização de bens e serviços como também no cumprimento e socialização de direitos.

Assim, dado o exposto, este trabalho está dividido em duas seções. A primeira compõe-se de uma abordagem sobre a formação do Morro da Penitenciária e da trajetória da Casa da Criança.

Na segunda, seção são apresentadas algumas considerações sobre pensamento neoliberal, bem como seus reflexos na política social brasileira, reforçando o desenvolvimento do *terceiro setor*, em especial as *ONGs*. Aborda-se também o enfoque relacionado à captação de recursos financeiros que envolvem a Casa da Criança.

Para finalizar, são apresentadas reflexões sobre o trabalho desenvolvido, salientando a importância do profissional de serviço social estar à frente dos processos de gestão de projetos sociais e captação de recursos.

1. CASA DA CRIANÇA DO MORRO DA PENITENCIÁRIA: DO TRABALHO PASTORAL A “ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL”

Faz-se nesta seção, uma abordagem sobre a comunidade¹ do Morro da Penitenciária e da trajetória da Casa da Criança, Instituição de caráter assistencial, ou seja, pessoa jurídica que não possui como finalidade a obtenção de lucro e que presta serviços às crianças e adolescentes que fazem parte daquela comunidade, tendo em vista que a história da comunidade do Morro da Penitenciária se confunde em partes com a história da Instituição.

1.1 A Comunidade do Morro da Penitenciária

O Morro da Penitenciária é uma das comunidades pertencentes ao Maciço do Morro da Cruz, localizado na região central de Florianópolis e faz parte do bairro Trindade, situada na encosta leste, próxima a Penitenciária do Estado.

A comunidade é composta, na sua totalidade, por famílias migrantes provenientes, principalmente, da região do Planalto Serrano e Oeste Catarinense.

O acesso ao local pode ser feito através de três maneiras, seguindo até o final da Rua Álvaro Ramos, virando a direita na Servidão também denominada Casa da Criança, localiza-se a Instituição Casa da Criança do Morro da Penitenciária. Outra maneira é por uma escadaria que corta o Morro, construída no início dos anos 1980 por meio de um mutirão e a última é através da Rua João da Cruz Meira, uma rua íngreme onde está localizada a Creche Municipal que atende as crianças da localidade.

¹Segundo Maria Luíza de Souza “comunidade é uma área geográfica, um local de moradia, um cotidiano de relação, uma forma particular de expressão da própria comunidade. É em outros termos [...] um conjunto de grupos e subgrupos de uma mesma classe social, que têm interesses e preocupações comuns sobre condições de vivência no espaço de moradia e que, dadas as suas condições fundamentais de existência, tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns” (SOUZA, 1991: 68)

Dentro da comunidade, as casas são pequenas e modestas, não há ruas, somente ruelas que permitem chegar a todas as casas, formando assim verdadeiros labirintos. O local é bastante acidentado com trechos de difícil acesso, grande partes das moradias instaladas estão em situação irregular. Os automóveis somente têm passagem nas ruas João da Cruz Meira e Álvaro Ramos, nesta última passa o transporte coletivo.

O Morro da Penitenciária apresenta certa deficiência em fatores como educação, moradia e emprego, devido ao baixo poder aquisitivo, a falta de infra-estrutura e pouca qualificação profissional da população local. Além disso, sofre também pela ausência de saneamento básico, acesso a água encanada e energia elétrica. Outra dificuldade encontrada é a questão do lixo, pois além da grande quantidade acumulada nas ruelas e becos, o serviço de coleta seletiva só vai até o final das ruas de acesso ao Morro, ficando os moradores responsáveis por descerem até os depósitos de coleta.

Diante desse quadro, a localidade, desde o início do ano de 2010 está sendo beneficiada com obras do Programa de Aceleração para o Crescimento (PAC) do Governo Federal que prevê a sinalização e a implantação de uma rede de infra-estrutura através de obras de pavimentação, saneamento básico, prevenção em áreas de risco e mobilidade urbana para algumas comunidades do Maciço do Morro da Cruz,² dentre elas a do Morro da Penitenciária.

A formação desta comunidade data entre os anos 1950 a 1960, quando se consolida a industrialização no Brasil³, acontece um acelerado processo de

² O Maciço do Morro da Cruz consiste num grande Morro de granito disposto no sentido nortesul, na parte central do lado oeste da ilha de Santa Catarina, com cerca de 5Km de comprimento e em torno de 800 m de largura, sendo sua altitude máxima de 292m. Os assentamentos que atualmente ocupam o Maciço Central do Morro da Cruz são: Morro do Mocotó, Morro da Caixa D'água, Penhasco, Pedra do Paraíso, Tico-Tico, Chapecó, Morro do Céu, Serrinha, Carvoeira, Caieira da Vila Operária, Horácio, Mariquinha, Nova Descoberta, além de parte dos bairros do centro, Prainha, José Mendes, Saco dos Limões, Trindade, Agrônômica e Pedra Grande. (HUBNER, DAL SANTO, OLIVEIRA, 2004)

³ No Brasil, as bases da industrialização foram lançadas na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, mas é nas décadas de 1950 e 1960 que há a consolidação do processo. A ascensão de Juscelino Kubitschek a presidência em 1959, marcou o processo de industrialização inteiramente ajustado aos interesses do capital internacional, ao implantar o modelo desenvolvimentista, tendo o Estado papel central no processo de desenvolvimento econômico. Uma das medidas impostas por esse modelo foi a execução do Plano de Metas, ocupando os ramos da indústria automobilística, de material elétrico e eletrônico, de eletrodomésticos, de produtos químicos e farmacêuticos e o programa da infra-estrutura, através da construção de rodovias e de geração e distribuição de energia elétrica. Esse modelo de desenvolvimento econômico é retomado a partir do ano de 1964, durante o regime militar. (www.culturabrasil.pro.br/desenvolvimentismo.htm)

êxodo rural devido à política agrária adotada pelo governo. No Estado de Santa Catarina, famílias se deslocam para capital, Florianópolis, em busca de emprego e moradia, as famílias ocupam áreas públicas e privadas, resultando no aumento de construções em áreas consideradas irregulares em localidades periféricas naquele período histórico, como foi o caso dos moradores do Morro da Penitenciária.

Assim, sua origem data do final dos anos 1950 quando, como nos afirma Klock (1994, p.44)

Em 1957 uma mulher que residia no município de Campo Belo do Sul/SC, vem para Florianópolis, em 1957, para acompanhar seu marido que fora transferido da cadeia pública de Lages para a penitenciária de Florianópolis. Diante das dificuldades de sobrevivência desta, já que o marido cumpria pena, funcionários da penitenciária sugerem que ela vá morar na pedreira, localizada em um Morro atrás da Penitenciária, uma vez que ali era terra de ninguém, ou seja, não se conheciam os proprietários.

Por conta de uma abundante oferta de emprego no setor público e na construção civil, fruto da construção da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)⁴ e pouco mais tarde da empresa ELETROSUL⁵, esta senhora vai trazendo parentes e amigos para morar em Florianópolis. Estes começaram a ocupar a área atrás da Penitenciária do estado para construir moradias, já que não tinham qualquer fonte de recursos para comprar terrenos ou casas em regiões consideradas “nobres” da cidade. Outras famílias advindas, provenientes em sua maioria das cidades de Lages, Chapecó, Canoinhas, Curitiba, e também do estado do Rio Grande do Sul vêm morar no mesmo local, marcando um aumento considerável da população desde o início dos anos 1960 até os dias de hoje.

⁴ Pela Lei 3.849, de 18 de dezembro de 1960, foi criada a Universidade Federal de Santa Catarina, reunindo as Faculdades de Direito, Serviço Social, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas e a Escola de Engenharia Industrial.

⁵ A ELETROSUL é uma empresa subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Foi inaugurada em Florianópolis no dia 23 de abril de 1969. (<http://www.eletrosul.gov.br>)

Entre as décadas de 1970 e 1980 de acordo com Hofstadter (1995) Florianópolis começa a sofrer um inchaço populacional resultante da intensificação das migrações internas principalmente o êxodo rural.

Devido ao processo de expansão da agroindústria acompanhada da mecanização do campo, não somente em Santa Catarina como em outras regiões do país, grande parte das pessoas que viviam no campo e tinha, na agricultura, sua fonte de subsistência, tiveram que se deslocar para a capital do Estado em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Aqui chegando, foram se instalando nas encostas dos morros construindo suas moradias, porém, sem nenhuma infra-estrutura, pois o déficit habitacional da cidade fez com que os migrantes se fixassem nessas regiões periféricas, através de ocupações clandestinas.

Diante disso, houve a emergência de sujeitos sociais nunca vistos nessa realidade. Segundo Hofstadter (1995) são as comunidades de periferia que se organizavam na busca de melhoria de condições de vida, tendo como estratégia a autonomia frente aos partidos políticos e ao Estado na luta por um processo democrático. Eram compostas por 12 comunidades, entre as quais, o Morro da Penitenciária, ligadas, sobretudo aos trabalhos das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Assim, no Brasil a agitação política dos anos 1960 e 1970 devido às crises econômicas e políticas caracterizadas no regime militar e o fracasso da política de desenvolvimento dos anos anteriores fez com que estes grupos militantes da Igreja Católica, aliados as camadas populares, passassem a ver nos movimentos sociais de esquerdas uma saída, pois lutavam por mudanças sociais e políticas. Mais tarde esses grupos de religiosos e leigos envolvidos em trabalhos populares iniciaram suas primeiras experiências conhecidas como Comunidades Eclesiais de Base – CEBs.

As CEBs se espalharam no Brasil principalmente durante as décadas de 1970 e 1980, são ligadas à igreja, por isso o nome eclesiais. A ideologia religiosa que alimenta as CEBs é a Teologia da Libertação, tendência progressista da Igreja Católica, fortalecida especialmente a partir da Conferência de Medellín na Colômbia em 1968, e depois da Conferência de Puebla no México em 1979. De acordo com Scherer-Warren (1993, p.38) a Teologia da Libertação recomendou que o trabalho pastoral

devesse ser endereçado preferencialmente às pessoas oprimidas da América Latina (os pobres, as mulheres, as crianças e os jovens) e organizado como meio de conscientização e luta.

Nesse sentido, a Igreja Católica constitui-se neste período num grande espaço político de organização e participação das classes populares, principalmente a ala mais progressista que se orienta pela Teologia da libertação, como agência formadora de lideranças que atuavam nos movimentos sociais e nos partidos políticos de esquerda.

Assim, no ano de 1983, a comunidade do Morro da Penitenciária começa a ter contato com a UFSC através do curso de Serviço Social. As estudantes nesta época que acompanhavam um grupo de jovens juntamente com o frei da Paróquia da Trindade tiveram interesse em iniciar um trabalho de comunidade, segundo Lahorgue (1990) o serviço social passava por questionamentos quanto ao papel da profissão na sociedade⁶.

A partir de então, o grupo passou a realizar estágio junto a Paróquia da Trindade. O grupo de estagiárias começou a desenvolver trabalhos no Morro da Penitenciária, contando com o apoio na época, do pároco Frei Luiz Witiuk, este com visão progressista, tinha a perspectiva de levar a população local a participar das decisões e usufrutos dos bens sociais.

Dessa forma, a Construção da Capela, a Associação de Moradores, a Casa da Criança bem como a luta por água e esgoto, foram às grandes reivindicações dos moradores e líderes comunitários nesta época que inspirado pelo ideal das CEBs contaram também com a participação do serviço social.

Assim, em 1984, a recém-formada Ilda Lopes foi contratada pela

⁶ O profissional do Serviço Social busca no final da década de 1970 e início da década de 1980, novas práticas para atender camadas populares. Iniciam-se novas discussões em relação à formação profissional, currículo e a questão metodológica (Iamamoto, 2004). Devido às pressões sociais e demandas dos setores populares, numa conjuntura marcada pelo agravamento das desigualdades sociais e pelo agravamento da Questão Social em toda a América Latina, setores da categoria profissional dos assistentes sociais foram impulsionados a um notável movimento de renovação da profissão denominado Movimento de Reconceituação. Com o objetivo de retomar e aprofundar a proposta crítica, alguns segmentos profissionais do Serviço Social promoveram um debate ampliado acerca da dimensão político da profissão e de seu compromisso com a população usuária, no intuito de romper com a suposta neutralidade da ação profissional, até então concebida. O Movimento de Reconceituação pautou-se numa perspectiva dialética, no sentido de fortalecer a prática institucional do Serviço Social, articulada à organização dos movimentos populares, admitindo-se assim a contraposição dos objetivos profissionais com os institucionais.

Paróquia da Trindade, dando continuidade ao trabalho no Morro da Penitenciária. Especialmente com dois grupos de crianças. Neste contexto e com este trabalho comunitário que surge à Casa da Criança, tendo em vista a preocupação da assistente social, dos moradores e líderes comunitários quanto à segurança das crianças que ficavam sozinhas em suas casas ou nas ruas enquanto seus pais trabalhavam.

Diante dos problemas enfrentados pelos moradores do Morro da Penitenciária, o Pároco Frei Luis Witiuk, leva para visitar a comunidade o provincial do Paraná e Santa Catarina e o Definidor Geral da Ordem dos Capuchinhos⁷, para junto à população definirem um local para que as crianças pudessem estudar, brincar e aprender a valorizar sua cultura. (KLOCK, 1994).

1.2 A Casa da Criança: trajetória histórica

No período de 1986 a 1987, várias reuniões foram realizadas entre a Paróquia da Trindade e os moradores do Morro da Penitenciária, para elaborar um projeto e levantar o material para construção da Casa da Criança. O terreno escolhido, como coloca Klock (1994), foi num “chapadão” dentro das terras da Penitenciária do Estado, conquistado depois de muita mobilização da comunidade e confronto com o Governo do Estado⁸. Em janeiro de 1987 a Penitenciária cedeu o terreno. Em 14 de março de 1988, a Casa da Criança é inaugurada.

Assim, ao longo da sua existência podemos dividir a trajetória da Casa da Criança em três momentos distintos: o primeiro momento corresponde ao período de 1988 a 1990, o segundo momento, a meados de 1990 a 1996 e o terceiro momento compreende ao ano de 1997 até os dias atuais.

⁷ Os Freis Capuchinhos são de uma ordem fundada por São Francisco de Assis e as raízes da ordem se encontram em Sabóia, na França, no Brasil vieram e implantaram-se no Rio Grande do Sul em 1896.

⁸ Nesta época quem governava o estado de Santa Catarina era Esperidião Amin, este assumiu no ano de 1983, ficando no cargo até o ano de 1987.

1.2.1 Implantação: contexto de luta por direitos

O primeiro momento compreende os anos de 1988 a 1990. O então pároco frei Witiuk apoiou integralmente os trabalhos realizados no Morro da Penitenciária. Nesta época, os recursos utilizados pela Casa da Criança eram disponibilizados pelo trabalho social da Paróquia da Trindade, que contava com apoio de órgãos públicos como a Fundação Nacional do Menor – FUNABEM⁹ (ROSSI, 1995).

Nesse período de construção da Casa da Criança, a coordenadora da Ação social Arquidiocesana de Florianópolis¹⁰ solicitou a assistente social uma reunião, na qual foi passada uma lista de entidades religiosas internacionais para as quais poderiam ser enviados projetos para a obtenção de recursos para a construção dos prédios. Além disso, a presidente da FUNABEM, em reunião com a assistente social, solicitou um projeto e garantiu verbas para a Instituição. (LAHORGUE, 1990). Na época a FUNABEM apoiava experiências comunitárias.

Logo, esses contatos atingiram resultados, o arcebispado de Florianópolis doou todos os tijolos para a obra, a FUNABEM disponibilizou todo o equipamento, desde máquinas a copos, pratos e talheres e Paróquia da Trindade arrecadou dinheiro através de festas beneficentes para a compra dos materiais. O dinheiro recebido do projeto enviado ao exterior foi utilizado para a compra de alimentos e pagamento de demais funcionários. Nota-se com isto, que desde o início, a Casa da Criança vem desenvolvendo projetos de

⁹ Em 1º de dezembro de 1964, ano do golpe político que deu início a Ditadura Militar, foi criada a Fundação Nacional do Bem Estar do menor (FUNABEM). Substituta do SAM (Serviço Nacional de Atendimento ao Menor) criado em 1941 durante o Governo de Getúlio Vargas. A FUNABEM foi um órgão normativo que tinha a finalidade de criar e implementar a “Política do Bem-Estar do Menor”. A nível estadual foram criadas as FEBENS, órgãos executivos responsáveis pela prática orientada pela FUNABEM, através do atendimento direto das crianças e adolescentes, nessa época denominados de menores. A FUNABEM propunha-se a ser uma grande instituição de assistência à infância, cuja linha de ação tinha na internação, tanto dos abandonados como dos infratores, seu principal foco. (Rizzini, 1996)

¹⁰ A Arquidiocese de Florianópolis (*Archidioecesis Florianopolitana*) é uma circunscrição eclesial da Igreja Católica no Brasil. É a Sé Metropolitana da Província Eclesial de Florianópolis. Pertence ao Conselho Episcopal Regional Sul IV da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A sé é a Catedral Metropolitana de Florianópolis e está na cidade de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, Brasil. (www.arquifln.org.br)

captação de recursos como alternativa de fortalecimento das suas receitas orçamentárias.

Assim, segundo Rossi (1995) os projetos desenvolvidos pela Casa da Criança foram enviados em nome da Paróquia da Trindade, pois era necessário que uma instituição tivesse três anos de funcionamento para ser registrada no Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS) como pessoa jurídica. Além disso, a condição de pessoa jurídica era uma exigência para poder receber recursos da FUNABEM e de entidades do exterior, dessa forma, ficando a Casa da Criança vinculada à Paróquia da Trindade (ROSSI, 1995).

Em data mais recente, a organização paroquial assumiu a responsabilidade sobre uma série de serviços sociais: mantendo a preocupação espiritual e transformando os ganhos materiais de festas em obras de comunhão e de amor cristão. (www.paroquiadatrinidade.com)

Além da Casa da Criança, a Paróquia da Trindade também desenvolve trabalhos sociais com crianças e adolescentes junto a outras instituições como a Casa São José e a Creche São Francisco de Assis, ambas localizadas na comunidade da Serrinha, pertencentes ao Maciço do Morro da Cruz.

A Casa da Criança no seu início desenvolvia um trabalho sócio-pedagógico junto a 110 crianças e jovens, o projeto continha atividades como estudo, reflexão sobre a realidade, trabalho e lazer. Conforme Rossi (1991), esse tipo de trabalho vinha sendo desenvolvido pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua em diversas cidades do país e que de certa forma dava as diretrizes para os trabalhos realizados na Casa da Criança.

Nesta perspectiva, compreender o cenário de implantação da Casa da Criança implica contextualizar o cenário de lutas no país naquele período histórico.

A luta pelo direito das crianças e adolescentes tem como marco histórico importante o final da década de 1970 e início da década de 1980, quando diversas iniciativas da sociedade civil em todo o país começaram a se voltar para as crianças e jovens em situação de rua.

Em meados da década de 1970, setores progressistas da Igreja Católica, especificamente da Pastoral do Menor, iniciam uma série de debates e mobilizações que vieram fortalecer e dar o impulso necessário a um movimento que percebia então que, para além de

uma situação de miséria e violência que atingia à maioria da população infantil brasileira, a discriminação encontrava-se dentro da própria estrutura legal. (BARRÍA MANCILLA, 2007)

O visível aumento no número de crianças e adolescentes nas ruas das cidades de fato é consequência do quadro de pobreza absoluta vivido por um grande contingente de famílias brasileiras durante a vigência do modelo econômico caracterizado pelo desenvolvimento nas telecomunicações e na indústria de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, prédios de luxo e mansões financiados pelo BNH) que eram voltados principalmente para a classe média e superior.

Este modelo foi imposto ao país durante o período da ditadura militar, um momento da política brasileira em que os militares assumiram o governo do país. O Regime Militar foi instaurado pelo golpe de Estado de 31 de março de 1964. Estende-se até o final do processo de abertura política, em 1985. Suas características principais foram a falta de democracia, a restrição dos direitos constitucionais, a censura, a perseguição política e a repressão aos que eram contra este regime.

Assim, devido ao grande número de crianças e adolescentes nas ruas, surge uma nova etapa de luta política pelos seus direitos através de programas envolvidos com o tema como o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, iniciado em 1985 na cidade de São Bernardo do Campo- São Paulo, um importante centro sindical do país.

Este movimento tinha o propósito de lutar por direitos de cidadania para a infância e a juventude. Segundo Gohn (1997, p. 119) o movimento foi composto por pessoas e instituições envolvidas em programas alternativos de atendimento voltados as crianças e adolescentes de rua. Além disso, tem sua origem na mobilização das classes populares advindas com a CEBs e reforçado através das pastorais, especialmente a Pastoral do Menor.¹¹

¹¹ A Pastoral do Menor é uma das pastorais sociais que, sob a coordenação da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) tem como missão a “promoção e defesa da vida da criança e do adolescente empobrecido e em situação de risco, desrespeitados em seus direitos fundamentais”. A Pastoral do Menor foi fundada na cidade de São Paulo, no ano de 1977. A partir de 1982, com a realização das Semanas Ecumênicas em São Paulo, esta organização foi ganhando força e se enraizando em outras cidades e estados brasileiros. Em 1987, com a Campanha da Fraternidade da CNBB, que trazia como tema “A Fraternidade e o

Portanto, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua possibilitou a organização e tomada de consciência da situação de exploração e dominação em que eram submetidas às crianças e os adolescentes nesta época.

No entanto, é importante destacar que a situação da infância e da juventude não pode ser desvinculada do contexto em que o Brasil se encontrava. O final dos anos de 1980 representa uma mudança política e uma crise econômica na sociedade brasileira. Em 1984 a população e os partidos políticos de oposição à ditadura militar saem às ruas na luta por eleições diretas para presidência da república, que só veio a acontecer em 1989 com a eleição de Fernando Collor de Melo que assumiu a Presidência do Brasil no período de 1990 a 1992 pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

A década de 1980 permitiu que a retomada da democracia no país se tornasse uma realidade. Isto se concretizou com a promulgação, em 1988, da Constituição Federal. Para os movimentos sociais pela infância brasileira, a década de 1980 culminou em importantes conquistas. A organização de grupos voltados à infância era basicamente de dois tipos: os menoristas que defendiam a manutenção do Código de Menores, que se propunha a regulamentar a situação das crianças e adolescentes que estivessem em situação irregular (Doutrina da Situação Irregular) e os estatutistas que defendiam uma grande mudança no código, estabelecendo novos e amplos direitos às crianças e aos adolescentes, que passariam a ser sujeito de direitos e a contar com uma política de proteção integral. (LORENZI, 2007)

Além disso, nesta mesma década, presencia-se também um forte debate sobre a garantia dos direitos sociais mobilizados pela sociedade civil, como resultado disso, como acima mencionado, o país conquista uma nova Constituição, promulgada em 05 de outubro de 1988, estabelecendo os direitos da criança e do adolescente como prioridade absoluta.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência,

discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, art. 227.1988)

Conquistada a vitória na Constituição, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, juntamente a outros movimentos sociais se organizam para pressionar o Congresso Nacional a aprovar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Depois de muitas negociações e debates, o ECA foi sancionado pelo Presidente da República Fernando Collor de Melo, por meio da lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

Esta conjuntura marca então o momento de implantação do trabalho social desenvolvido na Casa da Criança.

1.2.2 Mudanças na Igreja local e responsabilidade comunitária

O segundo momento da Casa da Criança corresponde a meados de 1990 a 1996. Este período é marcado pela disseminação da política neoliberal no Brasil, (temática que será abordada na seção seguinte) com o desencadeamento de um acirrado processo de privatização das empresas estatais, o Plano real para a estabilização da economia e uma política em que partes dos serviços sociais que competem ao Estado são assumidas pelas ações das *ONGs*.

O “Plano Real” consistiu em uma combinação de abertura comercial e liberalização financeira, simultâneas ao estabelecimento de uma taxa de câmbio sobrevalorizada, utilizando o recurso às importações baratas como elemento de força contra eventuais pressões inflacionárias internas nos setores de bens comercializáveis internacionalmente. Ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma taxa de câmbio sobrevalorizada penalizava o setor exportador nacional.

Dos acontecimentos mais próximos à Casa da Criança, nesse período tem-se a substituição do Frei Witiuk por outro Pároco, que detinha uma compreensão completamente distinta, em relação ao trabalho social, pois este

novo pároco possuía a inspiração religiosa acentuadamente conservadora da Igreja Católica, conservadorismo este que reinterpreta e enfatiza a vida moral como seguimento de Cristo.

Logo muitos conflitos começaram a surgir entre o representante da Igreja Católica local e os moradores do Morro da Penitenciária. Houve uma reflexão sobre um possível desligamento da Casa da Criança e a Paróquia da Trindade, porém após muitas discussões é feito um contrato onde a Paróquia passa todos os bens materiais da Casa da Criança para a Associação de Moradores e Comissão de Pais do Morro da Penitenciária. (KLOCK, 1994).

Assim, a direção da Instituição Casa da Criança passa a ser, portanto, de responsabilidade total das lideranças comunitárias, que elegem sua diretoria em 1991. A primeira tarefa da Diretoria empossada foi a reformulação do Estatuto Social da Casa, de acordo com seus objetivos e interesses.

Em meados de 1990, esta Instituição viveu uma crise financeira por não ter verba suficiente para cobrir seus gastos. De acordo com Klock (1994, p.59) a verba recebida do exterior havia sido suspensa desde agosto de 1989 e a verba da FUNABEM trimestral cobria apenas a alimentação de um mês. Assim, nesse período, financeiramente a Casa da Criança viveu momentos de muita instabilidade, ora com recursos financeiros que lhe possibilitam momentos mais tranquilos, ora com situações de extrema dificuldade para manter os trabalhos e pagar os funcionários. A situação foi se agravando, chegando ao ponto de ser fechada por três dias.

A nova diretoria nesse período teve que trabalhar intensamente na promoção de bingos, festas, doações e até a distribuição de carnês de pagamentos aos trabalhadores voluntários. Assim, depois de muito trabalho a instituição foi reaberta. (KLOCK, 1994).

1.2.3 A Casa da Criança em busca da estabilidade financeira (de 1997 aos dias atuais)

O terceiro momento inicia-se em 1997 até os dias atuais. Em 1997, depois de um ano de profunda crise financeira, pedagógica e de coordenação a Casa da Criança consegue se equilibrar financeiramente, através de apoio da Prefeitura Municipal de Florianópolis, via Secretaria da Educação (com recursos para merenda escolar e cessão de quatro professores de ensino fundamental) e Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, Departamento de Desenvolvimento Social e Fundo Municipal de Assistência Social.

Em 1998 a Instituição passa por uma profunda avaliação, os programas são revistos, a diretoria e educadores refletem seus trabalhos, objetivos, perspectivas futuras e seu papel social na comunidade. No ano seguinte (1999) o resultado deste processo de avaliação e revisão do trabalho é identificado através do número de crianças e adolescentes matriculados, que passaram a freqüentar assiduamente a Instituição.

No período de 2000 a 2002, a Casa da Criança começa novamente uma fase financeira difícil, pois faltam recursos, alimentos e instalações adequadas. Diante desse quadro, a diretoria da Casa da Criança e a Associação de Moradores do Morro da Penitenciária (AMMP) procuraram a Paróquia da Trindade, para que esta voltasse a assumir novamente a instituição, pois a mesma estava prestes a fechar definitivamente.

Após o conhecimento da situação, a Paróquia da Trindade passou a trabalhar no sentido de eleger uma nova diretoria, com o conseqüente pedido de demissão da existente, o que veio a acontecer em 22 de março de 2001. A partir de então a presidência da Casa da Criança ficou a cargo do frei responsável pela Paróquia, que por procuração, passa o comando da Instituição para o vice-presidente da Casa.

Assim, uma das primeiras ações da nova diretoria foi a manutenção e recuperação das instalações que passou a ser uma constante, devido aos contatos que a nova diretoria estabeleceu com empresas e pessoas interessadas em contribuir com os trabalhos realizados na Instituição.

Logo, a Casa da criança recebeu doações em dinheiro e materiais para a ampliação do espaço físico com a construção do prédio da administração, a construção dos banheiros para as crianças e adolescentes, o melhoramento do terreno com a cobertura e a pavimentação, as instalações das tubulações de água que se encontravam abertas e a construção do muro de arrimo de contenção aos barrancos.

O trabalho realizado pela diretoria rendeu à Casa da Criança no ano de 2001, o reconhecimento da Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis (AEMFLO) ¹² com o recebimento de um troféu como destaque na qualidade do atendimento social dispensados às crianças e adolescentes da comunidade do Morro da Penitenciária.

No ano de 2005, a Casa da Criança inaugura seu prédio novo onde funciona, hoje, a administração, a sala dos professores e a sala de reuniões, o auditório multifuncional, a sala de artes, a sala de informática e uma sala de dança. Com isso, a busca no atendimento às crianças foi bastante grande, foram contratadas 4 (quatro) professores de séries iniciais com carga horária de 40 h a partir do convênio celebrado com a Prefeitura, além de uma orientadora pedagógica, um assistente administrativo, uma cozinheira. A Casa passou a contar ainda com o trabalho de voluntários do Instituto Voluntários em Ação (IVA)¹³.

Nesta fase já se percebe uma nova perspectiva de gestão na Casa da Criança. Apesar de a Instituição estar ligada ao trabalho social desenvolvido pela Paróquia da Trindade, é regida por estatuto e diretoria próprios, além disso, possui registro na Secretaria da Receita Federal, obtendo assim o documento de Pessoa Jurídica – CNPJ, o que lhe garante a plena capacidade

¹²A Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis, designada pela forma abreviada de AEMFLO é uma associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos. A AEMFLO é oriunda e sucessora da Associação Empresarial do Distrito Industrial de São José – AEDIS, fundada em 07 de junho de 1984. Tem por finalidade o incentivo à prática do associativismo empresarial promovendo atividades de caráter social, cultural, educacional, cívico, desportivo e recreativo, bem como prestar serviços assistenciais visando melhorar a qualidade de vida dos seus associados e respectivos dependentes, colaboradores e representantes. (Estatuto Social AEMFLO, aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 04 de outubro de 2007) (www.aemflo-cdlsj.org.br/index.php?...id...)

¹³ O IVA (Instituto Voluntários em Ação) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos que, através de parcerias, trabalha na intermediação, recrutamento e capacitação de organizações e voluntários. (www.voluntariosemacao.org.br)

de contratar, empregar, abrir conta bancária, estando, portanto, sujeita a direitos e obrigações. Assim, seu estatuto a define como

uma associação civil pluralista, autônoma e independente de qualquer instituição partidária, governamental ou religiosa, podendo estabelecer parceria ou convênio com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e delas receber quaisquer tipos de doações que venham a atender às finalidades e não fira o seu caráter autônomo. (ESTATUTO DA CASA DA CRIANÇA, 2004).

Diante das informações presentes no seu estatuto, a Casa da Criança possui uma configuração bastante peculiar, mesmo apresentando-se como autônoma e independente de qualquer instituição, em diversos momentos de sua trajetória, mostrou-se e ainda permanece vinculada ao trabalho social da Paróquia da Trindade, tendo como presidente o pároco, embora quem assuma a função executiva seja o vice-presidente da Casa que é nomeado pela mesma. Contudo, em termos financeiros, a Instituição possui total autonomia sobre suas receitas para realização de seus projetos, aquisição de bens e serviços como também pagamento de funcionários.

A Casa da Criança, enquanto entidade pública possui registro municipal conforme Lei nº 3.608 de 05/09/1991; Utilidade Pública Estadual, conforme Lei nº 8.372 de 11/10/1991; Utilidade Pública Federal, conforme Portaria nº 1097 do Ministério da Justiça 19/09/2002. Além disso, possui registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), nº. 010/2002; no Conselho Municipal de Assistência Social, nº. 093/2001; no Conselho Nacional de Assistência Social sob processo 28995.001249/94-78 e Certificado de Entidade de Assistência Social (CEAS), Filantropia nº. 0081/2004.

Estes registros são necessários para que a instituição possa usufruir dos benefícios a elas destinados, como a isenção de taxas e contribuições, mediante apresentação de certificados, dentre estes, a apresentação do certificado de Entidade de Assistência Social – CEAS, pelo qual a Casa da Criança possui a isenção da cota patronal do INSS. Além disso, a declaração de Utilidade Pública possibilita a Instituição receber a dedutibilidade do Imposto de Renda de empresas (Pessoa Jurídica), subvenções, doações, isenções entre outros benefícios do Governo.

A Instituição tem como missão intervir na realidade social, buscando a inclusão e conscientização dos direitos básicos das crianças e adolescentes residentes na sua área de atuação, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e democrática e tem como objetivos:

Possibilitar o desenvolvimento de crianças e adolescentes provenientes da comunidade do Morro da Penitenciária em período alternado a escola regular, no enriquecimento das potencialidades e assegurando o aprendizado sócio-educativo e cultural; Oportunizar a formação da personalidade das crianças e adolescentes, oferecendo situações de aprendizagem que destaquem os valores éticos e sociais voltados para o cultivo da vida; Estimular a participação, o desenvolvimento de competências e habilidades para vida social e resolver problemas do cotidiano, agregando novos conhecimentos. (ESTATUTO SOCIAL CASA DA CRIANÇA, 2004)

Recentemente, a Casa da Criança realiza seu trabalho junto a 120 crianças e adolescentes de faixa etária entre 6 e 17 anos que freqüentam a instituição em período alternado a escola regular, num trabalho de caráter sócio-educativo. Seu funcionamento está fundamentado no seu Estatuto Social, nas deliberações das reuniões da Diretoria, reuniões de planejamento da equipe e nos processamentos cotidianos para o desenvolvimento de suas atividades.

A administração é realizada por uma diretoria executiva voluntária. Esta diretoria é eleita em Assembléia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos. Assim, compete exclusivamente à diretoria, através de seu presidente a deliberação sobre a celebração de convênios, aquisição de bens móveis e imóveis, reformas e sobre questões relacionadas com a administração de pessoal. (ESTATUTO DA CASA DA CRIANÇA, 2004).

Quanto aos recursos humanos, a Casa da Criança, no ano de 2010, conta com os seguintes profissionais: 1 (uma) coordenadora pedagógica; 1 (um) Auxiliar Administrativo; 1 (uma) Assistente Social; 1(uma) bibliotecária; 1 (um) Instrutor de Informática; 1 (um) professor de Capoeira, 1(uma) cozinheira responsável pelo preparo de todas as refeições; 1(uma) auxiliar de limpeza que também auxiliar na cozinha e 1 (um) auxiliar de serviços gerais, responsável

pela manutenção e reparos da área externa. Assim, totalizando 9 (nove) funcionários contratados pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

Além destes profissionais, a Instituição conta também com estagiários de diversas áreas e os professores cedidos pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (PMF), geralmente com o pedido de 4 (quatro) professores licenciados, pelo menos 2 (dois) de series iniciais e 1 (um) de educação física.

A Casa da Criança tem recebido através do Programa Segundo Tempo do Ministério dos Esportes 2 (dois) bolsistas, estes auxiliam os professores nas atividades desenvolvidas. Por fim, conta também com voluntários que auxiliam nos trabalhos realizados pela Instituição.

A Casa também busca apoio com as organizações governamentais, privadas e do *terceiro setor* como forma de manter a continuação de seus projetos e seu pleno funcionamento, buscando assim, auto-sustentabilidade.

No período de 2005 a 2009, a Instituição obteve apoio de natureza governamental nos seguintes órgãos: Banco do Brasil, que contribuiu com doações de roupas; Caixa Econômica Federal, com doações de alimentos; ELETROSUL, doação em recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos sociais; Ministério da Cultura, Projeto ponto de Cultura - Recursos financeiros para aquisição de equipamentos e pagamento dos professores (informática, capoeira, dança e canto) e Doação de livros, computadores e recursos financeiros; Prefeitura Municipal de Florianópolis – Convênios com as Secretarias Municipais de Educação de Assistência Social, cedendo quatro educadores e recursos financeiros (subvenções) para a alimentação, materiais pedagógicos e materiais para manutenção; Projeto Segundo Tempo, Estagiários de Educação Física; Receita Federal, Doações em mercadorias apreendidas para realização de bazares; Secretaria Estadual da Cultura, Turismo e Esporte, com o Prêmio Pontinho de cultura; Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC, estagiários; Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Estagiários de Odontologia e Serviço Social sendo este último remunerado com recursos da Casa da Criança, Fundação Catarinense de tênis (FCT), oferece prática de Tênis às crianças e adolescentes atendidas pela instituição. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL CASA DA CRIANÇA, 2008)

As empresas que apoiaram a Casa da Criança durante esse mesmo período foram: Academia Racer, vagas para prática de natação e musculação; CESUSC, estagiários de Psicologia não remunerados; Criag – Propaganda e Marketing, Criação do folder e logomarca da instituição; Help Emergências Médicas, assistência médica emergencial; Padaria Michel, doação e permuta de pães; SESC Mesa Brasil, doação de alimentos; Supermercado Angeloni, doação em alimentos; Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, estagiários. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL CASA DA CRIANÇA, 2008)

Dentre às instituições não governamentais e do *terceiro setor* que apoiaram a Instituição, estão: a Ação Social Arquidiocesana (ASA), que disponibilizou recursos financeiros para a aquisição de equipamentos e materiais; Paróquia da Trindade, que fornece o transporte às crianças e adolescentes e local para a realização de eventos beneficentes; Fundação C&A, doação de roupas; Instituto Voluntários em Ação que forneceu voluntários para as oficinas e curso de capacitação; Missionszentrale der Franziskaner, da Alemanha, doação em recursos financeiros para construção do prédio da administração; OAB Cidadã, assessoria jurídica; Projeto Paint a future, recursos financeiros; IFAS – Instituto Figueirense de Assistência Social, doação de equipamentos esportivos e alimentos; ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis, assessoria técnica – Projeto fortalecer com criação do PDI da Casa da Criança e cadastro da mesma no Portal Transparência das ONGs; Fundação Catarinense de Squash, Oferece aulas de squash para as crianças e adolescentes; Fundação Maurício Sirotsky sobrinho – Portal Social RBS, Recursos financeiros para a manutenção de projetos e pagamento de despesas fixas.

1.3 Casa da Criança: uma organização não governamental

Dado o exposto, a Casa da Criança do Morro da Penitenciária constitui-se como uma *Organização Não Governamental – ONG*, que surgiu a partir de um processo de organização popular instalado no Morro da Penitenciária

desde o ano de 1983, numa época de ascensão dos movimentos sociais comunitários apoiados pela ala progressista da Igreja Católica. Portanto, a realidade que proporcionou o projeto de implantação da Instituição foram os processos de exclusão social, cultural e econômica em que eram submetidas às crianças e adolescentes do local.

No Brasil, o termo *ONG* segundo Landim (1993) emerge na década de 1980 para identificar um conjunto de entidades que foram se formando a partir dos anos de 1970, num contexto de emergência dos movimentos de educação popular com grande participação da Igreja Católica e dos movimentos culturais estudantis.

Embora não se tratassem de instituições formais, realmente constituídas, muitas dessas *ONGs* enquanto organizações da sociedade civil lutavam em torno de questões do cotidiano, contra o autoritarismo, a carestia e junto a novos movimentos sociais, como por exemplo, o movimento feminista e o movimento de negros, entre outros (SCHERER-WARREN, 1996).

Nos anos de 1980, após a redemocratização do país, o campo das *ONGs* se amplia e as organizações da sociedade civil reorientam-se em direção a redes mais amplas de pressão e resistência. Neste momento, as *ONGs* buscam novas formas de articulações e atuação.

O campo das *ONGs* consolida-se na década de 1990, estas passaram a ser submetidas à outra lógica. Se na década de 1970 estas se associavam aos movimentos sociais, nos anos de 1990 estas passaram a priorizar trabalhos em “parceria” com o Estado e/ou empresas; exaltando o fato de atuarem sem fins lucrativos.

Desta forma, como já citado anteriormente, a Casa da Criança, desde sua implementação, busca recursos financeiros através da Igreja, se formando a partir de uma mobilização comunitária inspirada nas CEBS que lutavam por melhores condições de vida no espaço urbano além da preocupação com as crianças e adolescentes, quanto a segurança destas que passavam parte do seu tempo nas ruas sem dispor de um local seguro, que desempenhassem consigo um trabalho sócio-educativo e conforme já visto, foi com base neste contexto histórico da época que criou-se a Casa da Criança.

Além disso, na década de 1990, as *ONGs* aumentaram seu grau de importância, principalmente devido ao avanço das políticas neoliberais, que as

colocaram em evidência. O desmonte do Estado através dos processos de privatização das empresas estatais e terceirização dos serviços públicos fizeram com que o projeto neoliberal fosse adotado pelo Brasil. Esta ideologia neoliberal propunha uma reforma do Estado, com redução nos gastos públicos, principalmente na área social.

A agenda das reformas foi introduzida por Collor de Mello, embora seus primeiros resultados tenham sido tímidos, com apenas algumas privatizações e muito alvoroço em relação ao servidor público, considerado o principal responsável pelos problemas do Estado. (SOUZA E CARVALHO, 1999)

Foi somente no governo de Fernando Henrique Cardoso que o tema foi visto como condição essencial para o crescimento e a continuação da estabilização econômica. Assim, neste governo foi constituído um Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), órgão responsável pelo processo de reformulação do Estado. A partir de então, busca-se um novo modelo econômico fundamentado no neoliberalismo, sobretudo a partir das recomendações feitas ao Brasil pelo *Consenso de Washington* que ocorreu no início da década de 1990, onde o FMI e o Banco Mundial, reunidos em *Washington* sugeriram algumas medidas econômicas e políticas para a América Latina com o objetivo de ultrapassar o seu “subdesenvolvimento” e atraso econômico, medidas estas atreladas ao neoliberalismo econômico, que consistiam na rigorosa disciplina de redução fiscal dos gastos públicos, reforma tributária de juros e câmbio de mercado, abertura comercial de investimentos estrangeiros e privatização de estatais. (MARQUES apud CISLAGHI, 2010)

O debate nesta época girava em torno da distinção entre as funções exclusivas e não exclusivas do Estado. Como solução inicial foi enfatizada a racionalização dos recursos fiscais, através de abertura dos mercados, privatizações, etc, que foi iniciado e levado a cabo pelo governo federal.

Quanto às orientações das políticas sociais foram permeadas pela redução dos recursos, pela descentralização participativa e pela focalização

dos serviços públicos¹⁴. Além destas, deve-se ressaltar também a idéia de terceirização de serviços públicos para a iniciativa privada e para as ONGs.

A conjuntura econômica provoca alterações na dinâmica dessas organizações, que passam a ser patrocinadas também pela iniciativa privada, dentro dos chamados programas de responsabilidade social. De acordo com Acioli (2008, p.12) “temos ainda o caso de diversas ONGs que recebem financiamento por parte de empresas e bancos para realização de seus projetos sociais”.

Hoje, as ONGs contam com recursos públicos e privados que possibilitam a prestação de serviços a seu público-alvo. Montaño (2003, p.237) confirma que estas organizações “passam a se relacionar com o Estado (e até, em muitos casos, com as empresas) como *parceiros*.”

Existe atualmente uma polêmica na literatura nacional sobre o papel que vem desempenhando o chamado *terceiro setor*, mais especificamente as ações das ONGs no Brasil.

Estamos tratando de um amplo conjunto de organizações e iniciativas privadas sem definição clara, que presta serviços sociais e assumem finalidades públicas. Na prática, um conjunto heterogêneo, agrupado de modo impreciso [...] É que numa clara adesão às teses neoliberais do Estado mínimo, os financiamentos públicos a tais entidades configuram-se como subsídios, em troca de serviços prestados em um contexto caracterizado pela omissão quanto ao efetivo controle da qualidade destes serviços. (YASBEK, 2000, p.15)

Portanto, não há ainda um consenso desse entendimento, mas de forma geral os questionamentos são muitos, especialmente sobre o seu financiamento e na influência destas organizações no investimento do Estado, que passou a deslocar suas ações no âmbito da proteção social para a esfera privada, porém, com ações de finalidade pública.

Diante disso, a emergência do *terceiro setor* está orientada pelos postulados do neoliberalismo que reduz o papel do Estado fazendo com que desloque parte de seu papel enquanto executor de políticas sociais para o âmbito deste *setor* em especial para as ONGs. Estas por sua vez, se

¹⁴ Sobre a focalização dos serviços públicos, ver VIEIRA, E. Os direitos e a política social. São Paulo: Cortez, 2004.

encontram no âmbito não governamental e expandem suas ações para outros domínios. Assim, surgem novos elementos de enfrentamento da Questão Social.

2. NEOLIBERALISMO E SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA DAS ONGs: O LUGAR DO SERVIÇO SOCIAL NA CASA DA CRIANÇA

Esta seção propõe-se a abordar a temática que gira em torno do pensamento neoliberal, bem como seus reflexos para a política social na sociedade brasileira, reforçando o desenvolvimento do *terceiro setor*, em especial as ONGs. Este pensamento neoliberal ocasionou as ONGs características utilitaristas, baseadas numa lógica de natureza empresarial que auxilia a sobrevivência destas organizações. Aborda-se também o enfoque relacionado à captação de recursos financeiros que envolvem a Casa da Criança do Morro da Penitenciária.

2.1 O pensamento neoliberal e seus reflexos na política social Brasileira

Para que se possa compreender todo o contexto que envolve o *terceiro setor*, em especial as ONGs, é necessário que se faça uma breve retrospectiva histórica, sobre o pensamento neoliberal e seus reflexos no mundo e para a política social brasileira. Pois, torna-se essencial esta análise para as discussões do posicionamento do Estado no que se refere à Questão Social bem como o papel que o *terceiro setor* desempenha nesta questão.

De acordo com Anderson (1998, p. 9)

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é de *O Caminho da Servidão* de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. O alvo imediato de Hayek, naquele momento, era o Partido Trabalhista inglês, às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra, que este partido efetivamente venceria.

Este pensamento neoliberal que se consolidou nos países capitalistas centrais teve como principal acontecimento a eleição de Margareth Thatcher em 1979 na Inglaterra e Ronald Reagan em 1981 nos EUA, conforme enfatiza Borón

É evidente que os triunfos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan marcaram o apogeu dessa ideologia no começo da década de 80. Ao se converter no “dogma” dominante dos Estados Unidos e do Reino Unido, o neoliberalismo adquiriu uma gravitação no sistema internacional poucas vezes vista na história. (BORÓN, 1998, p. 91)

De acordo com Montañó (2003) a partir desses acontecimentos, há o ataque aos elementos de conquistas sociais e trabalhistas que continha no chamado Estado de Bem-Estar Social ou *Welfare State*.

Conforme Andrade (2006, p. 58) há posições diversas e controvertidas sobre a construção histórica do Estado de Bem-Estar (*Welfare State*). Porém, o mesmo autor relata que

[...] no Pós-Segunda Guerra, uma grande demanda social se apresentou de maneira inadiável e incontornável aos Estados/governos, determinando que estes tomassem iniciativas no sentido de reorganizar o tecido social rasgado pelo conflito e “ameaçado” pelo avanço das forças socialistas e comunistas. Décadas depois, avaliando-se o envolvimento do Estado naquela situação, pôde-se perceber a extensão de suas possibilidades de ação e dos seus papéis e o poder de sua intervenção social.

Segundo a análise de Faleiros (2000), o *Welfare State* foi resultante de pactos sociais entre classes de interesses contrários, assegurando a implantação de novos direitos de cidadania e a distribuição de renda.

O desenvolvimento do *Welfare State* se expandiu com a proposta do economista britânico John Keynes. Sobre as propostas de Keynes Andrade (2006, p.58) salienta que

[...] ele propôs um modelo de organização da produção e reprodução da força de trabalho e do Capital (um projeto do e para o próprio Sistema Capitalista) baseada em um Estado com fortes capacidades de regulação da economia, cuja operação estaria orientada para a promoção do ideal do “pleno emprego” como forma de desenvolvimento e de crescimento econômico.

O Estado, no contexto keynesiano possuía como uma das funções desempenhadas, a implementação de políticas sociais públicas, sendo instituída uma série de serviços sociais.

No início da década de 1970, o padrão econômico keynesiano, que impulsionou o *Welfare State*, começou a dar sinais de declínio a partir de uma crise econômica ocasionando altos índices inflacionários, de acordo com Anderson (1998, p. 10) foram combinadas, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, o que mudou todo o contexto socioeconômico daquele período em diante. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno.

As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (ANDERSON, 1998, p. 10)

Diante disso, a resposta neoliberal para sair da crise seria manter um Estado forte com uma disciplina orçamentária baseada na contenção de gastos e reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas.

A falência das políticas keynesianas de bem-estar social e a hegemonia das políticas neoliberais expressaram também mudanças na produção e reprodução do capital.

No início da década de 1980 temos uma nova configuração mundial

Durante a década de 80 e até o início dos anos 90, o neoliberalismo difundiu-se pelo mundo, embasado no dinamismo da reestruturação capitalista, no êxito inicial de alguns governos conservadores

“Primeiro Mundo”, no domínio (um monopólio ideológico) dos meios de comunicação e na orientação de instituições multilaterais subordinadas aos interesses e à racionalidade operacional do mercado [...] (ABREU, 1997. p.49)

Essa racionalidade operacional do mercado é resultante da reestruturação produtiva e da mundialização do capital. A reestruturação produtiva consiste na alteração do padrão de produção, passando da base técnica eletromecânica, típica do padrão rígido *fordista/taylorista* para a base microeletrônica digital, trazida pelo modelo japonês chamado de *toyotismo*¹⁵.

Já a mundialização do capital, configura-se como uma reformulação das estratégias empresariais e mercado mundial, resultando numa divisão do trabalho combinada ao processo de aumento excessivo das operações financeiras.

Neste contexto, as estratégias neoliberais se expandiram para as chamadas políticas de ajuste estrutural com base nas recomendações do Banco Mundial, do FMI e do governo dos Estados Unidos para a América Latina com o chamado “*Consenso de Washington*”.

O *Consenso de Washington*, decorreu de uma série de seminários realizados na cidade de *Washington*, capital norte-americana, onde se discutiram políticas econômicas que, supostamente, contribuiriam para o enfrentamento das dificuldades financeiras que países Latino-americanos estavam vivenciando, de forma que estas retomassem o caminho do desenvolvimento capitalista. (FIORI, 1997)

Nestas reuniões, foram propostas políticas de estabilidade econômica, sendo o controle inflacionário sua principal recomendação. Os países latinos deveriam seguir uma série de medidas de ajuste fiscal, que seria obtido através de reformas no sistema de previdência social; reforma administrativa; introdução de reformas estruturais, visando à abertura das economias nacionais, o que provocava reduções de tarifas e desregulamentação dos

¹⁵ O *Toyotismo* é o modelo de gestão de produção criado na fábrica Toyota, na década de 80, esse novo modelo incorporou em sua gestão de produção o controle de estoque, sistemas de qualidade total, entre outros mecanismos de racionalização do trabalho, como forma de adequar a empresa aos novos ditames de uma economia globalizada e mundializada, cujos imperativos são altas lucratividade e concorrência.

mercados financeiros e de capitais; também deveria haver redução da presença do Estado na economia, centrada num vasto programa de privatização das empresas estatais. Essa última recomendação possui uma influência marcante no caso da economia brasileira, principalmente a partir da década de 1990.

No Brasil, inicia-se a reestruturação do Estado baseada em medidas de ajuste estrutural. As eleições de 1989 marcam esse processo, com a vitória de Fernando Collor de Mello em oposição à candidatura que sustentava um projeto societário antagônico, defendido pelo Partido dos Trabalhadores. Abre-se, assim, o caminho para as estratégias de ajuste baseadas no mercado. Com a promessa de acabar com a inflação, Collor adotou algumas medidas

Tomando posse em 15 de março de 1990, com um índice de inflação de 84% ao mês, instalou um plano de estabilização econômica de inéditas proporções, decretando a troca da moeda de cruzeiro novo para cruzeiro e o confisco de contas correntes e poupanças, objetivando atacar firmemente o problema da instabilidade da moeda e da inflação. (MESTRINER, 2001, p. 198)

A partir daí a política econômica começa a ter uma orientação numa direção recessiva, especialmente devido à restrição de crédito e da política salarial.

O governo Collor terminará assim, após dois anos e sete meses, condenado pela sociedade, Congresso e Justiça, num processo de *impeachment* que vai desvendar um enorme esquema de corrupção e manipulação da coisa pública. (MESTRINER, 2001, p.199)

Após o processo de *impeachment* enfrentado por Collor, assume seu vice Itamar Franco, com o apoio de vários partidos num esforço para superar os graves problemas econômicos e manter a ordem democrática que havia sido perdida com o governo Collor.

Itamar Franco trocou o ministro da fazenda por várias vezes, até que Fernando Henrique Cardoso assumisse esse ministério, defendendo que a estabilização da inflação só poderia ser alcançada com a chamada reforma do Estado brasileiro, que incluiria a redução de gastos públicos e a intensificação

do processo das privatizações, bandeira esta erguida pelos neoliberais. Assim, o governo de Itamar Franco

[...] apenas vai obter melhor crédito por parte da população, ao final de seu mandato, por meio da política de estabilização introduzida pelo seu ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que faz a inflação cair de forma insofismável, implantando novo padrão monetário, o real, de valor equivalente ao dólar. (MESTRINER, 2001, p.213)

Mais tarde em 1994, Fernando Henrique Cardoso é eleito presidente da república com uma proposta de estabilização da moeda por meio do Plano Real. A partir da sua eleição firmam-se as bases para a implementação da reforma do Estado.

Assim, foi criado logo no início do seu governo um novo ministério, intitulado Ministério de Administração Federal e Reforma do Estado.

A criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), comandado por Luiz Carlos Bresser Pereira, foi um momento ímpar na materialização dos compromissos políticos de FHC. Compromissos estes assumidos com o Capital internacional, pois o financiamento da (contra) Reforma do Estado na década de 1990 passou a ser prioridade do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). (ANDRADE, 2006, p. 81)

Na visão de Bresser Pereira como principal dirigente do projeto de reforma do Estado brasileiro, este projeto não se confundia com o projeto neoliberal.

Os idealizadores da chamada Reforma do Estado defendiam também a administração pública gerencial em lugar da administração burocrática, que estaria ultrapassada. Gerencial porque busca inspiração na administração das empresas privadas, cujo desenvolvimento teórico e prático foi imenso neste século. (BATISTA apud ANDRADE, 2006, P.84)

O projeto de reforma do Estado, do governo FHC, redefinia as funções do Estado através de três programas: privatização, terceirização e

publicização. Segundo Teixeira (2002, p.23) “A privatização é a transferência para o mercado de setores de produção de bens e serviços, enquanto terceirização implica contratação de empresas terceirizadas, mediante licitação pública.”

A publicização tem a ver com organizações não-estatais assumindo funções de prestação de serviços. Teixeira contribui “afirmando que a esfera pública não pode ser confundida com a atividade estatal, Bresser ressalta a necessidade de que organizações da sociedade assumam as tarefas estatais, de que haja transferência dessas tarefas para o que ele denomina de *campo público não- estatal*” (TEIXEIRA, 2002, p.123).

Dessa forma, o Estado deposita parte de suas responsabilidades como educação, saúde, cultura, pesquisa científica para esse setor alternativo, adotando assim, um regime de *propriedade pública não-estatal*, esse termo aparece no sentido de que se deve dedicar ao interesse público, e de que não visa ao lucro.

Então, para que o Estado possa dotar de maior eficiência e governança, dever seguir o caminho da “publicização” que

[...] é, na verdade, a denominação ideológica dada à *transferência* de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado “terceiro setor” (conjunto de “entidades públicas não-estatais” mas regido pelo direito civil privado) e ao repasse de recursos públicos para o âmbito privado. Isto é uma verdadeira *privatização* de serviços sociais e de parte dos fundos públicos. (MONTAÑO, 2003, P. 45)

Para a operacionalização desta “publicização”, Montaño (2003, p.46) destaca três conceitos-chave: a *descentralização* – o que pode ser feito pela cidade, não deve ser feito pela região, o que pode ser feito pela região não deve ser feito pelo poder central; *organizações sociais* são “entidades públicas não-estatais”, aí aparece o conceito de *terceiro setor*. Para isso criam-se leis e incentivos para “*organizações sociais*”, para a “filantropia empresarial”, para o serviço voluntário e outras atividades, e desenvolve-se o que pode ser chamado de o terceiro pilar deste processo: o estabelecimento de uma relação de *parceria* entre elas e o Estado.

Esta parceria entre Estado e organizações sociais foi instituída pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que introduziu novas normas de classificação para as entidades sem fins lucrativos de caráter público. Esta lei criou a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Segundo Montaña (2003, p. 47), mais do que um estímulo estatal para a ação cidadã representa desresponsabilização do Estado da resposta à “questão social” e sua transferência para o setor privado (privatização), seja para fins privados, seja para fins públicos.

Portanto, diante da realidade de um Brasil que se encontrava endividado, com um Estado burocrático e ineficiente em diversos aspectos, que o governo de FHC, buscou aproximação com os setores da sociedade considerados qualificados e eficientes, se enfatiza os papéis das organizações não governamentais que

[...] passaram a ser vistas como ágeis e eficazes, bem como passíveis de dar legitimidade às políticas governamentais, o que levou o Presidente da República, na época, a fazer a polêmica afirmação de que essas organizações eram *neogovernamentais* (TEIXEIRA, 2002, p.107).

Em síntese, Emir Sader (2003) constata o papel do neoliberalismo, afirmando que, assim como em outros países, no Brasil esse projeto foi um sucesso na estabilização monetária, na propaganda ideológica e na fragmentação social que “acentuou a polarização entre ricos e pobres, entre integrados e excluídos, entre globalizados e marginalizados” (SADER, 2003, p.139-140)

Sobre as conseqüências das políticas neoliberais na América Latina, Soares (2002), conclui que

[...] essas conseqüências – tanto no âmbito social, político-institucional e até mesmo econômico – têm componentes estruturais sérios, cujo horizonte transitório vem ficando cada vez mais distante. *Isto significa que muitas dessas conseqüências são de difícil reversão, sobretudo se mantidos a atual política econômica e o padrão de intervenção do Estado no social de caráter ‘residual’* (2002, p.33)

No Brasil, nos anos de 1990, a política social encontrava-se subordinada a política econômica por meio das recomendações das instituições financeiras multilaterais, que levou o Brasil a aderir ao chamado “ajuste econômico” em nome do controle da inflação e do Plano Real. A consequência prática disto foi à redução do Estado em relação às políticas públicas sócio-assistenciais, de modo que essas ações foram tratadas de forma focalizada no âmbito do Programa Comunidade Solidária.

O Programa Comunidade Solidária - PCS consistiu na principal estratégia de combate à pobreza do governo FHC em seus dois mandatos. Privilegiou a articulação entre governo e sociedade e teve na idéia de solidariedade, sua principal filosofia. O PCS é apresentado por seus idealizadores como uma estratégia de combate à pobreza, pautada pelo princípio de focalização das ações governamentais nos segmentos mais pobres da sociedade brasileira. (SILVA, 2001, p.135)

Na perspectiva do programa, o enfrentamento à pobreza não era uma responsabilidade do Estado, mas da sociedade. Ao governo competia articular e gerenciar as ações que se efetivavam na sociedade.

No discurso governamental, o programa significou um novo modelo de atuação social baseado no princípio da parceria capaz de gerar os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários ao combate eficiente da pobreza e da exclusão social.

Assim, sobre os estilos de condução política, Andrade (2006, p.80) expressa que

[...] não há dúvidas sobre os estilos de condução política e as opções estratégicas dos governos Collor, Itamar Franco, FHC (os dois mandatos). Todos eles “marcaram época”, mas apenas um logrou implodir os compromissos de classes que se prolongavam desde os anos de 1930 e assim superar a Era Vargas como estágio de desenvolvimento histórico. Tendo sucesso onde Collor e Itamar fracassaram, na estabilização monetária, nas privatizações e na montagem de uma grande coalização conservadora no Congresso Nacional, que lhe permitiu governar de maneira autoritária [...]

Portanto, este sucesso obtido no governo de FHC, citado por Andrade (2006) confirma a consolidação do pensamento neoliberal no Brasil, que resultou em maior sofrimento na área social, pois no discurso do governo, a redução da presença do Estado na economia, resultaria em benefícios para ela, porém, na prática foi o setor que sofreu mais cortes, como comprovam os dados abaixo, relativos aos investimentos na área social, durante o governo FHC:

Tabela 1: Percentual da despesa social em relação ao orçamento liquidado total

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
SAUDE E SAN.	4,8%	4,5%	4,3%	3%	4%	3,3%	3.9%
EDUC. E CULT.	3%	2,8%	2,5%	2,7%	3,4%	1,8%	2%
HABIT. E URB.	0,03%	0,1%	0,1%	0,02%	0,07%	0,14%	0,14%
ASS. E PREV.	17,15%	19,2%	17%	14,1%	18,8%	16%	18,7%

Fonte: SIAFI/STN/COFF-CD e PRODASEN. Elaboração própria com base no orçamento liquidado total e na despesa social 1995-2001 – dados levantados pelo INESC. In: LESBAUPI. I, MINEIRO. A. O Desmonte da Nação em Dados. Petrópolis, RJ: Vozes 2002.

Tabela 2: Conjunto da despesa social em relação ao orçamento liquidado total

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
SOCIAL	25%	26,6%	23,9%	20%	26,4%	21,2%	24,8%

Fonte: SIAFI/STN/COFF-CD e PRODASEN. Elaboração própria com base no orçamento liquidado total e na despesa social 1995-2001 – dados levantados pelo INESC. In: LESBAUPI. I, MINEIRO. A. O Desmonte da Nação em Dados. Petrópolis, RJ: Vozes 2002.

Os dados das tabelas mostram que mesmo depois das privatizações, do aumento na arrecadação tributária anual, este aumento da receita não trouxe benefícios para a área social.

No ano de 2003, assume pela primeira vez a presidência da república, Luiz Inácio Lula da Silva. A questão econômica tornou-se a principal pauta de seu governo, que conseguiu manter, neste primeiro mandato, baixos índices inflacionários.

O governo Lula (2003-2006), por sua vez, não moveu um milímetro para alterar a essência do modelo de desenvolvimento – caracterizado, sobretudo, pela dominação da lógica financeira – nem, tampouco, a política macroeconômica que herdou do governo anterior. Ao contrário; deu continuidade às reformas liberais – através da implementação de uma reforma da previdência dos servidores públicos que abriu espaço para o capital financeiro. Na mesma direção, iniciou um processo para reformar a legislação sindical e sinalizou para uma reforma das leis trabalhistas, com o intuito de aprofundar a flexibilização já em curso. Além disso, logo no início do governo, alterou a Constituição, para facilitar, posteriormente, o encaminhamento da proposta de independência do Banco Central. (DRUCK E FILGUEIRAS, 2007)

Em 2008, no seu segundo mandato, Lula lançou o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), um conjunto de medidas que visa à aceleração do ritmo de crescimento da economia. Ainda no governo Lula

[...] no âmbito da política de assistência social, não se conseguiu, até o momento, superar a compreensão equivocada da focalização em segmentos e situações bem específicas. A abrangência desta política é ainda muito restrita: hoje os benefícios, serviços e programas não atingem mais do que 25% da população que teria direito, com exceção do Benefício de Prestação Continuada e do Bolsa Família, que vêm crescendo nos últimos anos. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se propõe a ampliar e remodelar esta política, mas até o momento sua extensão e estruturação ainda estão longe de abranger todos os municípios brasileiros. (BOSCHETTI, 2007)

Os recursos destinados às políticas abrangem apenas as camadas mais pobres da população, o que de fato não altera o conjunto das desigualdades sociais.

Com poucos investimentos diante da dimensão da pobreza e das desigualdades sociais, cai a possibilidade de expansão e universalização das políticas sociais e estas assumem caráter focalizado e seletivo, destinadas apenas à população em situação de pobreza absoluta, sob rigorosos critérios de acesso, como é o caso do Programa Bolsa Família. (BOSCHETTI, 2007)

No entanto, estes recursos apenas diminuem as conseqüências da pobreza extrema, sem causar grandes resultados na diminuição das desigualdades sociais. O grande desafio será romper com este quadro, na busca de igualdade de condições para todos os membros da sociedade.

2.2 O contexto do *terceiro setor* no Brasil e a questão das ONGs

No que se refere ao *terceiro setor*, conforme salientou-se anteriormente, há um debate bastante polêmico, gerando opiniões divergentes. Uma consiste na idéia de que nem o Estado e nem o mercado dão conta de responder às demandas sociais, restando à sociedade civil o papel de intervir no social, a outra, defende que o *terceiro setor* é um fenômeno decorrente da reestruturação do capital e das contradições da sociedade capitalista.

Segundo Landim (1998) o *terceiro setor* tem sua origem ligada aos movimentos sociais. No entanto, o *terceiro setor* no Brasil ganhou forças a partir de um novo modelo de voluntariado na década de 1990. Segundo Cunha (2010, p.30), o governo de FHC foi claramente identificado e promotor do que defendia serem as virtudes do *terceiro setor*.

A emergência do *novo voluntariado* no cenário público nacional deu-se concomitantemente ao surgimento do que se convencionou chamar de *terceiro setor*. De limites difusos e origens pouco claras, é razoável supor que seu aparecimento tenha se dado e sustentado por uma rede de relações entre diversos atores, tal como supomos ter acontecido com o *novo voluntariado*. Sob essa denominação, estão organizações sociais que trabalham com objetivos de enfrentamento de problemas sociais: organizações não governamentais (ONGs), organizações locais ou associações, institutos e fundações criados dentro de empresas ou a partir de iniciativas individuais, antigas entidades de atuação filantrópica. (CUNHA, 2010, p.30)

Diante disso, o terceiro setor é alvo de críticas. De acordo com Cunha (2010, p.32) o trabalho de Montaño (2002), publicação de sua tese de doutorado intitulada “Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção Social” é exemplo de crítica costumaz ao terceiro setor e ao debate sobre as questões sociais que, segundo Montaño, se consolida com ele.

[...] o (equivocado) conceito “terceiro setor”, então, não se deveria referir a organizações em determinado setor, mas a uma *função social*, que passa a ser desenvolvida, agora sim, por organizações da sociedade civil e empresariais, e não mais pelo Estado, findando o “pacto keynesiano” e os fundamentos do *Welfare State*. (MONTAÑO, 2003, p.184)

Porém, há também quem o defenda como alternativa de reflexão e recurso para a questão social, segundo Cunha (2010, p.32) de forma distinta, a tese de doutorado de Coelho (1998) apresenta o terceiro setor brasileiro como espaço para a discussão e tratamento das questões sociais, cujas possibilidades são descritas como oportunidades – a serem aproveitadas – de inovação e aprimoramento da área social.

Independente das opiniões acerca do *terceiro setor*, não se pode negar o fato de que este tem sido uma alternativa ao trabalho profissional dos assistentes sociais. Para que se possa compreender melhor este fato, é necessário abordar a atuação do terceiro setor, especialmente a das *ONGs*, como um fenômeno que teve origem, no Brasil, durante o período militar. Conforme Gohn (2003, p.57), após o fim da ditadura se dá o crescimento da atuação dessas instituições.

A atuação das *ONGs* como organizações sem fins lucrativos vivenciou os espaços dos movimentos sociais, das associações e da área governamental.

De acordo com Landim (1993, p.6), na década de 1970, apesar de contarem com o apoio da Igreja, as ações das *ONGs* vão se distanciando da filantropia, caridade ou assistencialismo, antigas práticas desenvolvidas por

um lado, do terreno da assistência social e do pertencimento religioso e, por outro lado, do terreno da militância da esquerda marxista, para se produzir uma 'nova profissão', com a ocupação redefinida dos postos em jogo e redefinição de suas posições, dentro de uma transformação institucional, com a renovação de discursos e práticas (LANDIM, 1993, p.57).

No decorrer dos anos de 1980, os centros sociais que consistiam em centros de assessoria dos movimentos sociais adotaram a sigla *ONG*, fundando, em 1991, a Associação Brasileira de *ONGs*.

No Brasil nos anos de 1990, com a reforma do Estado, é que ganha maior visibilidade o *terceiro setor* e como conseqüência as *ONGs*. Como mencionado anteriormente, o Estado delega suas responsabilidades à sociedade, sendo que o Programa Comunidade Solidária foi um exemplo disto, pois este buscou parcerias com o empresariado, visando a obtenção financeiros.

Para Cunha (2010, p.33), as *ONGs* são elementos centrais do *terceiro setor*, caracterizando-se pelos mesmos traços que constroem sua definição mais usual: a utilização de recursos privados para fins públicos. Desta forma, faz-se necessário discorrer sobre a sua busca pela sustentação financeira.

2.3 A busca pela sustentação financeira: a perspectiva empresarial incorporada pelas *ONGs*

As organizações não governamentais (*ONGs*), pertencentes ao *terceiro setor*, são organizações caracterizadas como não lucrativas, não estatais, oriundas da sociedade civil e responsáveis por ações e serviços voltados as necessidades das camadas menos favorecidas da sociedade.

As *ONGs* caracterizam-se por serem organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado. Tem suas ações financiadas por agencias de cooperação internacional, em função de projetos a serem desenvolvidos, e contam com trabalho voluntário. Atuam através da promoção social, visando a contribuir para o

processo de desenvolvimento que supõe transformações estruturais da sociedade. Sua sobrevivência independe de mecanismos de mercado ou da existência de lucro. (TENÓRIO, 2006, p.11)

Ao atuarem no espaço público, embora não façam parte do Estado, ou atuando no âmbito privado, porém, sem ter características de instituições com fins lucrativos, as ONGs ganharam papel de destaque na sociedade contemporânea, diante da complexidade do mundo atual.

As ONGs, portanto, aparecem como espaços diferenciados, mantendo relações com o Estado através dos órgãos governamentais e também com o âmbito privado, este atuando sob a ótica da responsabilidade social da também denominada cidadania empresarial, fato que já vem ocorrendo através de algumas empresas que promovem ações filantrópicas, publicam balanço social e outras iniciativas de caráter social.

Quanto as ONGs, que passaram a ter maior visibilidade nos anos 80/90- por seus investimentos na defesa de direitos sociais, da melhoria das condições de vida da população e da democratização do país – muitas delas expressam novos caminhos propositivos da sociedade civil. (YASBEK apud REVISTA INSCRITA nº 6, 2000, p.15)

A grande crítica da atuação do setor empresarial na área social, é de que ele somente objetiva estratégias de *marketing* ou de melhoria de sua imagem institucional para vender mais, no Brasil a cidadania empresarial tem atuado através de organizações como os GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas)

O GIFE é uma rede sem fins lucrativos que reúne organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, que investem em projetos com finalidade pública. Sua missão é aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum, contribuindo assim para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica dos investidores sociais privados. Além disso, o GIFE também organiza cursos, publicações, pesquisas, congressos, Grupos de Afinidade, Painéis Temáticos, Debates e outros eventos. (www.gife.org.br)

E também do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, uma organização de caráter privado sem fins lucrativos, mantida financeiramente por um conjunto de empresas associadas, foi fundado em julho de 1998 na cidade de São Paulo. Sua principal missão é disseminar o conceito de “responsabilidade social empresarial”, promovendo encontros, divulgando informações, constituindo bancos de dados e publicando manuais, entre outras atividades. (GARCIA, 2002, p.27)

Diante disso, a responsabilidade social das empresas ou empresas ditas “cidadãs” expandem seus trabalhos sociais por grupos da sociedade civil, inclusive empresários, enfatizando em seus discursos a defesa dos direitos de cidadania e a garantia de mais oportunidades e melhores condições de vida a população menos favorecida. A responsabilidade social é uma nova forma de ação defendida por alguns setores do empresariado e que se encontra ligada a noção de *terceiro setor*.

A busca das empresas por responsabilidade social tem sido grande nos últimos anos, pois com isso visam maior lucratividade, pois o nome da empresa passa a ter um destaque quando participa de ações sociais. Assim, por trás dessas ações ainda não está somente à ação social e sim o melhor desempenho nos negócios.

Tem sido crescente o número de *ONGs*, o que tem levado a uma forte concorrência por recursos, já que estas organizações não têm como gerar recursos próprios. Neste sentido, Andrade (2006, p.95) coloca que

sua ação se dá mais na forma da ação planejada e da persuasão de pessoas físicas e jurídicas, das instâncias dos governos e das empresas, e seu financiamento da persuasão, da concretização de acordos bi ou poli-laterais na sociedade civil, com o Estado ou com empresas (locais, nacionais ou internacionais), geralmente a partir de projetos estruturados.

Assim, ao competirem por financiadores públicos ou privados na captação de recursos, resultam numa relativa perda de autonomia, dada as exigências que são impostas pelos financiadores para que sejam eficientes.

A busca por recursos e as pressões dos financiadores tem levado as ONGs a repensarem suas práticas de gestão, pautando suas atividades dentro de uma lógica mais racional e utilitarista, que consiste nas estratégias de sobrevivência financeira, que visa o cálculo utilitário dos recursos. Conforme Diniz e Matos (2002) tendem a reproduzir as modernas práticas gerenciais, próprias das empresas lucrativas

As ONGs, portanto, estão passando por ajustes organizacionais marcados pela busca de novos modelos de gestão. Esses novos modelos baseiam-se em uma lógica de mercado profissionalizada, provocando mudanças administrativas de âmbito estrutural e prático. Sendo que essa nova realidade causa impacto direto sobre os valores originais dessas instituições, tornado-as mais funcionais ao adotarem uma capacitação estratégica para garantirem a sobrevivência organizacional.

As ONGs, ao acompanharem as transformações ocorridas dentro de um contexto mundial, foram revisando suas formas habituais de administração. Os valores culturais adotados por elas, dentro do seu contexto de gestão original, marcado pela solidariedade e pelos valores sociais, foram substituídos pelo processo de gestão estratégica baseado na lógica de mercado, refletindo na estrutura organizacional e em suas práticas administrativas, indicando, conseqüentemente, uma tendência de reprodução das modernas práticas gerenciais, provenientes das empresas lucrativas, como exemplo temos técnicas de planejamento estratégico e de controle financeiro e a captação de recursos.

De acordo com Montañó (2003,p.210)

Com essas características, uma atividade – a captação de recursos – que deveria ser *funcional* torna-se *essencial*, e, ainda mais, torna-se o fundamento da “missão” organizacional. Assim, as organizações do “terceiro setor”, como num frenesi, voltam-se para a captação de recursos. O que deveria ser atividade auxiliar torna-se atividade central, tamanha a dependência dessas organizações por esses recursos externos.

Desta forma, a sustentação financeira das ONGs depende diretamente dos recursos financeiros captados por elas por meio de diferentes fontes que vão desde doações, atividades de vendas e serviços, até recursos governamentais e empresariais como ocorre com a Casa da Criança, como veremos a seguir.

2.4 A Sustentação financeira da Casa da Criança

A Casa da Criança recebe o percentual de recursos financeiros das seguintes fontes: Governo Municipal (33,87%), Empresas Locais – FIA (17,63%), Empresas Nacionais (5,51%), Pessoas Físicas (13,40%) e Eventos Esporádicos (4,66%).

Para a manutenção do trabalho desenvolvido, a Casa da Criança conta com recursos financeiros mediante doações/contribuições diversas, essas doações recebidas pela Instituição podem ser realizadas através de depósito bancário em sua conta e podem ser tanto de Pessoas físicas quanto jurídicas.

As doações também são realizadas através do Portal Social da Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho (FMSS). Esta Fundação é vinculada à Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), braço da Rede Globo no sul do Brasil. A empresa opera 20 emissoras de televisão, 21 emissoras de rádio, 8 jornais diários (Zero Hora, Diário Gaúcho, Diário Catarinense, Jornal de Santa Catarina, Pioneiro, Diário de Santa Maria, A Notícia e Hora de Santa Catarina) no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, constituindo no maior conglomerado de imprensa escrita e televisa nesta região.

Dentre os diversos projetos desenvolvidos pela FMSS, encontra-se o referido Portal Social, caracterizado como uma rede que tem por finalidade mobilizar pessoas e empresas a apoiarem organizações sociais a colocarem em prática seus projetos, como por exemplo, a Casa da Criança. (www.portalsocial.org.br)

A Casa no ano de 2006 teve sua inscrição contemplada no Portal, a instituição tem recebido recursos provenientes de doações tanto de pessoas

quanto de empresas, desde o ano de 2007. Estes recursos vêm sendo investidos prioritariamente no pagamento das despesas de cunho administrativo, aquisição de equipamentos para os projetos, pagamento de recursos humanos e despesas fixas, como água, luz e telefone.

Existe também um Convênio firmado desde 2006 entre a Casa da Criança e as Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC). Através desse convênio a Casa da criança recebe recursos de pessoas físicas através da adesão na conta de luz.

O convênio pode ser entendido como um contrato de prestação de serviços ou de outra modalidade, celebrado entre entes de direito público (União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias) ou fundações ou associações civis, para a consecução de objetivos comuns.

A Casa da Criança mantém convênio com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, este celebrado com interveniência da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social. Através dessa parceria, a Casa recebe cooperação técnico-financeira na forma de Convênio Subvenção, Convênio Merenda e cessão de professores.

A solicitação do convênio é feita pela instituição interessada, com apresentação de um plano de trabalho com as atividades realizadas pela Instituição além de um plano de aplicação dos recursos pretendidos. De acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2001 - Lei nº 9.995/2000, para que uma instituição possa receber tais recursos, deve entre outros requisitos exigidos, dispor de patrimônio ou renda regular, comprovar que não dispõe de recursos próprios suficientes à manutenção ou ampliação de seus serviços, ter feito prova de seu regular funcionamento nos últimos 05 (cinco) anos e não ter sofrido nenhuma penalidade referente ao repasse de verbas públicas anteriormente.

Assim, este convênio é renovado no início de cada ano e tem duração de 12 meses. Através dos recursos provenientes, a Casa da Criança efetua o pagamento de gêneros alimentícios, material escolar e didático, medicamentos, material de manutenção e conservação, higiene e limpeza, gás de cozinha e serviço de terceiros, indispensáveis para a manutenção de suas despesas financeiras.

Sendo este convênio celebrado com entes públicos, é imprescindível a prestação de contas. Mais do que um mero controle orçamentário, a prestação de contas tem a finalidade de verificar se as verbas estão sendo destinadas estritamente ao cumprimento do convênio dando maior transparência as demonstrações contábeis da instituição. A prestação de contas é uma forma de mostrar também o desempenho de uma instituição, se está sendo bem administrada e conseqüentemente se está atingindo os seus objetivos com qualidade. Portanto, é vital para a manutenção das relações de confiança e credibilidade perante seus investidores, sociedade e governo.

A Casa da Criança desde o ano de 2007 também recebe recursos destinados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), conhecido popularmente como Fundo da Infância e Adolescência (FIA) e administrado pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) de Florianópolis.

O FIA foi criado por meio da Lei Municipal 3.794 de 1992 (Lei de Incentivo Fiscal), esta lei garante a pessoas físicas ou jurídicas o direito de destinar parte de seu imposto de renda a projetos de entidades sociais inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Os projetos inscritos são avaliados pela Comissão de Avaliação e Monitoramento dos Projetos do FMDCA, quando aprovados o Conselho emite um certificado de captação de recursos para as entidades.

Com este certificado as entidades estarão aptas para a captação de recursos, buscando financiamento para seus projetos através de doações dedutíveis do imposto de renda devido nos seguintes termos: Pessoas físicas podem deduzir o valor doado até o limite de 6% (seis por cento) do imposto de renda devido. Pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real podem deduzir até 1% (um por cento) do imposto de renda devido.

Dentre as diversas atribuições do assistente social na Casa da Criança, a captação de recursos tem sido uma de suas principais funções, senão a majoritária. A assistente social elabora os projetos a serem encaminhados ao CMDCA para aprovação. Após a certificação esta profissional busca financiamento com as empresas de lucro real¹⁶. A partir disso, busca a

¹⁶ A expressão Lucro Real significa o próprio lucro tributável, para fins da legislação do imposto de renda, distinto do lucro líquido apurado contabilmente. De acordo com o artigo 247 do

efetivação do convênio com a Secretaria Municipal de Assistência Social, por fim é elaborado um relatório e entregue no CMDCA. Os recursos captados pela Casa da Criança¹⁷ através do FIA são destinados ao pagamento dos funcionários, estágios e uma parte do material de consumo da instituição, de acordo com as especificações de cada edital. Após a destinação dos recursos são feitas a prestação de contas pela administração.

A Casa da Criança também realiza eventos como forma de captar recursos para o desenvolvimento de seus projetos. No entanto, tais eventos ocorrem de forma esporádica e não são as principais fontes de captação de recursos. No período correspondente aos anos de 2005 a 2009 houve eventos com:

- Bazar Casa da Criança – Realizado com os produtos - roupas, calçados, acessórios - doados pelas lojas C&A, uma cadeia internacional de lojas de vestuário.
- Paella Casa da Criança – Foi um evento beneficente realizado em dezembro de 2008, tinha como propósito arrecadar fundos para a construção das salas de aulas. (ATA REUNIÃO DE DIRETORIA, 2007)

2.5 O Serviço Social na Casa da Criança: ênfase na captação de recursos e gestão de projetos sociais

Perante as características, diversidades, conceitos e desafios acerca do processo de configuração do *terceiro setor* no Brasil, mais especificamente das ONGs, não há como negar a importância da atuação de diferentes

Regulamento de Imposto de Renda – RIR/99, lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação fiscal. A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração com observância das leis comerciais. (www.receita.fazenda.gov.br)

¹⁷ Ver tabela de balancetes da Casa da Criança em anexo.

profissionais, tendo em vista o caráter profissional e técnico que os serviços prestados por esse setor necessitam assumir. Conforme Andrade (2006, p.163)

Com o aumento da procura por atendimento, com as mudanças no financiamento estatal e na legislação referente ao chamado “terceiro setor”, as ONGs são impulsionadas a contratar técnicos profissionalmente qualificados – exigência dos métodos e instrumentos utilizados e da burocracia impostas pelos financiadores à qual os funcionários destas entidades têm se adequado-, dentre estes encontramos os assistentes sociais.

Nesse processo, profissionais de diferentes áreas podem contribuir significativamente e, dentre estes, o assistente social tem importante atuação. Nesse sentido, este profissional tem buscado ampliar seu espaço de trabalho nas instituições do *terceiro setor*, dentre estas, as *ONGs*, não só pelo reconhecimento e enfrentamento das expressões da Questão Social, mas também por um olhar e atuação na gestão para o atendimento integral e de qualidade social, trabalhando no enfoque da garantia dos direitos dos usuários de programas, projetos e serviços sociais

Faleiros (2002) aborda que a intervenção social constrói-se no processo de articulação do poder dos usuários e sujeitos da ação profissional no enfrentamento das questões relacionais complexas do dia a dia, pois envolvem a construção de estratégia para dispor de recursos, poder, agilidade, acesso, organização, informação e comunicação.

Na Casa da Criança, a assistente social vem buscando soluções para o enfrentamento das questões do dia-a-dia através das reuniões de planejamento, das discussões sobre os acontecimentos cotidianos que envolvem o papel da Instituição, das experiências e sugestões trazidas dos cursos de capacitações em que ela participa e da avaliação dos projetos juntamente com os funcionários e com a diretoria.

Deste modo, considerando as demandas atuais impostas pelo mercado de trabalho, baseadas nas exigências de eficácia, eficiência, produtividade e competência, diferentes autores têm alertado sobre a necessidade de um redimensionamento do espaço ocupacional do Serviço Social que requer

[...] um novo desenho do perfil do profissional, que exige conhecimentos de línguas estrangeiras, de informática, sintonia com as mudanças e atenção à qualificação contínua. Requisita-se um profissional crítico, com competência teórico-metodológica, técnico-operativa, e ético-política dotado de habilidades como criatividade, versatilidade, iniciativa, liderança, capacidade de negociação, resolução e argumentação, habilidade para o trabalho interdisciplinar e para atuar no campo da consultoria. (ABESS, p.81, 1997)

Percebe-se que este é o perfil necessário ao profissional que atua na captação de recursos e na elaboração de projetos sociais nas ONGs.

Contudo, Iamamoto (1998), coloca alguns desafios para a profissão. Segundo esta autora, se faz necessário adquirir qualificações abrangentes como: desenvolver a capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos a partir das demandas emergentes no cotidiano; ser profissional propositivo e não só executivo; competência de propor, negociar com a instituição, defender o campo de trabalho, sua qualificação e função profissional; ruptura com atividade burocrática e rotineira.

Diante disso, Wieczynski e Ronconi (2006) acreditam que:

O terceiro setor para o Assistente Social é um espaço profissional que deve ser ocupado com criatividade e competência técnica, teórica e política. Estes são os pressupostos que devem reger a ação profissional nestas instituições. Devem não apenas ser um executor de programas e projetos, mas um planejador e proponente de políticas públicas que possam vir ao encontro dos interesses da maioria da população.

Nesse locus de intervenção profissional, além de executar as ações e os projetos sociais da instituição, o assistente social se encontra à frente dos processos de gestão, ou seja, na elaboração, execução e avaliação das ações e projetos sociais.

A Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, dispõe sobre as competências do assistente social em seu artigo 4º, como segue

[...] I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

Tendo como foco, além da realização dos objetivos propostos pelas instituições, também as demandas dos seus usuários, o assistente social como gestor deve ter como meta adotar os princípios contidos no projeto ético-político profissional, que é o projeto da categoria profissional do serviço social. Segundo Reis (2008)

Não há dúvidas de que o projeto ético-político do serviço social brasileiro está vinculado a um projeto de transformação da sociedade [...] Ele tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético-central- a liberdade concebida historicamente como possibilidade de escolher entre as alternativas concretas, daí o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

Além de adotar os princípios contidos no projeto ético-político, o profissional deve ter como competência as citadas nas diretrizes curriculares da ABEPSS, que por meio da disciplina de Administração e Planejamento em Serviço Social, aborda as teorias organizacionais e os modelos gerenciais na organização do trabalho e nas políticas sociais, o planejamento e gestão de serviços nas diversas áreas sociais, a elaboração, a coordenação e a execução de programas e projetos na área de Serviço Social, as funções de Administração e Planejamento em órgãos da Administração pública, empresas e organizações da sociedade civil (ABEPSS, 1996. p. 19).

Diante disto, percebe-se que em sua formação o assistente social é preparado para atuar na captação de recursos e gestão de projetos.

Em face de tais considerações sobre a atuação do assistente social na área de gestão social em organizações vinculadas ao *terceiro setor* mais especificamente as ONGs, cabe recuperar que este profissional vem atuando de forma ininterrupta junto à Casa da Criança do Morro da Penitenciária ao longo da sua trajetória.

Hoje, percebe-se que dentre as funções desempenhadas pela assistente social está à captação de recursos, através da elaboração e encaminhamentos de projetos, bem como da criação de bancos de dados de possíveis doadores e financiadores, buscando principalmente recursos financeiros com empresas de lucro real, através do FIA.

A profissional de serviço social atua também na parte de divulgação do trabalho realizado na Instituição, por meio da realização e apresentação de projetos em eventos com objetivo de formar parcerias. Todas essas atividades têm como objetivo a continuidade dos programas e projetos desenvolvidos e conseqüentemente o próprio funcionamento da Instituição.

A partir das necessidades e anseios da Instituição, além das funções desempenhadas pela assistente social, surge à necessidade do planejamento, pois segundo Baptista (2007, p.13)

Nessa perspectiva, o planejamento refere-se, ao mesmo tempo, à seleção das atividades necessárias para atender questões determinadas e à otimização de seu inter-relacionamento, levando em conta os condicionantes impostos a cada caso (recursos, prazos e outros); diz respeito, também, à decisão sobre os caminhos a serem percorridos pela ação e às providências necessárias à adoção, ao acompanhamento da execução, ao controle, à avaliação e à redefinição da ação.

Assim, o assistente social é responsável por fazer uma análise da realidade social e institucional, e intervir para melhorar as condições de vida dos usuários. Pois, segundo Barbosa (1990, p. 28) ao aprofundar o conhecimento de si próprio, da sociedade e da natureza, coloca esse seu conhecimento e sua capacidade criadora a serviço da vida coletiva.

Através do planejamento, a assistente social elabora os projetos que irão indicar os meios necessários a sua implementação, segundo Baptista (2007, p.103).

No que se refere à atuação profissional voltada para o atendimento às crianças e aos adolescentes, destaca-se a sistematização e registros do Serviço Social da Casa da Criança em prontuários individuais das crianças, atendimentos e estudos realizados, sistematização dos dados coletados,

elaboração de plano de trabalho anual, elaboração de relatório anual em relação aos projetos implementados, entre outros. Para Baptista (2007, p.101)

O projeto é o documento que sistematiza e estabelece o traçado prévio da operação de um conjunto de ações. É a unidade elementar do processo sistemático de racionalização de decisões. Constitui-se da proposição de produção de algum bem ou serviço, com emprego de técnicas determinadas, com o objetivo de obter resultados definidos e um determinado período de tempo e de acordo com um determinado limite de recursos.

Os Projetos da Casa da Criança elaborados e enviados aos órgãos e financiadores tiveram características e finalidades das mais variadas que vão desde a captação de recursos para o seu desenvolvimento até a realização de oficinas pedagógicas com o envolvimento das crianças e dos adolescentes, melhorias relacionadas à infra-estrutura da Instituição e obtenção de recursos para o pagamento de funcionários.

A Casa da Criança atua nas seguintes áreas através de seus projetos¹⁸: Arte e Educação que tem por objetivo utilizar as diversas expressões artísticas voltadas para de inclusão social e cultural com vistas ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. A utilização da arte no processo educativo possibilita à criança e aos adolescentes recriar e criar a si mesmo e seu mundo ultrapassando os limites e buscando novas formas de viver. Os projetos possuem caráter pedagógico interdisciplinar com atividades desenvolvidas de maneira lúdica e dinâmica. O trabalho é realizado por meio de planejamento pedagógico, formatação de temas específicos que se inserem nos projetos.

Para a realização desses projetos conta-se com o apoio de professores através do convênio com PMF, algumas atividades contam com a presença de voluntários. Os projetos desenvolvidos são: Projeto Prazer de ler (Biblioteca), Brinquedoteca – Projeto Lúdico, Apoio Pedagógico, Oficina de Artes, oficina de Teatro e Dança.

O Projeto Esporte e Lazer utiliza o esporte e o lazer como estratégia de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes participantes da Casa da Criança. Nesta perspectiva, os projetos visam trabalhar o esporte não apenas

¹⁸ Os projetos realizados pela Casa da Criança podem ser vistos com maiores detalhes em apêndice.

como habilidade física e recreativa, mas como função educacional, incluindo elementos culturais, sociais, comunitários e afetivos. A atividade física está voltada para a inclusão social e a atenção integral contribuindo com o desenvolvimento físico e motor, identificando responsabilidade, autoconfiança e integração no trabalho em grupo. Os Projetos realizados são: Educação Física – diversas modalidades, Tênis e Squash.

O projeto de Inclusão Digital visa oferecer espaço, equipamento e monitoria para o desenvolvimento de oficinas de Inclusão Digital (alfabetização digital e curso de informática básica e internet). Com a consecução espera-se alcançar a alfabetização digital dos participantes, além do despertar de valores e atitude positiva frente aos desafios que permeiam a sociedade onde estão inseridos.

O projeto Prevenção e Saúde oferece atendimento odontológico e médico emergencial na Casa da Criança. Desenvolve ações voltadas à promoção da saúde, na área de prevenção, por meio de atividades educacionais junto às crianças, adolescentes e familiares, desenvolve, também, atividades de atenção básica odontológica e médica emergencial. Os Projetos que estão sendo realizados são: Atendimento Médico Emergencial e Promoção de Saúde Bucal.

Tendo em vista o contexto apresentado, percebe-se que a formulação de projetos sociais constitui-se, atualmente como uma estratégia de captação de recursos para programas ou projetos realizados pelas organizações não-governamentais. Cada vez mais, há uma procura de capacitação profissional por parte das organizações sem fins lucrativos na elaboração de projetos sociais, dada a exigência dos financiadores e a necessidade das entidades para a obtenção de recursos financeiros e materiais que garantem a sua sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo abordar a sustentação financeira das ONGs e o papel do assistente social na elaboração de projetos sociais e na captação de recursos junto a estas organizações, devido ao fato de que atualmente, as ONGs enquanto organizações sem fins lucrativos necessitam de profissionais capacitados nesta área. Para tanto, utilizou-se de um levantamento de dados referentes à Casa da Criança do Morro da Penitenciária.

Neste sentido, observou-se que a Casa da Criança, enquanto uma instituição sem fins lucrativos, desde a sua fundação vem buscando manter-se através dos recursos captados, de início por intermédio da Paróquia da Trindade e de órgãos do governo como a prefeitura municipal de Florianópolis e por fim, por meio dos incentivos fiscais do FIA, subvenções sociais municipais, convênios, acordos ou ajustes com empresas ou órgãos públicos.

Verificou-se que ao longo da sua trajetória, a Casa da Criança passou por momentos distintos. Porém, os traços em comum nestes momentos foram o vínculo com a Igreja, a precariedade de recursos e a necessidade de diferentes estratégias para a sua sobrevivência.

O trabalho se propôs a abordar também uma discussão sobre o pensamento neoliberal e seus reflexos para a política na sociedade brasileira, tendo como consequência as transformações na configuração do Estado, restringindo seu papel na área social e transferindo parte de suas responsabilidades para o *terceiro setor*, em especial as ONGs.

Percebeu-se que o pensamento neoliberal ocasionou as ONGs características utilitaristas, baseadas numa lógica de mercado que auxilia a sobrevivência destas organizações.

Através desta pesquisa, constatou-se que a sustentação financeira é um grande desafio para as ONGs, tendo em vista que estas organizações não têm a capacidade de autofinanciar suas atividades de forma estável, recorrendo assim ao Estado como seu principal parceiro que viabiliza recursos e incentivos a estas organizações, através de auxílio ou subvenções sociais, através de convênios, isenção de impostos e incentivos fiscais.

Além destes recursos estas organizações também buscam financiamento de suas atividades por meio do apoio de empresas movidas pela responsabilidade social. Este fato pôde ser constatado durante a pesquisa realizada na Instituição Casa da Criança do Morro da Penitenciária.

Diante desta realidade, torna-se evidente que as *ONGs* não dispõem de autonomia, ou seja, tornam-se completamente dependentes de seus financiadores.

Com base nos objetivos da pesquisa, nos dados e resultados obtidos e no referencial teórico, é possível considerar que por mais que as *ONGs* se dizem independentes do Estado, ou seja, não governamentais, de fato não são, tendo em vista que para a sua sobrevivência necessitam de recursos advindos do Estado, principalmente do âmbito municipal que compõem quase todos os rendimentos destas organizações, um exemplo disso, são as subvenções que são destinadas para o pagamento de despesas.

Em última análise, reafirmou-se que o papel do assistente social enquanto profissional que atua na captação de recursos se torna importante para esta Instituição, ao elaborar, planejar e implementar os projetos indispensáveis para a viabilização dos recursos, além de desempenhar toda a parte de divulgação da Instituição junto aos financiadores: as empresas e órgãos públicos.

Assim sendo, percebeu-se que os assistentes sociais necessitam apreender novos conhecimentos e habilidades, ocupando novos espaços profissionais, dentre estes as *ONGs*, desenvolvendo ações, enquanto membro de uma equipe interdisciplinar, ampliando seu universo cultural, técnico e político, propondo projetos criativos, inovadores, originais e de impacto social.

No entanto, cabe também ao assistente social, trabalhar frente às questões sócio-educativas com as crianças e os adolescentes, com as famílias e a comunidade, pois esta é uma requisição dos profissionais que se comprometem com um projeto que visa outro tipo de sociedade. Espera-se que o profissional não reduza sua atuação a procedimentos técnicos burocráticos que podem caracterizar a atuação no âmbito da gestão de instituições.

Conhecer a realidade social e o contexto que envolve esta comunidade é de suma importância para que se definam as possibilidades e limitações de

intervenção nesta realidade. O assistente social precisa compreender este contexto para poder situar-se em sua prática.

Ao finalizar este trabalho, por meio de estudos bibliográficos, conclui-se que a finalidade do *terceiro setor*, mais especificamente das *ONGs*, consiste numa temática recente que necessita de um debate mais aprofundado no âmbito do serviço social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS, Diretrizes Gerais para o curso de serviço social. In: **Cadernos Abess nº 7**. Edição Especial. Rio de Janeiro: Cortez, 1996.

ABESS nº. 07- **Formação Profissional: Trajetórias e Desafios**. São Paulo: Cortez, 1997.

ABREU, H. B. de. O contexto históricossocial da crise dos padrões de regulação sócio-estatal. **Praia Vermelha**. Estudos de Política e Teoria Social, UFRJ, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, 1. sem. 1997.

ACIOLI, A. **A explosão das ONGs no mundo e no Brasil e seus reflexos no espaço rural fluminense**. In: 4º Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa – ENGRUP, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/>>. Acesso em: 23/11/2010.

AEMFLO. **Documentos oficiais**: Estatuto AEMFLO. Disponível em: <<http://www.aemflo-cdlsj.org.br/index.php?...id...>>. Acesso em: 12/10/2010.

ALGO SOBRE. **Ação Social**. Disponível em: <<http://www.algosobre.com.br>>. Acesso em: 15/11/2010.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

ANDRADE, R. A. **O enfrentamento da Questão Social e o terceiro setor**. Vila Velha: Univila, 2006.

ARQUIDIOCESE DE FLORIANOPOLIS. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.arquifln.org.br>>. Acesso em: 14/11/2010.

BAPTISTA, M. V. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. 2. ed. São Paulo (SP): Veras; Lisboa (PT): CPIHTS, 2007.

BARRÍA MANCILLA, C. A. **Eca, LDB e Educação Popular: Perspectivas diversas para diversos fins**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/qt06-2272--int.pdf>>. Acesso em: 14/11/2010.

BORÓN, A. A Sociedade Civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

BOSCHETTI, I. O futuro das políticas sociais no governo Lula. In: **Revista katálysis N. 1/2007 - V. 10**. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1796/179613964002.pdf>> Acesso em: 24/11/2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília: Senado Federal, 1995

BRASIL. **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em: 23/11/2010.

_____. **Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999**. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/publicacoes/diarios/pdf/sf/2007/10/.../38154.pdf>> Acesso em: 23/11/2010.

CASA DA CRIANÇA. Atas de Reunião da **Diretoria relativas ao período de 2007 a 2009**. Florianópolis. 2010. Não paginado.

_____. **Estatuto Social**. Florianópolis. 2004. Não paginado.

_____. **Planejamento Estratégico**. Florianópolis. 2005. Não paginado.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional**. Florianópolis. 2008. Não paginado.

_____. **Relatórios de Atividades: Casa da Criança do Morro da Penitenciária relativos ao período de 2005 a 2009**. Florianópolis. 2009. Não paginado.

CISLAGHI, J. F. **Análise do REUNI: uma nova expressão da contra-reforma universitária brasileira**. Disponível em: < [http:// xa.yimg.com/kq/groups/](http://xa.yimg.com/kq/groups/) >. Acesso em: 23/11/2010.

COELHO, S. C. T. **Terceiro Setor: Um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo. 1998. Tese (Doutorado em Ciências Política) Universidade de São Paulo.

CUNHA, M. P. **Os andaimes do novo voluntariado**. São Paulo: Cortez, 2010.

DINIZ, J. H. A. S.; MATTOS, P. L. C. L. Organizações não-governamentais e gestão estratégica: desfiguração de seu caráter institucional original? In: **Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração**, XXVI, 2002, Salvador-BA. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2002, 1 CD ROM.

DRUCK, G.; FILGUEIRAS, L. Política social focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. In: **Revista katálysis N. 1/2007 - V. 10**. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/1796/179613964002.pdf>> Acesso em: 24/11/2010.

ELETROSUL. **A empresa**. Disponível em: <<http://www.eletrosul.gov.br>>. Acesso em: 10/10/2010.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em serviço social**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A política social do Estado Capitalista**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Natureza e desenvolvimento das políticas sociais. In: **Capacitação em serviço social e Política Social**. Módulo 3. Brasília, UNB/CEAD/2000.

FIORI, J. L. **Os moedeiros falsos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FMSS. **Quero doar**: faça a sua doação. Disponível em: <<http://www.portalsocial.org.br>>. Acesso em: 13/10/2010.

GARCIA, B. G. Responsabilidade social empresarial, estado e sociedade civil: O caso do Instituto Ethos. In: **Responsabilidade social das empresas**. São Paulo: Peirópolis, 2002.

GIFE. **O Gife**. Disponível em: <<http://www.gife.org.br>>. Acesso em: 17/11/2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOHN, M. G. (org.). **Movimentos sociais no início do Século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003

_____. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997.

HOFSTÄTTER, L. S. **Casa da Criança do Morro da Penitenciária do "Serviço Social alternativo" as novas alternativas para o Serviço Social**. Monografia (Graduação em Serviço Social) UFSC. Florianópolis, 1995.

HUBNER, C.E.; DAL SANTO, M. A. D.; OLIVEIRA, F. H. Diagnóstico de ocupação de encostas do Maciço Central do Morro da Cruz – Fpolis – SC. In; **Simpósio Brasileiro de Desastres Naturais**, 1., 2004, Fpolis. Anais... Fpolis; GEDN/UFSC, 2004.p.379-391. (CD-ROM)

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e Formação Profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

KLOCK, S. D. J. **O Serviço Social enquanto Experiência de Estágio no contexto da Casa da Criança no Morro da Penitenciária**. Monografia (Graduação em Serviço Social) UFSC. Florianópolis, 1994.

KOSHIBA, L. **O desenvolvimento econômico do Brasil durante o período do populismo**. Disponível em <<http://www.culturabrasil.pro.br/desenvolvimentismo.htm>>. Acesso em 18/10/2010.

LAHORGUE, D. B. **Caminhos e descaminhos da atuação do serviço social na Casa da Criança do Morro da Penitenciária**. Monografia (Graduação em Serviço Social) UFSC. Florianópolis, 1990.

LANDIM, L. **Para além do Estado e do Mercado? Filantropia a Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa /ISER, 1993.

_____. **As Organizações Não-Governamentais no Brasil**. Rio de Janeiro: ISER, 1998.

LESBAUPIN, I, MINEIRO, A. **O Desmonte da Nação em Dados**. Petrópolis, RJ: Vozes 2002.

LORENZI, G. W. **Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil**. 2007. Disponível em: < <http://http://www.promenino.org.br>. Acesso em: 11/10/2010.

MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2001.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PARÓQUIA DA SANTÍSSIMA TRINDADE. **Histórico**. Disponível em <<http://www.paroquiadatrinidade.com>>. Acesso em: 22/11/2010.

PASTORAL DO MENOR. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.pastoraldomenornacioanl.org>>. Acesso em: 10/10/2010.

RECEITA FEDERAL. **Lucro real**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 23/11/2010.

REIS, M. B. M. dos. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço social. In: CRESS 7ª Região (Org.) **Assistente Social: Ética e Direitos- Coletânea de Leis e Resoluções**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Daugraf gráfica e Editora, 2008, V.1.

RIZZINI, I. **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro: editora Universitária Santa Úrsula, 1996.

ROSSI, V. L. **O serviço social no contexto da experiência comunitária: Casa da Criança**. Monografia (Graduação em Serviço Social) UFSC. Florianópolis, 1995.

SADER, E. **A vingança da história**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **Ong's: os novos atores da "aldeia global"**. Trabalho apresentado no GT Cidadania, conflito e transformações urbanas, na XX reunião anual da ANPOCS, Caxambu-MG, out./1996 (repro).

SILVA, M. O. S. e. **O Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

SOARES, L. T. Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina. 2ª ed. In: **Questões da nossa época**. N.78. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, C; CARVALHO I. M. M. de. Reforma do Estado, descentralização e desigualdades. In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** version ISSN 0102-6445 Lua Nova no.48 São Paulo Dec. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?...>>. Acesso em: 23/11/2010.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

TEIXEIRA, A. C. C. A Atuação das Organizações Não-Governamentais: entre o Estado e o Conjunto da Sociedade. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TENÓRIO, F. G. **Gestão de ONGs: principais funções gerenciais**. 10ª Edição. Rio de Janeiro (RJ): FGV, 2006. 130p.

VIEIRA, E. **Os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

VOLUNTÁRIOS EM AÇÃO. **Nossa história**. Disponível em: <<http://www.voluntariosemacao.org.br>>. Acesso em: 12/10/2010.

WIECZYNSKI, M. e RONCONI, L. **Gestão e sustentabilidade para o terceiro setor: os novos rumos para o serviço social**. Portal Social UFSC. Disponível em: <<http://www.portalsocial.ufsc.br/publicacao/gestao.pdf>>. Acesso em: 18/10/2010.

YAZBEK, M. C. Terceiro setor e despolitização. In: **Revista Inscrita**. N° 6. Brasília: Dossiê CEFESS, 2000.

APÉNDICE

Projetos Realizados pela Casa da Criança

Título do projeto	Objetivo	Data de implementação	Ações do Projeto Principais financiadores/parceiros
Prazer de Ler (Biblioteca)	Desenvolver convivência e relação prazerosa com leituras e as produções literárias colaborando na formação intelectual da criança e do adolescente levando a criar hábitos de leitura e escrita com vistas ao desenvolvimento humano.	Março/2006	<p>2006 – Desde este ano o Instituto C&A faz doações de roupa mensalmente. A instituição organiza Bazar e com o recurso realizou-se o pagamento de um estagiário para a Biblioteconomia.</p> <p>2007 – Supermercado Angeloni promoveu evento beneficente para reformar e estruturar a Biblioteca, recursos arrecadados R\$ 18.000,00, reformado todas as instalações (salas de leitura, sala do acervo, banheiro, varanda com bancos de leitura). Ação Social Arquidiocesana financiou um computador, tapete emborrachado para a sala de leitura, almofadas e estantes, Besc Club, doou 4 estantes.</p> <p>2008 – Recursos destinados do FIA doação da Eletrosul e Celesc. Realizado pagamento dos recursos humanos;</p> <p>2009 – o projeto ganhou o Prêmio Pontinhos de Leitura Edição Machado de Assis pelo Ministério da Cultura – o premio continha um Kit no valor de R\$ 20.000,00 com 5.000 exemplares de livros (que resultou na atualização do acervo) e equipamentos de informática, o prêmio foi recebido no mês de julho; No mesmo ano foi possível a contratação de um profissional da área da biblioteconomia através dos recursos destinados do FIA.</p>
Brinquedoteca – Projeto Lúdico	Oferece espaço adequado para a vivência da brincadeira, de jogos, do lúdico, objetivando o resgate da cultura da infância.	Julho/2007	<p>2007- Parceria com a UFSC, nas áreas de psicologia e arquitetura implantou o projeto, estruturou o espaço físico, mobiliou o ambiente, organizou os brinquedos; no mesmo ano a instituição recebeu doação de brinquedos da Farmácia Normal através do projeto de Incentivo a Leitura O projeto com conta com apoio de 4 educadores da PMF</p> <p>2009 – Esta oficina pedagógica faz parte do projeto em que a Casa da Criança ganhou o Prêmio Ludicidade - Pontinho de Cultura do Ministério da Cultura (MinC) em parceria com a Secretaria de Governo de Estado de Turismo, Cultura e Esporte .</p>
Apoio Pedagógico	Criar espaços para o desenvolvimento cognitivo das crianças e adolescentes com vista ao melhoramento no	Março/2002	Convenio com PMF que cedeu 4 educadores durante 12 meses.

	desempenho escolar.		
Projeto Brincando também se Aprende – Arte e Educação	Possibilitar o atendimento de 120 crianças e adolescentes de 06 as 17 anos através de atividades lúdicas e de apoio pedagógico.	Março/2002	Projeto enviado a PMF para consolidação do convênio. Este convênio contém a 4 professores para as oficinas pedagógicas: Apoio Pedagógico, Oficinas de Artesanato , Artes Plásticas, Percussão, teatro, dança.
Oficina de Artes Plásticas	Desenvolver o potencial criativo, transformador e crítico, estimulando o processo de percepção, de resignificação de valores e atitudes, dando novos sentidos na relação pessoais e interpessoais.	Março/2002	Projeto realizado através do convenio com a PMF. Este convênio proporciona durante 12 meses uma professora de Artes.
Projeto Artesanato	Estimular o potencial criativo, motricidade fina e ampla, através de reconstrução de material, de reciclagem.	Março/2002	Oficinas coordenadas por uma voluntária
Projeto Percussão	Falta objetivo???	Março/2008	Parceria curso de psicologia da UFSC – foi desenvolvido projeto de música. Atenderam 20 crianças..
Projeto Flauta Doce	Desenvolver as habilidades técnicas necessárias para o manuseio da flauta doce, como suas possibilidades de expressão e percepção musical através de atividades que integrem experiências de execução, composição e apreciação musical, visando a formação de cidadãos críticos e refletivos em relação ao universo musical no qual se encontram inseridos.	Março/2005	Oficinas coordenadas por uma voluntária, para 10 crianças.
Projeto Cartoon		Março/2008	Parceria com a Agência de Propaganda e Marketing CRIag, realizado oficinas profissionalizante de desenho Cartoon. Atendeu 10 adolescentes. Produzido Cartão de Natal e Cartão Comemorativo.
Projeto Teatro	Desenvolve o potencial criativo, elabora dramatização de peças teatrais.	Março/2008	Este projeto foi realizado por meio de um professor pago pela Instituição. No ano de 2008 este projeto teve apoio PETI

			e Projeto Pintar um Futuro, montado duas peças de teatro e realizado duas exposições no Teatro da UFSC.
Projeto Dança	Oportuniza o aprendizado da dança por meio do desenvolvimento físico, motor e cognitivo; contribuir para a educação e conscientização do corpo.	Julho/2007	2007 a 2008 – Projeto teve apoio da Ação Social Arquidiocesana (ASA) que financiou a estruturação da sala de Dança com espelho, barra, colchonetes e aparelho de som. Esse mesmo projeto tem apoio do BESC Clube para o pagamento da professora. 2009 – através do convênio com PMF que cedeu um professor de dança durante 12 meses.
Educação Física – diversas modalidades	Utilizar o esporte, recreação e lazer como estratégia educativa de atenção integral, inclusão social, desenvolvimento físico, motor e cognitivo, e de valores como responsabilidade, criatividade, autoconfiança, companheirismo, despertar a consciência corporal e o senso crítico.	Março/2005	Projeto realizado através do convênio com a PMF. Este convênio proporciona um professor de educação física durante 12 meses. 2007 – O projeto teve apoio do Programa Segundo Tempo (Ministério do Esporte) parceria com Instituto Contato. Através do Programa Segundo Tempo instituição recebe um estagiário de Educação Física, além de um kit com materiais esportivos, lanche e camiseta para as crianças e adolescentes.
Projeto Capoeira	Oportunizar o aprendizado da capoeira desenvolvimento físico motor e cognitivo, bem como responsabilidade, autoconfiança e integração no trabalho em grupo, incluindo elementos culturais e sociais.	Março/2005	2005 – O projeto foi realizado através da parceria com a Fundação Franklin Cascaes que disponibilizou um professor.
Projeto Tênis	O oportunizar a crianças e adolescentes a prática do tênis.	Março/2006	2006- Parceria IGK – Instituto Guga Küerten. O projeto atendeu 30 crianças e adolescentes. 2007- Projeto passou a ser realizado com a parceria da Fundação Catarinense de tênis. O projeto atendeu 60 crianças e adolescentes.
Projeto Inclusão Digital	Oportunizar a Inclusão Digital as crianças e adolescentes participantes da Casa da Criança, por meio de oficinas de alfabetização digital, cursos específicos de informática para o	Março/2006	2006 – Por meio deste projeto a Casa da Criança participou da campanha de arrecadação de recurso no Portal Social RBS – Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, pelo site www.portalsocial.org.br . Doação de recursos no valor de R\$ 8.000,00 pela empresa DIMED foram adquiridos 10 computadores. Junho de 2007 a junho de 2008 – Este projeto

	desenvolvimento social, pessoal e futuro profissional na busca do exercício da cidadania.		teve apoio do BESC Clube no pagamento de um professor no período matutino e na manutenção dos computadores. Também teve a parceria com a Fundação da Faculdade Única que cedeu um professor para o período vespertino.
Projeto Atendimento Médico Emergencial	Prestar atendimento médico emergencial as crianças e adolescentes que freqüentam a Casa da Criança.	Setembro/2002	Projeto realizado pela parceria com a Help Emergência Médica. 2007 – A instituição recebeu doação da rede de Farmácia Normal kit de primeiros socorros.
Projeto Promoção da Saúde Bucal	Prestar atendimento odontológico as crianças e adolescentes que freqüentam (participantes) da Casa da Criança.	Junho/2002	O projeto já foi realizado por dentistas voluntários. Projeto realizado com apoio dos estagiários de odontologia da UFSC. 2007 – a instituição recebeu doações de material de odontológico pela Prodoctor Dental Center e pelo Instituto Voluntários em Ação (IVA). 2009 – Doação de equipamentos para o consultório odontológico feita pela empresa OLSEN.

Fontes: Projetos Casa da Criança, Atas de Reunião de Diretoria, Relatórios Institucionais – materiais correspondentes ao período de 2005 a 2009.

ANEXOS



TERMO DE CONSENTIMENTO INSTITUCIONAL

Declaro para os devidos fins que esta Instituição está de acordo com a utilização dos documentos institucionais (PDI - Plano de Desenvolvimento institucional, Planejamento Estratégico, atas das reuniões de diretoria, Projetos Sociais, Relatórios anuais elaborado pelo Serviço social, balanço anual/mensal e o Estatuto Social) pela estagiária de serviço social Francielle Daniel Teixeira e acadêmica da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Este trabalho está sob orientação da Profa. Dra. Maria Teresa dos Santos e tem por finalidade um estudo de caso da instituição para a concretização do Trabalho de Conclusão de Curso pela acadêmica, e terá como tema a gestão de projetos sociais em Organizações Sem-Fins lucrativos.

Florianópolis, 31 de agosto de 2010.

Gilson Rogério Moraes
Vice-Presidente da Casa da Criança do Morro da Penitenciária

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

CASA DA CRIANÇA DO MORRO DA PENITENCIÁRIA

PARTE 1: QUEM SOMOS?

1.1 Missão

Intervir na realidade social, buscando a inclusão e conscientização dos direitos básicos das crianças e adolescentes residentes na área de atuação da entidade, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e democrática.

1.2 Visão

Busca e geração do protagonismo infanto-juvenil com vistas ao exercício da cidadania e excelência na prestação dos serviços.

1.3 Principais atividades

Grupos de atividades	Descrição	Resultados
Programa Arte e Educação	Objetiva utilizar as diversas expressões artísticas como estratégia de inclusão social e cultural com vistas ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Os projetos desenvolvidos atualmente são: Apoio Pedagógico, Biblioteca, Artes Visuais, Artesanato, Culinária, Desenho Cartonn.	- 90% na alfabetização das crianças de 07 a 08 anos; - ganho na concentração motora fina; - aumento no gosto pela leitura.
Programa Esporte e Lazer	O programa está baseado na utilização do esporte e do lazer como estratégia de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes participantes da Casa da Criança. Os Projetos realizados atualmente são: Educação Física, Capoeira e Dança.	- melhoramento da postura corporal; - aumento do espírito de equipe e disciplina; - desenvolvimento de técnicas de dança nas modalidades, Bale, Stret Dança, Hip Hop; - realização de 10 apresentações externas das turmas de Dança.
Programa Prevenção e Saúde	Objetiva oferecer atendimento odontológico e médico emergencial na Casa da Criança. Os Projetos que estão sendo realizados são: Atendimento Médico Emergencial e Promoção	- melhor atendimento emergencial direto e indireto com orientações para procedimentos;

	de Saúde Bucal.	- escovação diária das crianças.
Programa Inclusão Digital	O Programa oferece oficinas de informática com vistas à inserção digital das crianças e adolescentes - alfabetização digital e curso de informática básica e internet.	- 100% de alfabetização digital das crianças participantes; - 100 % dos participantes habilitados no uso da internet; - adolescentes de 12 a 14 anos domínio do Word.
Programa Alimentação	O cardápio foi elaborado por nutricionista, com princípio da alimentação balanceada para a pessoa em desenvolvimento. É servido 5 refeições diárias, cada criança faz 3 refeições diariamente (almoço e dois lanches).	- 100% das crianças bem nutridas com alimentação balanceada; - desenvolvimento saudável.

1.4 Principais indicadores de resultados

- 140 crianças e adolescentes;
- R\$ 126,00 crianças mês;
- Prêmio Itaú Unicef – Semifinalista 2007 ; Moção de Aplauso – Câmara Municipal dos Vereadores – Florianópolis 2008, Mérito comunitário Serviço Social do Comércio – SESC; Prêmio Mérito AENFLO - Associação Empresarial Regional Metropolitana de Florianópolis;
- Realização de dez diferentes oficinas pedagógicas, esportivas e artísticas.

PARTE 2: ONDE ESTAMOS?

2.1 Oportunidades e ameaças encontradas no contexto e respostas da organização

Cenários	Oportunidades	Ameaças	Alternativas para a organização
Econômico	Crescimento da responsabilidade social das empresas; Aumento da consciência da sociedade acerca da co-responsabilidade social; Crescimento do número de editais para financiamento.	Falta de parceria de financiamento com o poder público estadual e federal.	Atuar em projetos de captação e incentivar o empreendedorismo.
Social	Crescimento do número de projetos sociais.	Aumento das Áreas de Interesses Sociais e número de pessoas em situação de vulnerabilidade social.	Criação de programas para atendimento das famílias.
Ambiental	Reciclagem de lixo, uso racional da água; Trabalho pedagógico com as crianças sobre ecologia.	Escassez de recursos naturais, como a água.	Trabalho de conscientização com o público atendido.
Cultural	Desenvolvimento de projetos artísticos.	Escassez de investimentos.	Desenvolvimento de projetos culturais.
Político	Abertura de editais com linhas de financiamento.	Falta de investimento nas políticas públicas Uso de ONG para desvio de dinheiro público - Imagem negativa na mídia.	Aprofundar conhecimento da legislação e influenciar na sua elaboração.

2.2 Forças e fragilidades da organização

Dimensões	Forças	Fragilidades
	Existe equipe	Comprometimento/ definição de papéis

Pessoas		
Serviços	Qualidade no atendimento	Melhorar avaliação e o acompanhamento. Indicadores
Sociedade	Querendo participar	Projetos com continuidade
Recursos	Credibilidade e patrimônio	Continuidade/ Pós captação
Governança	Conhecimento e capacidade	Centralização/ delegação
<p>Síntese: Existem grandes valores na instituição e pessoas querendo contribuir, cabe aproveitar-los e dar continuidade nas ações.</p>		

PARTE 3: PARA ONDE VAMOS?

3.1 Principais questões (desafios) da organização nesse momento

Questões operacionais (curto prazo)	contratação de gerente/Plano de cargos e salários/ modelo de gestão descentralizada, maior grau de responsabilidade e autonomia
Questões organizacionais (médio prazo)	Plano de valorização do quadro funcional Conselho consultivo e grupos de trabalho Construção de novas salas para oficinas
Questões estratégicas (longo prazo)	Aumento 30% nas fontes de financiamento de pessoas físicas e jurídica Pesquisa de impacto social

3.2 Objetivos e estratégias gerais do PDI

Objetivos gerais	Estratégias gerais
Traçar direcionamento estratégico	Construção de um plano

institucional	estratégico/plano de ação com participação coletiva
Criar novo modelo de gestão	Plano de Cargos e salários Parada técnica (com equipe técnica e outros profissionais)
Melhorar processos de captação de recursos	Plano de captação de recursos
Criar processos e rotinas de avaliação de projetos pedagógicos	Modelo de avaliação por indicadores

4. COMO VAMOS CHEGAR? Planos de ação

Plano de ação 1

Área: Melhorar Governança

Metas	Atividades	Cronograma	Responsáveis	Parceiros	Indicadores de avaliação
Melhorar a gestão	<ol style="list-style-type: none"> 1. implantar o Conselho Consultivo/representações diversas; 2. apresentar a idêia para a Diretoria e levantar os nomes; 3. Organizar reunião e apresentar a instituição, PDI, Sustentabilidade e os objetivos do conselho; 4. empossar – estabelecer plano de ação, metas e reuniões periódicas; 5. Organizar a primeira reunião de apresentação institucional. 	Curto prazo	Diretoria, Equipe técnica	Empresas privadas e estatais e pessoas físicas.	<ul style="list-style-type: none"> - número de conselheiros; - participação em reuniões; - Proposições.
Alterar a definição dos cargos da Diretoria	<ol style="list-style-type: none"> 1. redefinir os cargos da diretoria, bem como a nomenclatura; 2. criar diretoria de Comunicação, financeira, etc; 3. alterar o estatuto social. 	Curto prazo	Diretoria	Conselho consultivo e fiscal.	- cargos da diretoria.
Melhorar o funcionamento interno	<ol style="list-style-type: none"> 1. fazer a descrição de cargos e funções; 2. implementar a agenda planejamento semanal e mensal direcionamento de ações, avaliação e informes. 1. substituir do gestor (atual vice-presidente) por gestor contratado para assumir o cargo. 	Curto prazo	Diretoria, equipe técnica	UFSC – Ação Junior Administração.	- descrição dos cargos.
Criar cargo de gestor	<ol style="list-style-type: none"> 1. instituir comissão de captação formada por membros da diretoria e técnico(s) da instituição; 2. estabelecer rotina de encontros, ações e metas. 	Curto prazo	Diretoria	Conselhos consultivo e fiscal.	<ul style="list-style-type: none"> - responsabilidades assumidas segundo descrição de cargos e salários. - número de financiadores; - valor de captação.
Aumentar a receita - Sustentabilidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. realizar eventos com a coordenação da Diretoria para: apresentações, alimentação, recepção, recreação, bazar, etc. 	Curto, médio e longo prazo	Diretoria, equipe técnica	Empresas privadas e públicas	- número de eventos.
Organizar Eventos	<ol style="list-style-type: none"> 1. atualizar o menu de voluntários (das 	Curto, médio e longo prazo	Diretoria e equipe técnica		
Capta. Voluntários	<ol style="list-style-type: none"> 1. atualizar o menu de voluntários (das 	Curto, médio	Diretoria D. Lourdes	IVA	- número de voluntários.



	necessidades de voluntários); 2. realizar campanha de captação de voluntários especialmente da terceira idade (NETI entre outros).	e longo prazo		
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------	--	--

Plano de ação 2

Área: Captação de recursos

Metas	Atividades	Cronograma	Responsáveis	Parceiros	Indicadores de avaliação
Aumentar a captação de recursos através de pessoas físicas para 30%	1. atuar em comissão de captação de recursos; 2. realizar reuniões sistemáticas; 3. criar estratégias de captação: conta de luz etc.	Médio e longo prazo	Diretoria e equipe técnica responsável	Pessoas físicas	- número de financiadores; - valor de captação.
Aumentar a captação de fontes jurídica para 30%	1. criar comissão de captação de recursos; sistemáticas; 2. realizar reuniões 3. buscar editais de financiamentos, elaborar projetos.	Médio e longo prazo	Diretoria e equipe técnica responsável	Pessoas jurídicas	- número de financiadores; - valor de captação.
Melhorar relacionamento com financiadores	1. criar estratégias de comunicação sistemática (Ex: Blog); 2. encaminhar via on-line de balancete mensal; 3. organizar informativos, agradecimentos.	Curto médio e longo prazo	Diretoria e equipe técnica responsável	Agência de marketing	- número de comunicação com financiadores.

Plano de ação 3

Área: Participação da comunidade

Metas	Atividades	Cronograma	Responsáveis	Parceiros	Indicadores de avaliação
Aumentar a participação dos pais por meio da criação da associação dos pais	- apresentar a proposta em reunião; - formar um grupo de pais; - fazer os encontros no mesmo dia das reuniões dos pais, 15 min antes; - apresentar pontos de pauta para a reunião.	Curto e médio prazo	Gilson, Verônica, Beatriz	Associação do Morro	- pauta das reuniões; - ata das reuniões.
Oferecer capacitação para os pais	- realizar palestras mensais, temas saúde, educação, ecologia etc; - organizar agenda anual.	Já esta em andamento	Gilson Diretoria OAB Cidadã	OAB Cidadã Unidade de Saúde	- número de palestras anual; - frequência e participação dos pais.
Oferecer cursos profissionalizante	- realizar cursos de culinária, artes, entre outros.	Médio prazo	Diretoria e equipe técnica	Universidades	- numero de cursos; - numero de alunos.
Aumentar a participação da comunidade	- envolver a associação dos moradores na reunião da diretoria	- reuniões quinzenais - já esta em andamento	Gilson, Dalton	Associação dos moradores	- frequência nas reuniões da diretoria; - ata da diretoria.

Plano de ação 4

Área: Curso profissionalizante para adolescentes

Metas	Atividades	Cronograma	Responsáveis	Parceiros	Indicadores de avaliação
Oferecer capacitação profissional	1. oferecer cursos profissionalizante (cartoon, aquecimento solar ecológico); 2. oferecer cursos técnicos.	Curto, médio e longo prazo	Equipe técnica e Diretoria	Escolas técnicas, universidades, empresas privadas.	- cursos realizados; - número de alunos.

Realizar encaminhamento para mercado de trabalho	1. fazer parceria e encaminhamentos para o mercado de trabalho	Médio e longo prazo	Equipe técnica e Diretoria	Empresas privadas e públicas	- número de colocação no mercado de trabalho.
--------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------	---------------------	----------------------------	------------------------------	-----------------------------------------------

Plano de ação 5
Area: Comunicação e imagem

Metas	Atividades	Cronograma	Responsáveis	Parceiros	Indicadores de avaliação
Melhorar a divulgação na comunidade externa	1. realizar reuniões sistêmicas da comissão de comunicação; 2. fazer informativo e encaminhar por e-mail; 3. buscar inserção na mídia.	Curto, médio prazo	Diretoria e comissão	TV e rádio	- número de informativos on-line; - número de inserções na mídia.
Atualizar material informativo	1. fazer folder e banner atualizado; 2. atualizar o Blog; 3. fazer Placa, para colocar na rua principal com seta indicando a instituição; 4. fazer e colocar Placa no Prédio.	Em andamento	Diretoria	Agência de marketing	- número de folders distribuídos.
Melhorar a transparência	1. encaminhar os balancetes mensais para todos os parceiros, por e-mail.	Em andamento	Dalton	Escritório de contabilidade	- número de balancete enviados; - número de parceiro encaminhados.

Plano de ação 6
Area: Estrutura física

Metas	Atividades	Cronograma	Responsáveis	Parceiros	Indicadores de avaliação

Melhorar a qualidade das salas de oficinas	1. fazer a planta de construção de novas salas; 2. fazer o projeto arquitetônico e orçamento; 3. realizar estratégias de captação de recursos.	Médio prazo	Diretoria e equipe técnica	UFSC- E.JEP (engenharia civil)	- número de novas salas de oficinas.
--------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------	----------------------------	--------------------------------	--------------------------------------

Plano de ação 7

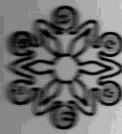
Área: Comunicação com a escola regular

Metas	Atividades	Cronograma	Responsáveis	Parceiros	Indicadores de avaliação
Melhorar a comunicação com a escola regular	1. organizar reuniões com a escola regular; 2. encaminhar convite para a escola das reuniões pedagógicas da Casa da Criança – buscar representação na escola,	Curto prazo	Coordenação geral e coordenação pedagógica	escola	- número de reuniões com a escola.

Plano de ação 8

Área: Projeto ambiental

Metas	Atividades	Cronograma	Responsáveis	Parceiros	Indicadores de avaliação
Desenvolver Projeto ambiental	- realizar ações sistemáticas de educação ambiental.	Curto e médio prazo	Equipe técnica e Diretoria	ONGs ambientais	- número de ações educativas.



ICom
INSTITUTO COMUNITÁRIO
GRANDE FLORIANÓPOLIS



Plano de ação 9

Área: Avaliação e Pesquisa

Metas	Atividades	Cronograma	Responsáveis	Parceiros	Indicadores de avaliação
Avaliar projetos por Indicadores	1. realizar avaliação por projeto com indicadores quantitativos e qualitativos.	Curto e médio prazo	Coordenação pedagógica, professores e equipe técnica	Diretoria	- número de avaliações anual realizadas; - número de projetos avaliados.
Medir Impacto Social	1. realizar pesquisa de impacto social quantitativa dos egressos da Casa da Criança.	Médio e longo prazo	Equipe Técnica	Universidades	- escolaridade; - empregabilidade; - qualificação profissional; - constituição familiar.

5. QUAIS OS APRENDIZADOS?

5.1 Mudanças, movimentos que estão ocorrendo na organização

Mudanças ocorridas	Indicadores
Gestão	- criação plano de cargos e salários, em andamento.
Governança	- processo de implantação do conselho consultivo
Captação de recursos	- comissão de trabalho de captação - estratégia para captação de pessoas físicas

5.2 Principais facilitadores e dificultadores

Aspectos facilitadores	Aspectos dificultadores
- vontade de melhorar - trabalho em equipe - envolvimento de gestores	- disponibilidade de tempo - planejamento para que aconteça

5.3 Perspectivas no desenvolvimento do PDI

Dando seqüência as ações já iniciadas e instituindo agenda de trabalho semanal e mensal.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES: CASA DA CRIANÇA DO MORRO DA PENITENCIÁRIA

Razão social: Casa da Criança do Morro da Penitenciária

Ano de Fundação: 14 de março de 1988 CNPJ : 81.617.789/0001-26

Endereço completo (rua, bairro, cidade, Estado, CEP):

Rua Álvaro Ramos nº. 320 – Servidão Casa da Criança, Bairro Trindade.

Cidade: Florianópolis - Estado: SC - CEP: 88036-032

Fone/Fax: (48) – 3333-0257

E-mail: casadacriancamp@gmail.com; casadacriancamp@brturbo.com.br.

Diretoria: **Presidente:** Frei Itamar José Angonese; **Vice-Presidente:** Gilson Rogério Moraes; **Primeiro Secretário:** Hercílio Fernandes Neto; **Segundo Secretário:** Roberto Luiz da Silva; **Primeiro Tesoureiro:** Vidal de Souza Vettoretti; **Segundo Tesoureiro:** Dailson Z. Peres.

Nº de inscrição CMAS: 018/98

Nº de inscrição CMDCA:10/2002

Breve Histórico

A Casa da Criança do Morro da Penitenciária é fruto de uma organização popular que teve início no ano de 1983. A comunidade do Morro da Penitenciária é composta, na sua totalidade, por famílias migrantes provenientes principalmente da região do Planalto Serrano e Oeste Catarinense. Grande parte destas famílias viviam no campo tendo a agricultura como fonte de subsistência e se deslocaram para a capital do Estado em busca de melhores condições de vida. Aqui chegando, foram se instalando nas encostas dos morros construindo pequenos barracos, sem infra-estrutura, o que formou um ambiente de favela. Nessa comunidade, fatores como educação, moradia, emprego e saneamento básico são precários. Com pouca qualificação profissional, os migrantes tornaram-se desempregados ou subempregados. A Casa da Criança surgiu a partir da necessidade dos moradores da comunidade terem um local apropriado para deixar seus filhos enquanto trabalhavam.

Foi fundada em 1988, pela Paróquia da Trindade, na pessoa do Padre Luís Witiuk, juntamente com a comunidade, tendo como finalidade ações de intervenção na realidade de processos de exclusão social, cultural e econômica a que são submetidas às crianças e adolescentes do Morro da Penitenciária e suas respectivas famílias. Esta entidade é uma Organização Não Governamental - ONG, Pessoa Jurídica de Direito

Privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, localizada na Rua Álvaro Ramos, 320, Servidão Casa da Criança, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina – SC. Atualmente, o responsável pela instituição é o vice-presidente Sr. Gilson Rogério Moraes. A administração é realizada pela diretoria executiva voluntária que é comprometida com valores éticos e responsabilidade social. Organograma Institucional, no Anexo do documento

Perfil da comunidade

A instituição atende 140 crianças e adolescentes de 06 a 16 anos, em período alternado a escola regular. Da população atendida pode-se citar alguns dados para exemplificar esta realidade como a renda familiar, por salário mínimo: 23% das famílias estão na faixa de zero a um salário, 31% recebem 2 salários, 28% ganham 3 salários e 17% acima de três salários; quanto a escolaridade: 60% dos familiares estudaram até 4ª série; 31% possuem o ensino fundamental; 7% concluíram o ensino médio; a distribuição no mercado de trabalho fica em: 25% doméstica, 14% diarista, 22% construção civil, 8,6% do lar, 6,6% Serviços Gerais, 23,8 outros; na composição familiar, por número de filhos: 40% das famílias têm de um a dois filhos, 38% possuem de três a quatro filhos, 16% de cinco a seis filhos, 4,7% tem mais de seis filhos; quanto ao núcleo familiar fica distribuído: 40% vivem com os pais, 39% somente com a mãe, 12% vivem com a mãe e o padrasto, 3,7% vivem com avó ou avô, 1,69 vivem somente com o pai, 2.6 outros (Cadastro 2006).

Missão

Intervir na realidade social, buscando a inclusão e conscientização dos direitos básicos das crianças e adolescentes residentes na área de atuação da entidade, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e democrática.

Visão

Busca e geração do protagonismo infanto-juvenil com vistas ao exercício da cidadania e excelência na prestação dos serviços.

OBJETIVOS

- Possibilitar o desenvolvimento integral das crianças e adolescente, de 06 a 14 anos de idade, em período alternado à escola regular, na busca do enriquecimento das potencialidades, assegurando ganhos de aprendizado escolar, social, cultural;

- Garantir a formação das crianças e adolescentes para a vida com humanidade e cidadania, oferecendo espaços e situações de aprendizagem para a construção de valores éticos e de participação na vida pública.

Principais atividades e resultados

Grupos de atividades	Descrição	Resultados
Programa Arte e Educação	Objetiva utilizar as diversas expressões artísticas como estratégia de inclusão social e cultural com vistas ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Os projetos desenvolvidos atualmente são: Apoio Pedagógico, Biblioteca, Brinquedoteca, Artes Visuais, Artesanato, Culinária, Teatro, Desenho Cartonn.	<ul style="list-style-type: none"> - 90% na alfabetização das crianças de 07 a 08 anos; - ganho na concentração motora fina; - aumento no gosto pela leitura; - hábito na leitura; - conhecimento de técnicas de artes e história da arte; - realização de exposições em teatros; - criação de produtos;
Programa Esporte e Lazer	O programa está baseado na utilização do esporte e do lazer como estratégia de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes participantes da Casa da Criança. Os Projetos realizados atualmente são: Educação Física, Tênis, Squash, Capoeira e Dança.	<ul style="list-style-type: none"> - melhoramento da postura corporal; - aumento do espírito de equipe e disciplina; - desenvolvimento de técnicas de dança nas modalidades, Bale, Stret Dança, Hip Hop; - realização de 10 apresentações externas em mostras de dança; - troféus da Federação Catarinense de Tênis em campeonato;

Programa Prevenção e Saúde	Objetiva oferecer atendimento odontológico e médico emergencial na Casa da Criança. Os Projetos que estão sendo realizados são: Atendimento Médico Emergencial e Promoção de Saúde Bucal.	- melhor atendimento emergencial direto e indireto com orientações para procedimentos; - escovação diária das crianças;
Programa Inclusão Digital	O Programa oferece oficinas de informática com vistas à inserção digital das crianças e adolescentes - alfabetização digital e curso de informática básica e internet.	- 100% de alfabetização digital das crianças participantes; - 100 % dos participantes habilitados no uso da internet; - adolescentes de 12 a 14 anos com domínio do Word.

Principais indicadores de resultados – Prêmios e per capita

- 140 crianças e adolescentes;
- R\$ 126,00 crianças mês (per capita);
- Prêmio Itaú Unicef – Semifinalista 2007; Prêmio Ludicidade – Pontinho de Cultura Ministério da Cultura – 2008; Moção de Aplauso – Câmara Municipal dos Vereadores – Florianópolis 2008, Mérito comunitário Serviço Social do Comércio – SESC; Prêmio Mérito AENFLO - Associação Empresarial Regional Metropolitana de Florianópolis;
- Realização de dez diferentes oficinas artísticas e esportivas.
-

Algumas iniciativas que a instituição desenvolveu em parcerias

1. Parceria CIEE – Centro Integrado Empresa Escola – desenvolvido o curso Empresa Escola – PIT Programa de Iniciação ao Trabalho destinado aos jovens da comunidade,
2. Parceria Senac Social e Unimed - capacitação profissional para o primeiro emprego de 20 jovens da comunidade. Programa de Educação para o Trabalho - PET. A Unimed foi à patrocinadora,

3. Projeto de Incentivo a Leitura – Supermercados Angeloni apoiou a reforma da Biblioteca (salas de leitura, sala do acervo, banheiro, varanda com bancos de leitura, ar condicionado); A Ação Social Arquidiocesana financiou um computador, tapete, almofadas e estantes; O Besc Clube: doou estantes, e por meio de realização de Bazar com roupas doadas pela Lojas C&A foi efetuado o pagamento de dois estagiários, Farmácia Normal que doou brinquedos. O projeto previa a doação de brinquedo como incentivo à leitura. A Celesc e Eletrosul financiou o pagamento de recursos humanos.
4. Planejamento Estratégico – Unisul curso de Serviço Social – assessoria e acompanhamento,
5. Plano de Desenvolvimento Institucional – Unisul e ICOM – curso de pós-graduação voltada à construção de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI),
6. Projeto de Urbanização – parceria com a Associação Catarinense de Engenharia - ACE - estão desenvolvendo projeto de utilização da área, bem como, projeto de construção de salas de aulas,
7. Projeto Brinquedoteca – parceria com a UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina, nas áreas de psicologia, brinquedista e arquitetura implantou o projeto, estruturou o espaço físico, mobiliou o ambiente, forneceu e catalogou os brinquedos,
8. Projeto Segundo Tempo – Governo Federal - Educação Física – cedência de professores para realização das práticas esportivas, fornecem lanche e camisetas para as crianças e os adolescentes,
9. Atendimento Médico Emergencial – parceria com a Help ,
10. Programa de Saúde Bucal - tratamento odontológico e ações de prevenção em parceria com o curso de Odontologia com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Temos 3 estagiários e uma professora supervisora,
11. Apoio Pedagógico - Prefeitura Municipal de Florianópolis cede 4 professores, com carga horária de 40 h. O convênio também dispõe de ajuda de custo para alimentação e pagamento de funcionários,
12. Inclusão Digital: doação de pessoa física de um laboratório completo com 10 computadores. O Besc Clube financiou o pagamento de instrutor de informática,
13. Oficina de Dança: a Ação Social Arquidiocesana financiou a estrutura física com espelhos, barras, colchonetes e aparelho de som. O Besc Clube financiou o pagamento de professor de dança,
14. Encaminhamento ao Mercado de Trabalho – parceria com empresas de prestação de serviços para viabilizar a empregabilidade dos pais e/ou responsáveis das crianças e adolescentes participantes e comunidade em geral,
15. Programa Adolescente Aprendiz – parceira com CIEE para encaminhamento de adolescentes no programa,

14. Curso de Energia Solar – parceria com a CELESC que ofereceu curso de Construção de Aquecedor Solar para a comunidade.

Lista dos parceiros: ver Eco mapa, no anexo do documento.

Divulgação institucional e de projetos:

- Divulgação mensal dos balancetes, via e-mail;
- Divulgação do relatório anual, via e-mail e por correspondência;
- Blog atualizado na Internet;
- Participação em eventos na área cultural e social;
- Publicação de matérias em jornais de circulação estadual;
- Publicação de matéria em jornais de circulação local e regional;
- Entrevistas em programas de rádios e Televisão;
- Cobertura de eventos por programas de Televisão;
- Folder Institucional.

A seguir iremos mostrar os relatórios de atividades dos anos de 2008, 2007 e 2006 em formato de síntese:

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2008

	Ações Realizadas
Diretoria	<ol style="list-style-type: none">1. Realizado reuniões quinzenais da diretoria para tratar de assuntos administrativos;2. Formado o conselho consultivo com representantes da OAB, CDL, CELESC.
Projetos Desenvolvidos	<ol style="list-style-type: none">1. Projeto Prazer de Ler Parceria (Biblioteca) – parceria com: Lojas C&A, Celesc, Eletrosul. Realizado oficinas de contação de história, leitura de livros de literatura infantil, infanto-juvenil, criação de textos;2. Projeto Dança – apoio do Besc Clube - Street Dance, Balé Clássico, atendeu 30 adolescentes. Participação em mostras e exposições externas, como: 19º Festival de Dança Shopping Itaguaçu, TAC, Lira Tênis Clube, Shopping Iguatemi;3. Projeto Inclusão Digital – apoio do Besc Clube. Realizado oficinas de Informática para os adolescentes e para as crianças atendeu 60 crianças;4. Educação Física – parceria com o Projeto Segundo Tempo - Governo Federal, cedeu professor e estagiários, lanche, camisetas e material esportivo. Foi realizado prática de diversas modalidades esportivas: futsal,

	<p>futebol, vôlei, handebol, basquetebol, xadrez, tênis de mesa, recreação - atendeu 140 crianças e adolescentes;</p> <p>5. Oficinas de Artesanato – foram realizadas atividades de pintura em papel, tecido, tela, técnicas de recorte, colagem e dobradura - atendeu 140 crianças e adolescentes;</p> <p>6. Projeto Teatro – apoio PETI e Projeto Pintar um Futuro, montado duas peças de teatro e realizado duas exposições no Teatro da UFSC;</p> <p>7. Percussão – parceria curso de psicologia da UFSC – foi desenvolvido projeto de música. Atenderam 20 crianças;</p> <p>8. Apoio Pedagógico - orientação e acompanhamento nas tarefas escolares, incentivo à pesquisa e leituras, atendeu 140 crianças e adolescentes;</p> <p>9. Prática de Tênis – parceria Fundação Catarinense de Tênis, atendeu 60 crianças e adolescentes;</p> <p>10. Canto – desenvolvido oficina de canto/coral. Atendeu 140 crianças e adolescentes;</p> <p>11. Cartoon – parceria com a Agência de Propaganda e Marketing CRIag, realizado oficinas profissionalizante de desenho Cartoon. Atendeu 10 adolescentes. Produzido Cartão de Natal e Cartão Comemorativo;</p> <p>12. Atendimento Médico Emergencial – parceria com a Help - recebido 03 atendimento emergência;</p> <p>13. Programa de Saúde Bucal - realizado tratamento odontológico e ações de prevenção em parceria com o curso de Odontologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Temos 3 estagiários e uma professora supervisora;</p> <p>14. Portal Social/ RBS – FMSS - Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho - Projeto para Sustentabilidade da Casa da Criança, site www.portalsocial.org.br.</p>
Convênio PMF	1. Cedeu 4 professores de séries iniciais com carga horária de 40 h. O convênio também dispõe de ajuda de custo para alimentação e pagamento de funcionários.
Divulgação do trabalho	<p>1. Divulgação mensal dos balancetes, via e-mail;</p> <p>2. Publicado diversas matérias no Diário Catarinense;</p> <p>3. Publicado matéria no Jornal do CDL;</p> <p>4. TvCom fez a cobertura do Natal;</p> <p>5. Jornal Hora fez matéria sobre o Natal e o voluntariado;</p>

	6. Criação de Banner e Folder Institucional parceria CRlag.
Trabalho com famílias	<p>1. Organizado eventos, palestras sobre: Direitos do Cidadão e meio-ambiente com a equipe da OAB Cidadã e Concap, Prevenção ao Câncer com a Rede Feminina de Combate ao Câncer, Limites na Educação Infantil com Psicóloga Especialista;</p> <p>2. Realizado atendimento individual as famílias que apresentarem necessidades, dando orientação e encaminhamento para a rede de atendimento;</p> <p>3. Realizado orientações e encaminhamentos para o mercado de trabalho em parceria com empresas de Recursos Humanos: Liderança e Orcali;</p> <p>4. Curso de Montagem de Captador de Energia Solar em parceria com a Celesc.</p>
Eventos	<p>1. Inauguração da Biblioteca e Brinquedoteca;</p> <p>2. Realização de Jantar Paella, valor arrecadado aplicado nas despesas administrativas;</p> <p>3. Exposição Converse Arte entre Amigos, realização da Galeria Luciano Martins, Mercearia Fatto a Mano e Fernanda Lago com o apoio da Stella Artois. O valor arrecadado será aplicado nas oficinas de arte;</p> <p>4. Projeto Bazar – parceria com as Lojas C&A, realizado três bazares durante o ano. O valor arrecadado foi aplicado nas oficinas;</p> <p>5. Festa de Natal – Parceria: Racer, CDL, Supermercados Angeloni, Funcionários da Receita Federal, Shopping Iguatemi, Irmãos Daux.</p>
Alimentação	1. Servidos 5 refeições diariamente com supervisão de nutricionista - parceria Sesc Mesa Brasil – tivemos como parceiros na doação de alimentos a Caixa Econômica Federal - CEF, CDL, Angeloni Supermercados, IFAS, Convênio PMF, OAB Cidadã, Alunos da UFSC e UDESC, Sociedade São Vicente de Paula, PETI – Programa de Erradicação ao Trabalho e pessoas físicas.
Encontros/ Representações	<p>1. CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, participação na Comissão de Avaliação e Monitoramento do FIA – Fundo da Infância e do Adolescente;</p> <p>2. OAB Cidadão – participação nas reuniões da OAB Florianópolis;</p> <p>3. Fórum do Direito da Criança e do Adolescente;</p> <p>4. SESC Mesa Brasil - participação nas reuniões;</p> <p>5. Conferência Mundial de Serviço Social - Bahia;</p> <p>6. Conferência Estadual de Direitos Humanos;</p>

	<p>7. Encontro Nacional de Educação – Brasília;</p> <p>8. Encontro Catarinense do Terceiro Setor;</p> <p>9. Curso de Gestão do Terceiro Setor – Projeto Fortalecer – ICOM;</p> <p>10. Encontro Regional do programa Prêmio Itaú Unicef – Curitiba;</p> <p>11. Participado das reuniões da rede da Ação Social da Trindade e da Arquidiocese;</p> <p>12. Seminário de Prestação de Contas;</p> <p>13. Controle Social do Terceiro Setor – TCU;</p> <p>14. Função Social da Educação Complementar ONGs – Secretaria da Educação.</p>
Prêmios/2008	<p>1. Prêmio Ludicidade – Pontinhos de Cultura – Ministério da Cultura;</p> <p>2. Amigo da Criança – Prefeitura Municipal de Florianópolis - Indicação da Câmara de Vereadores de Florianópolis;</p> <p>3. Menção de Aplauso - Câmara de Vereadores Florianópolis.</p>
Parceiros Mantenedores	<p>1. Convênio com a CELESC – Adesão à conta de Luz – Pessoas físicas e jurídicas.</p>

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2007

	Ações Realizadas
Representatividade/ Políticas Públicas	<p>1. CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - participação mensal nas Plenárias e na Comissão de Finanças, Comissão de Avaliação e Monitoramento do FIA – Fundo da Infância e do Adolescente,</p> <p>2. OAB Cidadão – participação nas reuniões da OAB Florianópolis,</p> <p>3. Fórum do Direito da Criança e do Adolescente – participação nas reuniões quinzenais as quais foram discutidas as políticas públicas para a cidade de Florianópolis;</p> <p>4. SESC Mesa Brasil - participação nas reuniões da Rede.</p> <p>5. FONACONDICA - Fórum Nacional dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – representação nas reuniões regionais e nacional.</p>

<p>Captação de recursos</p>	<p>1. Grupo da Diretoria – realização de reuniões quinzenais da diretoria da instituição para tratar de assuntos administrativos e captação de recursos,</p> <p>2. Projeto Bazar – parceria com as Lojas C&A – todos os meses recebemos doações de roupas de troca e com pequenos defeitos. Realizamos dois bazares durante o ano. O valor arrecadado foi aplicado nas oficinas.</p>
<p>Projetos em parceria</p>	<p>1. Projeto Prazer de Ler Parceria (Biblioteca) – parceria com Angeloni realizado evento Café Colonial com Bingo de Obras de Artes. O Angeloni organizou o café colonial e doou 60 obras de artes. O valor dos convites foi revertido para a estruturação física da Biblioteca, reforma geral do prédio. Esse projeto também foi aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pela Comissão de avaliação e Monitoramento do FIA (Fundo de Infância e Adolescente)</p> <p>2. Portal Social/ RBS – FMSS - Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho - participamos da campanha no Portal Social, com Projeto para Sustentabilidade da Casa da Criança, o site é www.portalsocial.org.br. Por meio do referido portal recebemos doação da Dimed, que investimos em pagamento dos funcionários.</p> <p>3. Projeto Dança – parceria Ação Social Arquidiocesana que financiou a estruturação da sala de Dança com espelho, barra, colchonetes e aparelho de som. Esse mesmo projeto tem apoio do Besc Clube para o pagamento da professora.</p> <p>4. Projeto Inclusão Digital – apoio do Besc Clube no pagamento de um professor no período matutino e na manutenção dos computadores. Também temos a parceria com a Fundação da Faculdade Única que sede um professor para o período vespertino.</p> <p>5. Projeto Brinquedoteca – parceria com a UFSC, nas áreas de psicologia e arquitetura implantou o projeto, estruturou o espaço físico, mobiliou o ambiente, organizou os brinquedos.</p> <p>6. Projeto Segundo Tempo - Educação Física - cede professor para realização das práticas esportivas, fornecem lanche e camisetas para as crianças e adolescentes,</p> <p>7. Atendimento Médico Emergencial – parceria com a Help - realizado 16 chamadas de atendimento emergencial, todos receberam atendimentos.</p> <p>Recebemos doação da rede de Farmácia Normal kit de primeiros socorros.</p> <p>8. Programa de Saúde Bucal - realizado tratamento odontológico e ações de prevenção em parceria com a Universidade Federal de Santa</p>

	<p>Catarina – UFSC. Temos 3 estagiários e uma professora supervisora.</p> <p>Recebemos doações de material de odontológico pela Prodoctor Dental Center e por pelo Instituto Voluntários em Ação IVA.</p>
Convênio PMF	<p>1. Cedeu 4 professores de séries iniciais com carga horária de 40 h. O convênio também dispõe de ajuda de custo para alimentação e pagamento de funcionários.</p>
Oficinas Pedagógicas	<p>1. Tênis – parceria Fundação Municipal de Esportes, atendeu 60 crianças e adolescentes,</p> <p>2. Dança – modalidade Street Dance, atendeu 30 adolescentes, Balé Clássico atendeu 30 adolescentes. Realizado várias apresentações: Centro Integrado de Cultura – CIC, 1º. Santa Catarina Dança, Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Festa da Santíssima Trindade, Espaço Angelone, Shopping Itaguaçu, entre outros.</p> <p>3. Artes – foram realizadas diversas atividades como: pintura em papel, tecido, tela, utilizou-se tinta guache, tinta a óleo, lápis e giz. História da arte, releitura de grandes pintores. Usaram-se técnicas de recorte, colagem e dobradura - atendeu 120 crianças e adolescentes,</p> <p>4. Educação Física – prática de diversas modalidades esportivas: futsal, futebol, vôlei, handebol, basquetebol, tênis de mesa, ginástica, recreação - atendeu 120 crianças e adolescentes,</p> <p>5. Literatura – contação de história, leitura de livros de literatura infantil, infanto-juvenil, criação de textos,</p> <p>6. Inclusão Digital – realizado curso de Informática Básica para os adolescentes e para as crianças iniciação digital, atendeu 120 crianças e adolescentes.</p> <p>6. Apoio Pedagógico - Orientação e acompanhamento nas tarefas escolares, incentivo à pesquisa e leituras, atendeu 120 crianças e adolescentes,</p> <p>7. Percussão – parceria com a UFSC, curso de psicologia – foi desenvolvido projeto de música. Atenderam 20 crianças,</p> <p>8. Canto – desenvolvido oficina de canto/coral. Atendeu 120 crianças e adolescentes.</p>
Divulgação do trabalho	<p>1. Divulgação mensal dos balancetes, via e-mail para os contatos da (organizações do 1º, 2º. e 3º. Setor e pessoas físicas),</p> <p>2. Publicado matérias no Jornal: Dia, Hora, Diário Catarinense,</p> <p>3. Matérias (três) em tele jornal (RBS, TVBV, SBT).</p>

Educadoras	<p>1. Apresentação do plano de trabalho do Serviço Social – 2007- perfil sócio – econômico do público alvo atendido, na primeira semana pedagógica,</p> <p>3. Organizado evento com tema: o Conselho Tutelar,</p> <p>4. Organizado evento sobre Educação Social com a orientadora Norma Carvalho do Lar Fabiano de Cristo, PROMENOR; Pe Wilson Grow do Projeto Escrava Anastácia,</p> <p>5. Organizado palestra sobre Cultura da Vida como Getúlio Soares.</p>
Trabalho com famílias	<p>1. Organizado evento com a coordenação da Rede Feminina de Combate ao Câncer,</p> <p>2. Organizado evento sobre meio-ambiente com a equipe dos Bombeiros,</p> <p>3. Organizado evento sobre limpeza na comunidade com a Concap,</p> <p>3. Realizado atendimento individual as famílias que apresentarem necessidades, dando orientação e encaminhamento para a rede de atendimento,</p> <p>4. Atendimento Sócio- Emergencial as famílias em situação de vulnerabilidade,</p>
Eventos comunidade	<p>1. Organização de eventos em tardes de lazer para as crianças e os familiares: Festas da Páscoa, Dia das Mães, Junina, Dia da Criança e de Natal. A AFLOV faz doações de presentes para as crianças em eventos festivos, tais como: kit Festa Junina, Kit Presente Páscoa, Kit Dia das Crianças.</p> <p>Nestas ocasiões são realizadas ações de recreação para a família, apresentação das crianças e também servido lanche.</p> <p>2. Festa de Natal - parceria Academia Racer e Clientes, CDL, CDL Jovens, Fazenda Esperança que ofereceram os presentes (material escolar, roupas, brinquedos).</p>
Alimentação	<p>1. Servidos 5 refeições diariamente com supervisão de nutricionista - parceria Sesc Mesa Brasil – tivemos como parceiros na doação de alimentos a Caixa Econômica Federal - CEF, CDL, Colégio e Cursinho Tendência, Angeloni Supermercados, Farmácia Normal, Convênio PMF, OAB Cidadã, Banco HSBC, Conselho Regional de Contabilidade, Alunos da UFSC, Sociedade São Vicente de Paula, PETI – Programa de Erradicação ao Trabalho entre outras pessoas físicas.</p>

Ampliação e Reforma	<p>1. Pintura no parquinho;</p> <p>2. Reforma na Biblioteca, pintura, divisórias, instalação de ar - condicionados, móveis;</p> <p>3. Criação do espaço da Brinquedoteca, pintura, mobiliário, aquisição de brinquedos.</p>
---------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES – 2006

	Ações Realizadas
Recursos materiais do Serviço Social	1. Foi destinado 1 (um) computador, acesso a internet, prontuários, arquivo (parceria Besc Club Florianópolis).
Dados estatísticos	<p>1. Organizado os dados estatísticos, as informações dos cadastros sócio econômico e do cadastro do Serviço Social;</p> <p>2. Dados coletados: da população atendida pode-se citar alguns dados para exemplificar esta realidade como a renda familiar, por salário mínimo: 23% das famílias estão na faixa de zero a um salário, 31% recebem 2 salários, 28% ganham 3 salários e 17% acima de três salários; quanto a escolaridade: 60% dos familiares estudaram até 4ª série; 31% possuem o ensino fundamental; 7% concluíram o ensino médio; a distribuição no mercado de trabalhado fica em: 25% doméstica, 14% diarista, 22% construção civil, 8,6% do lar, 6,6% Serviços Gerais, 23,8 outros; na composição familiar, por número de filhos: 40% das famílias têm de um a dois filhos, 38% possuem de três a quatro filhos, 16% de cinco a seis filhos, 4,7% tem mais de seis filhos; quanto ao núcleo familiar fica distribuído: 40% vivem com os pais, 39% somente com a mãe, 12% vivem com a mãe e o padrasto, 3,7% vivem com avô ou avô, 1,69 vivem somente com o pai, 2.6 outros (Cadastro 2006).</p>
Instrumentais técnico- operativo	1. Criado documento para os encaminhamentos, foram encaminhadas 20 crianças e adolescentes aos Postos de Saúde, Hospital Universitário e Hospital Infantil, para atendimento médico, pediátrico, fonoaudiólogo e de psicopedagogia.
Gestão de projetos	1. Criado instrumental para avaliação de desempenho dos projetos desenvolvidos.
Representatividade	<p>1. CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - participação mensal nas Plenárias e na Comissão de Finanças,</p> <p>2. OAB Cidadão – participação nas reuniões realizadas na sede da OAB</p>

	<p>Florianópolis,</p> <p>3. CMAS - Conselho Municipal da Assistência Social - participação mensal nas Plenárias e nas capacitações promovidas pelo conselho,</p> <p>4. Fórum do Direito da Criança e do Adolescente – participação nas reuniões quinzenais as quais foram discutidas as políticas públicas para a cidade de Florianópolis.</p>
Captação de recursos	<p>1. Criado a Comissão de Captação de Recursos (Casa da Criança, Casa São José, Creche São Francisco – fazem parte da Ação Social Trindade) que se reúnem sistematicamente para planejar e executar ações voltadas a sustentabilidade - Campanha Conta de Luz - parceria com Plansul – empresa de telemarketing que esta fazendo a campanha de arrecadação,</p> <p>2. Projeto Bazar – realizado parceria com a C&A – todos os meses recebemos doações de roupas de troca e com pequenos defeitos. Realizamos dois bazares no ano,</p> <p>4. Organizado a participação em evento: Mania de Bazar no Beira Mar Shopping de Florianópolis, tivemos um stand, ponto de venda. O Bazar aconteceu no 6º. piso nos dias 24, 25, 26 e 27 de agosto, com mercadorias de diversos lojistas doadores. A empresa organizadora do Bazar, M2 Promoções e Eventos LTDA, disponibilizaram stand.</p>
Projetos em parceria	<p>1. Projeto Prazer de Ler Parceria Besc Club e Fundo da ASA – Ação Social Arquidiocesana – possibilitou organizar e ampliar a Biblioteca, recebemos doações de computador, estantes, tapetes e decoração,</p> <p>2. Parceria CIEE – Centro Integrado Empresa Escola – desenvolvido o curso Empresa Escola destinado aos jovens da comunidade do Morro da Penitenciária, as atividades aconteceram no mês de junho e foi ministrado pelo CIEE,</p> <p>3. Parceria Senac Social e Unimed - viabilizamos capacitação profissional com vistas a preparação para o primeiro emprego de 20 jovens da comunidade do Morro da Penitenciária. Programa de Educação para o Trabalho - PET, com carga horária de 303 h. A Unimed foi a patrocinadora do PET e disponibilizou a estação de vivência para os jovens. O curso realizou-se de agosto a dezembro,</p> <p>4. Portal Social/ RBS – FMSS - Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho - participamos da campanha de arrecadação, no Portal Social, com Projeto Inclusão Digital, o site é www.portalsocial.org.br,</p> <p>5. Projeto de Incentivo a Leitura – parceira com Farmácia Normal que doou brinquedos. O projeto previa a doação de brinquedo para as crianças e adolescentes que fizessem leitura de livro e a ficha de leitura,</p> <p>6. Planejamento Estratégico – Unisul curso de Serviço Social –</p>

	<p>acompanhamento/reuniões de avaliação do Planejamento Estratégico realizado em 2005,</p> <p>7. Atendimento Médico Emergencial – parceria com a Help - realizado 7 chamadas de atendimento emergencial, todos receberam atendimentos, destes 5 chamadas foram atendimentos para crianças e adolescentes, 1 para professor e o outro para funcionário. O Serviço Social fez o monitoramento.</p> <p>8. Programa de Saúde Bucal - realizado tratamento odontológico e ações de prevenção em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Temos 3 estagiários e uma professora supervisora. Acesso ao relatório somente em fevereiro de 2006,</p> <p>9. Projeto de Urbanização – parceria com a Associação Catarinense de Engenharia - ACE - estão desenvolvendo projeto de utilização da área, bem como, projeto de construção de salas de aulas.</p>
Convênio PMF	<p>1. Cedeu 4 professores de séries iniciais com carga horária de 40 h. O convênio também dispõe de ajuda de custo para alimentação e pagamento de funcionários.</p>
Oficinas Pedagógicas	<p>1. Tênis – parceria IGK – Instituto Guga Küerten, atendeu 30 crianças e adolescentes,</p> <p>2. Dança – modalidade Street Dance, atendeu 20 crianças e adolescentes,</p> <p>3. Artes – foram realizadas diversas atividades como: pintura em papel, tecido, tela, utilizou-se tinta guache, carvão, tinta a óleo, lápis e giz. Usaram-se técnicas de recorte, colagem e dobradura - atendeu 120 crianças e adolescentes,</p> <p>4. Educação Física – prática de diversas modalidades esportivas: futsal, futebol, vôlei, handebol, basquetebol, tênis de mesa, ginástica, recreação - atendeu 120 crianças e adolescentes,</p> <p>5. Literatura - leitura de livros de literatura infantil, infanto-juvenil, ficha de leitura,</p> <p>6. Apoio Pedagógico - Orientação e acompanhamento nas tarefas escolares, incentivo à pesquisa e leituras, esclarecimento de regras de ortografia e gramática, atendeu 120 crianças e adolescentes,</p> <p>7. Percussão – parceria com a UFSC, curso de psicologia – foi desenvolvido projeto de música. Atenderam 20 crianças,</p> <p>8. Canto – desenvolvido oficina de canto. Atendeu 120 crianças e adolescentes.</p>
Divulgação do	<p>1. Elaboração e divulgação de 3 informativos, por meio da internet,</p>

trabalho	<p>encaminhado para mais de 100 contatos (organizações do 1º, 2º. e 3º. Setor e pessoas físicas),</p> <ol style="list-style-type: none"> 2. Publicado três matérias no Jornal da Arquidiocese, 3. Entrevistas no Programa da TV Com, 4. Entrevistas em rádios, CBN e Bandeirantes, 5. Matérias (quatro) em tele jornal (RBS, TVBV, SBT), 6. Veiculação de comercial parceria RBS/FMSS – Projeto Portal Social, 7. Organização de Folder para divulgação e captação de recursos.
Educadoras	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apresentação do plano de trabalho do Serviço Social – 2007- perfil sócio – econômico do público alvo atendido, na primeira semana pedagógica, 2. disponibilizado as educadoras o cadastro/Dados dos Educandos – contendo o nome, data de nascimento, filiação, situação familiar, preferências da criança, repetências e/ou dificuldades, doenças/alergias e o telefone da família, 3. Organizado palestra sobre o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente e o papel do conselho Tutelar, 4. Organizado palestra sobre Educação Social com o Palestrante Luiz Gonzaga; 5. Participado das reuniões pedagógicas, 6. Colocado em pauta nos Conselhos a situação de contrato das professoras ACT nas ONGs. Mobilizado o Fórum DCA e os dirigentes das organizações para propor mudanças na forma de contratação e no perfil das educadoras. No próximo ano terá um processo de seleção diferenciado e as organizações continuarão lutando para abrir concurso público municipal.
Trabalho com famílias	<ol style="list-style-type: none"> 1. Entrevista a todas as famílias, aplicado a Ficha de Cadastro do Serviço Social; realizado orientações e encaminhamentos necessários, 2. Organizado a palestra com a Defesa Civil, 3. Realizado atendimento individual as famílias que apresentarem necessidades, dando orientação e encaminhamento, 4. Atendimento Sócio- Emergencial – prestado atendimento emergencial de entrega de 5 cestas básicas no ano - especificamente para uma família, que passou por situação de vulnerabilidade, 5. Atendimento Sócio- Emergencial - construído, por meio de campanhas (Igreja Santissima Trindade e comunidade, Prefeitura Municipal de

	Florianópolis – doação de madeiras) e parcerias com o Projeto Pintar um Futuro – projeto de Origem Holandesa (doação de R\$ 6.000), casa para uma família que estava em situação de risco. A casa onde viviam (6 pessoas) pegou fogo. A família está com residência de alvenaria, três quartos, sala, cozinha, banheiro, toda mobiliada. O valor total gasto na casa foi de aproximadamente R\$ 15.000.
Eventos comunidade	1. Organização de eventos em tardes de lazer para as crianças e os familiares: Festas da Páscoa, Dia das Mães, Junina, Dia da Criança e de Natal. Nestas ocasiões são realizadas ações de recreação para toda a família, apresentação das crianças e também servido lanche. No Natal foi entregue os presentes para as crianças. A academia Racer e seus clientes foram os grandes parceiros, ofereceram os presentes para todas as crianças.
Alimentação	1. Servidos 5 refeições diariamente com supervisão de nutricionista - parceria Sesc Mesa Brasil – tivemos como parceiros na doação de alimentos a Caixa Econômica Federal - CEF, Fundação Vida, Colégio e Cursinho Tendência, Angeloni Supermercados, Farmácia Normal, Convênio PMF, Carioca Calçados, Centro Acadêmico Livre de Economia, Alunos do Colégio Catarinense, PETI – Programa de Erradicação ao Trabalho, Fundação de Ensino e Engenharia da UFSC, Sesc Mesa Brasil, D. Dulce e D. Telma.
Ampliação e Reforma	1. Prédio da Saúde – realizado reforma geral, troca do telhado por laje, pintura interna, criado a sala para atendimento médico-emergencial, com maca, 2. Muro de contenção/arrimo – feito no pátio e também da biblioteca para segurar o muro, pois tinha sido derrubado pela chuva, 3. Telas para muro – foi cercado 12 metros de tela.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2005

	Ações Realizadas 2005
Encaminhamentos	1. Foram encaminhadas 17 crianças e adolescentes aos Postos de Saúde, Hospital Universitário e Hospital Infantil, para atendimento médico, pediátrico, fonoaudiólogo e de psicopedagogia.
Gestão	1. Iniciado o processo de Planejamento Estratégico – parceria Unisul curso de Serviço Social – acompanhamento/reuniões de avaliação.
Representatividade	1. OAB Cidadão – participação nas reuniões realizadas na sede da OAB

	<p>Florianópolis,</p> <p>2. CMAS - Conselho Municipal da Assistência Social - participação mensal nas Plenárias,</p> <p>3. Fórum do Direito da Criança e do Adolescente – participação nas reuniões quinzenais as quais foram discutidas as políticas públicas para a cidade de Florianópolis.</p>
Captação de recursos	<p>2. Projeto Bazar</p> <p>4. Bingo</p>
Saúde	<p>1. Atendimento Médico Emergencial – parceria com a Help - realizado 7 chamadas de atendimento emergencial, todos receberam atendimentos, destes 5 chamadas foram atendimentos para crianças e adolescentes, 1 para professor e o outro para funcionário. O Serviço Social fez o monitoramento,</p> <p>2. Programa de Saúde Bucal - realizado tratamento odontológico na sede da instituição, com uma dentista voluntária.</p>
Educação Convênio PMF	<p>1. Cedeu 4 professores de séries iniciais com carga horária de 40 h. O convênio também dispõe de ajuda de custo para alimentação e pagamento de funcionários.</p>
Oficinas Pedagógicas	<p>1. Tênis – parceria IGK – Instituto Guga Küerten, atendeu 30 crianças e adolescentes,</p> <p>2. Flauta – oficinas de Flautas coordenada por voluntária, para 10 crianças,</p> <p>3. Artes – foram realizadas diversas atividades como: pintura em papel, tecido, tela, utilizou-se tinta guache, carvão, tinta a óleo, lápis e giz. Usaram-se técnicas de recorte, colagem e dobradura - atendeu 120 crianças e adolescentes,</p> <p>4. Educação Física – prática de diversas modalidades esportivas: futsal, futebol, vôlei, handebol, basquetebol, tênis de mesa, ginástica, recreação - atendeu 120 crianças e adolescentes,</p> <p>5. Literatura - leitura de livros de literatura infantil, infanto-juvenil, ficha de leitura,</p> <p>6. Apoio Pedagógico - Orientação e acompanhamento nas tarefas escolares, incentivo à pesquisa e leituras, esclarecimento de regras de ortografia e gramática, atendeu 120 crianças e adolescentes,</p> <p>7. Percussão – parceria com o Projeto BalaK Batu . Atenderam 120 crianças,</p> <p>8. Canto – desenvolvido oficina de canto. Atendeu 120 crianças e</p>

	adolescentes.
Divulgação do trabalho	1. Elaboração e divulgação de 3 jornais, distribuídos em eventos e para os parceiros,
Trabalho com famílias	1. Visita domiciliar a todas as famílias, , 2. Realizado atendimento individual as famílias que apresentarem necessidades, dando orientação e encaminhamento as famílias, 3. Assistência social – prestado atendimento emergencial de entrega de 5 cestas básicas no ano - especificamente para uma família, que passou por situação de vulnerabilidade,
Eventos comunidade	1. Organização de eventos em tardes de lazer para as crianças e os familiares: Festas da Páscoa, Dia das Mães, Junina, Dia da Criança e de Natal. Nestas ocasiões são realizadas ações de recreação para toda a família, apresentação das crianças e também servido lanche. No Natal foi entregue os presentes para as crianças. A academia Racer e seus clientes foram os grandes parceiros, ofereceram os presentes para todas as crianças.
Alimentação	1. Servidos 5 refeições diariamente com supervisão de nutricionista - parceria Sesc Mesa Brasil – tivemos como parceiros na doação de alimentos a Caixa Econômica Federal - CEF, Fundação Vida, Colégio e Cursinho Tendência, Angeloni Supermercados, Farmácia Normal, Convênio PMF, Carioca Calçados, Centro Acadêmico Livre de Economia, Alunos do Colégio Catarinense, PETI – Programa de Erradicação ao Trabalho, Fundação de Ensino e Engenharia da UFSC, Sesc Mesa Brasil, D. Dulce e D. Telma.
Ampliação e Reforma	1. Prédio da Saúde – realizado reforma geral, troca do telhado por laje, pintura interna, criado a sala para atendimento médico-emergencial, com maca, 2. Muro de contenção/arrimo – feito no pátio e também da biblioteca para segurar o muro, pois tinha sido derrubado pela chuva, 3. Telas para muro – foi cercado 12 metros de tela.

Florianópolis, 30 de janeiro de 2009

Gilson Rogério Morais

Vice- presidente da Casa da Criança

ESTATUTO SOCIAL CASA DA CRIANÇA

CAPITULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FINALIDADE, PATRIMÔNIO E DURAÇÃO

Art. 1º – A Casa da Criança do Morro da Penitenciária, fundada em 14 de março de 1988, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.617.789/0001-26, é uma associação civil sem fins econômicos, com sede e foro na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, na rua Álvaro Ramos, nº 320 Comunidade do Morro da Penitenciária, bairro da Trindade, em Florianópolis/SC, que se regerá pelo presente Estatuto e disposições legais que lhe forem aplicáveis, especialmente pela Lei nº 10.406/2002 (artigos 53 a 61), que instituiu o novo Código Civil Brasileiro.

§ 1º – A Casa da Criança do Morro da Penitenciária se caracteriza como associação pluralista, autônoma e independente de qualquer instituição partidária, governamental ou religiosa, podendo estabelecer parceria ou convênio com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, e delas receber quaisquer tipos de doações que venham a atender às finalidades e não fira o seu caráter autônomo.

§ 2º – A associação tem personalidade jurídica distinta de seus associados, que, assim, não respondem pelas obrigações sociais.

Art. 2º - São objetivos da Casa da Criança do Morro da Penitenciária:

I – Objetivos Gerais:

- a) Intervir na realidade social, buscando evitar a marginalização e a violação dos direitos básicos das crianças e adolescentes residentes na área de atuação da entidade, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e democrática;
- b) Deixar à disposição da comunidade espaços físicos que possibilitem a formação de grupos de crianças e adolescentes, de pais, e membros da comunidade local, que participarão de eventos que visem proporcionar momentos de reflexão, de discussão e de elaboração de propostas que levem a erradicar a marginalização social, política e cultural dos menores residentes na comunidade.

II – Objetivos Específicos:

- a) Atender crianças e adolescentes, de 06 a 17 anos de idade, em regime de semi-internato;
- b) Fomentar o interesse da criança e do adolescente pelo estudo e trabalho;
- c) Estimular a participação das crianças e adolescentes na vida da comunidade;
- d) Promover cursos e palestras, com fins educativos e profissionalizantes;
- e) Desenvolver experiências práticas de cooperativismo;
- f) Proporcionar momentos de lazer às crianças;
- g) Oferecer acompanhamento pedagógico e assistência médica e odontológica;

Art. 3º – São beneficiários da Entidade as crianças e adolescentes de 06 a 17 anos de idade, moradores do Morro da Penitenciária, que deverão receber autorização

escrita dos pais ou responsáveis e comprovar estarem matriculados e freqüentando escola regular.

Art. 4º – No desenvolvimento de suas atividades, a Casa da Criança observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

Parágrafo único – Para cumprir seu propósito, a Entidade atuará por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins econômicos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins.

Art. 5º – O patrimônio da Casa da Criança do Morro da Penitenciária será constituído: pelos bens que lhe forem doados pelos associados e por terceiros; pelos bens móveis e imóveis que possua, bem como que vier a adquirir com recursos próprios; pelas subvenções oficiais; devendo tal patrimônio ser destinado exclusivamente à consecução das finalidades sociais, não podendo, em qualquer hipótese, ser distribuído aos associados.

Parágrafo único – A Associação poderá fazer aplicações financeiras das receitas excedentes, e obter renda da exploração dos bens que não esteja utilizando. Os resultados assim obtidos, que integrarão o seu patrimônio, serão igualmente destinados à consecução das finalidades.

Art. 6º – Nenhum associado participará, a qualquer título, do patrimônio da Associação, nem perceberá qualquer remuneração pelo exercício de cargo em sua diretoria ou Conselho Fiscal, sendo também vedada a distribuição de lucros e/ou dividendos entre associados ou terceiros.

Art. 7º – Deliberar sobre a celebração de convênios, aquisição de bens móveis e imóveis, reformas e sobre questões relacionadas com a administração de pessoal, será de competência exclusiva da Diretoria, através de seu presidente.

Parágrafo Único – A alienação de imóveis, além da deliberação da Diretoria, através de seu presidente, está condicionada à prévia autorização da Assembléia Geral.

Art. 8º – A associação durará por prazo indeterminado.

CAPÍTULO II

DOS ASSOCIADOS, SEUS DEVERES E DIREITOS

Art. 9º – Pode se associar qualquer pessoa, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo religioso ou filiação político partidária.

§1º – A Entidade é constituída por número ilimitado de associados, os quais deverão concorrer solidariamente, com sua colaboração e cooperação, para a realização de seus objetivos e a manutenção de seus serviços.

§ 2º – Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

Art. 10º – São direitos do associado:

I – Votar e ser votado;

II – Usufruir dos serviços e programas oferecidos pela Casa da Criança, em conformidade com o estabelecido no presente Estatuto;

III – Exercer cargos e funções eletivas na instituição;

IV – Desligar-se da Associação, comunicando imediatamente à Diretoria, por escrito.

Parágrafo Único – Cada associado terá direito a apenas um voto

Art. 11 – São deveres do associado:

I – Cumprir o presente Estatuto e as deliberações dos órgãos administrativos da Casa da Criança do Morro da Penitenciária;

II – Prestigiar a Associação e contribuir para que a mesma cumpra as suas finalidades sociais;

III – Participar da Assembléia Geral, seja ela Ordinária ou Extraordinária;

IV – Cumprir com as obrigações estabelecidas pela Assembléia Geral;

V – Manter atualizados os seus dados no cadastro da Associação, incluindo endereço, telefone e e-mail, sobretudo, para fins de comunicação de Assembléias Gerais.

IV – Zelar pela conservação do patrimônio físico, cultural e moral da Entidade;

Art. 12 – O desligamento do associado só poderá se dar nas seguintes circunstâncias:

I – Desligamento voluntário;

II – Por decisão da Assembléia Geral, por maioria dos presentes, quando for constatada ausência injustificada em 3 (três) Assembléias Gerais consecutivas, ou seis alternadas;

III – Exclusão, mediante deliberação fundamentada da Assembléia Geral, convocada especialmente para esse fim, por maioria absoluta de votos, quando constatada a existência de motivos graves, por uma ou mais das seguintes situações:

a) Violação deste Estatuto ou de outras normas regulamentadoras;

b) Prejuízo moral ou material à entidade;

c) Comportamento incompatível com os objetivos da entidade;

Parágrafo Único – Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e forma previstos na lei ou neste estatuto.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO

Art. 13 – São órgãos da entidade:

I – Assembléia Geral;

II – Diretoria;

III – Conselho Fiscal;

IV – Conselho Consultivo.

CAPÍTULO IV

DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 14 – A Assembléia Geral, formada pelos Associados, reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, no período compreendido pelos três primeiros meses subseqüentes ao término do exercício social, e extraordinariamente quando convocada pela Diretoria ou por, no mínimo 15 (quinze) associados.

Art. 15 – A Assembléia Geral será convocada pelo Presidente ou por 1/5 (um quinto) dos associados, por meio de carta, fax ou e-mail dirigidos aos Associados, ou por meio de publicação de edital na imprensa local, com a antecedência mínima de 10 (dez) dias, e instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de metade do número total de Associados, e, em segunda convocação, 30 (trinta minutos) após a hora marcada, com qualquer número de Associados.

§ 1º – A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente, e secretariada pelo Primeiro Secretário.

§ 2º – Cada associado terá direito a apenas um voto.

§ 3º – Não será admitida a representação dos associados por procuração.

Art. 16 – Compete privativamente à Assembléia Geral:

a) eleger membros da Diretoria e do conselho fiscal;

b) destituir membros da Diretoria e do conselho fiscal;

c) aprovar o relatório de atividades e o balanço financeiro;

d) alterar o Estatuto;

e) deliberar sobre a dissolução da entidade e destinação do patrimônio remanescente, que será em favor da Ação Social da Trindade, ou inexistindo esta, para uma entidade

pública ou particular, congêneres, que tenha registro no Conselho Nacional de Assistência Social;

f) Deliberar sobre questões não previstas nesse Estatuto, mas de interesse da Casa da Criança do Morro da Penitenciária.

§ 1º – Para as deliberações a que se referem os incisos *b, d e e* é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

§ 2º – Em caso de destituição da Diretoria ou do Conselho Fiscal, a Assembléia Geral fixará um prazo máximo de 30 (trinta) dias para nova eleição do órgão atingido e nomeará uma Comissão composta de 3 (três) associados para responderem interinamente pela entidade, pelo tempo necessário à formalização da nova eleição.

§ 3º – Em caso de vacância, por ato voluntário do Presidente, será convocada uma Assembléia Geral Extraordinária para decidir sobre a conveniência do preenchimento do cargo vago. Decidido o preenchimento, o substituto concluirá o mandato do Presidente que se desligou em caráter definitivo.

Art. 17 – As decisões da Assembléia Geral serão registradas em atas que, aprovadas pelos presentes, serão transcritas em livro próprio.

Parágrafo Único – As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria simples dos presentes, excetuando-se os casos expressamente previstos neste Estatuto.

CAPÍTULO V

DA DIRETORIA

Art. 18 – A Diretoria da Entidade, será eleita em Assembléia Geral Ordinária, para mandato de 3 (três) anos e terá a seguinte composição:

I – Presidente;

II – Vice-Presidente;

III – Primeiro Secretário;

IV – Segundo Secretário;

V – Primeiro Tesoureiro;

VI – Segundo Tesoureiro.

Parágrafo Único – Os membros da diretoria serão associados, ficando os mesmos investidos dos poderes previstos em lei e no presente estatuto para a normal gestão da Associação, cabendo-lhes cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, observada sempre a competência privativa de cada um, não podendo fazer parte do Conselho Fiscal.

Art. 19 – Compete ao Presidente:

- I – representar a Associação, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele;
- II – elaborar o Regimento Interno da Associação, em havendo necessidade, e submetê-lo à aprovação da Diretoria;
- III – convocar e presidir a Assembléia Geral e as reuniões da Diretoria;
- IV – elaborar, em conjunto com os demais diretores, o Relatório Anual da Diretoria, submetendo-o ao Conselho Fiscal para parecer, e à Assembléia Geral para aprovação, juntamente com o Balanço Anual e demais Demonstrações Financeiras do Exercício, que fará elaborar por contador habilitado, para aprovação da Diretoria;
- V – receber doações feitas à Associação e autorizar quaisquer pagamentos;
- VI – assinar quaisquer atos e documentos que importem em constituição de obrigações da Associação ou exoneração de terceiros de obrigações para com ela, obedecidos os limites de competência da Assembléia Geral;
- VII – constituir procuradores pela Associação, especificando, no respectivo instrumento de mandato, os poderes e o prazo de duração;
- VIII – abrir e encerrar contas bancárias;
- IX – movimentar contas bancárias, emitir, aceitar, endossar ou de qualquer forma obrigar a Associação por título cambial;
- X – admitir e demitir empregados.
- XI – Estabelecer entendimentos com órgãos públicos, de qualquer esfera administrativa, ou particulares para assinatura de convênios e obtenção de recursos para a Entidade;

Art. 20 - Compete ao Vice-Presidente:

- I – trabalhar em conjunto com o Presidente, auxiliando-o no exercício de suas atividades;
- II – substituir o Presidente em suas ausências e impedimentos;
- III – participar da gestão financeira da entidade, em conjunto com o Presidente e/ou Tesoureiro.

Art. 21 – Compete ao Primeiro Secretário:

- I – responsabilizar-se pela organização da documentação da Associação, bem como

pela organização das comunicações;

II – responsabilizar-se pela organização interna da Associação, o controle do ativo fixo, a movimentação e registro de pessoal, o processamento de compras e o controle de estoques.

III – Manter atualizada a nominata dos Associados.

IV – Secretariar as reuniões da Diretoria e Assembléias Gerais, lavrando as respectivas atas;

Parágrafo Único – Compete ao Segundo Secretário auxiliar o Primeiro Secretário no exercício de suas atribuições, substituindo-o em suas ausências e impedimentos.

Art. 22 – Compete ao Primeiro Tesoureiro:

I – Movimentar as contas bancárias e exercer as demais atividades financeiras, em conjunto com o Presidente e/ou Vice-Presidente;

II – Manter em dia a escrituração contábil, registrando nos livros próprios todas as receitas e as despesas da entidade;

III – Providenciar as prestações de contas relativas aos convênios celebrados pela Entidade, zelando pelo cumprimento de todas as cláusulas relativas à aplicação dos recursos;

IV – Manter registro e o controle de patrimônio da Entidade;

V – Manter em arquivo todos os comprovantes financeiros, inclusive os contratos e convênios celebrados.

VI – movimentar contas bancárias, emitir, aceitar, endossar ou de qualquer forma obrigar a Associação por título cambial, sempre em regime de dupla assinatura com o Presidente;

Parágrafo Único – Compete ao Segundo Tesoureiro auxiliar o Primeiro Tesoureiro no exercício de suas atribuições, substituindo-o em suas ausências e impedimentos.

Art. 23 – A Diretoria reunir-se-á ordinariamente a cada trinta dias e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

Art. 24 – Ocorrendo a renúncia ou afastamento definitivo de algum de seus membros, a Diretoria indicará substituto para exercer o cargo vago pelo tempo restante do mandato.

CAPÍTULO VI

DO CONSELHO FISCAL

Art. 25 – O Conselho Fiscal será constituído por três membros e seus respectivos suplentes, eleitos em Assembléia Geral.

§ 1º – O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria;

§ 2º – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente até o seu término.

Art. 26 – Compete ao Conselho Fiscal:

I – Examinar os livros de escrituração da Instituição;

II – Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da Entidade;

III – Requisitar ao Primeiro Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;

IV – Contratar e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;

V – Convocar extraordinariamente a Assembléia Geral.

Parágrafo único – O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada quatro meses, em janeiro, maio e setembro e, extraordinariamente, sempre que necessário.

CAPÍTULO VII

DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 27 – O Conselho Consultivo será constituído pelos representantes da Associação de Moradores do Morro da Penitenciária, do Conselho de Pastoral Comunitária da Capela N. Sra. Aparecida do Morro da Penitenciária, da Ação Social da Trindade, do Conselho Paroquial de Pastoral da Trindade, da Comissão Administrativa Econômica Pastoral.

Parágrafo único – Os membros do Conselho Consultivo poderão integrar o quadro associativo desta entidade.

Art. 28 – Compete ao Conselho Consultivo elaborar pareceres, ou emitir opiniões, sempre em atenção ao cumprimento do objeto social, a pedido dos associados, reunidos em assembléia geral, ou por qualquer membro da diretoria ou do conselho fiscal, devendo encaminhá-los, sempre por escrito, ao órgão requisitante.

Parágrafo único – Os pareceres, ou opiniões, proferidos pelo Conselho Consultivo, não obrigam, ou vinculam, qualquer ato dos demais órgãos da entidade.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29 – O exercício social coincide com o ano civil. Após o término do exercício social, serão levantados o Balanço Anual e demais Demonstrações Financeiras do Exercício, os quais serão, juntamente com o Relatório da Diretoria, submetidos ao Conselho Fiscal e à Assembléia Geral.

Art. 30 – Os casos omissos ou de interpretação duvidosa no presente Estatuto serão resolvidos pela Diretoria, cabendo sempre o recurso a Assembléia Geral.

Art. 31 – O Presente Estatuto foi aprovado pela Assembléia Geral realizada em 28 de Dezembro de 2004, e subscrito pela Diretoria e pelo Conselho Fiscal ora constituídos, contando com a deliberação do número mínimo de votos definido por lei (um terço dos associados).

Florianópolis, 28 de Dezembro de 2004

Presidente

Planejamento Estratégico Casa da Criança

1. Dados de Identificação da Instituição

1.1 Razão Social: Casa da Criança do Morro da Penitenciária

1.2 Data da Fundação: 16 de março de 1988

1.3 Registros:

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: no. 010/2002;

Conselho Municipal de Assistência Social: no. 093/2001;

Conselho Nacional de Assistência Social Processo 28995.001249/94-78;

Certificado de Entidade de Assistência Social – CEAS - Filantropia no. 0081/2004;

Utilidade Pública Municipal conforme Lei 5895 de 31/08/2001;

Utilidade Pública Estadual conforme Lei 12.637 de 09/07/2003;

Utilidade Pública Federal conforme Portaria 1097 do MJ 19/09/2002.

1.5 Área(s) de atuação:

X Educação não-formal - crianças de 06 a 18 anos

1.6 Endereço completo:

Rua Álvaro Ramos nº. 320 – Servidão Casa da Criança, Bairro Trindade.

Cidade: Florianópolis Estado: CEP: 88036-032

Telefone: (48) – 3333-0257 E-mail: casadacriancamp@brturbo.com.br.

1.7 Presidente:

Frei Itamar José Angonese

1.8 Vice - presidente

Gilson Rogério Morais

2. Breve Histórico

A Casa da Criança do Morro da Penitenciária é fruto de uma organização popular que teve início no ano de 1983. A comunidade do Morro da Penitenciária é composta, na sua totalidade, por famílias migrantes provenientes principalmente da região do Planalto Serrano e Oeste Catarinense. Grande parte destas famílias viviam no campo tendo a agricultura como fonte de subsistência e se deslocaram para a capital do Estado em busca de melhores condições de vida. Aqui chegando, foram se instalando nas encostas dos morros construindo pequenos barracos, sem infra-estrutura, o que formou um ambiente de favela. Nessa comunidade, fatores como educação, moradia, emprego e saneamento básico são precários. Com pouca qualificação profissional, os migrantes tornaram-se desempregados ou subempregados. A Casa da Criança surgiu a partir da necessidade dos moradores da comunidade terem um local apropriado para deixar seus filhos enquanto trabalhavam.

Foi fundada em 1988, pela Paróquia da Trindade, na pessoa do Padre Luís Witiuk, juntamente com a comunidade, tendo como finalidade ações de intervenção na realidade de processos de exclusão social, cultural e econômica a que são submetidas as crianças e adolescentes do Morro da Penitenciária e suas respectivas famílias. Esta entidade é uma Organização Não Governamental - ONG, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, localizada na Rua Álvaro Ramos, 320, Servidão Casa da Criança, Trindade, Florianópolis, Santa Catarina – SC. Atualmente, o responsável é o Frei Itamar José Angonese, presidente, juntamente com o vice-presidente Sr. Gilson Rogério Moraes. A administração é realizada pela diretoria executiva voluntária que é comprometida com valores éticos e responsabilidade social.

Os programas e projetos desenvolvidos pela Casa da Criança são direcionados à proteção social considerando as características da comunidade: como o tráfico (ganguês, tiroteios), prostituição infantil, marginalização infanto-juvenil, exclusão escolar e social pela deficiência de conhecimentos (tidos como pré-requisitos para a ascensão escolar), e escassez de alternativas de usufruir bens sociais, o que faz com que crianças e adolescentes cresçam em meio a situações de tensões sociais, violência e marginalidade, incertezas e sem perspectivas de qualidade de vida. Da população atendida pode-se citar alguns dados para exemplificar esta realidade como a renda familiar, por salário mínimo: 23% das famílias estão na faixa de zero a um salário, 31% recebem 2 salários, 28% ganham 3 salários e 17% acima de três salários; quanto a escolaridade: 60% dos familiares estudaram até 4ª série; 31% possuem o ensino fundamental; 7% concluíram o ensino médio; a distribuição no mercado de trabalho fica em: 25% doméstica, 14% diarista, 22% construção civil, 8,6% do lar, 6,6% Serviços Gerais, 23,8 outros; na composição familiar, por número de filhos: 40% das famílias têm de um a dois filhos, 38% possuem de três a quatro filhos, 16% de cinco a seis filhos, 4,7% tem mais de seis filhos; quanto ao núcleo familiar fica distribuído: 40% vivem com os pais, 39% somente com a mãe, 12% vivem com a mãe e o padrasto, 3,7% vivem com avó ou avô, 1,69 vivem somente com o pai, 2,6 outros (Cadastro 2006).

A Casa da Criança surge para assegurar às crianças e adolescentes do Morro da Penitenciária uma melhor qualidade de vida e proteção no seu desenvolvimento integral. Através de atividades desenvolvidas nos Programas de Arte Educação, Programa de Esporte e Lazer, Programa de Inclusão Digital, Programa de Prevenção e Saúde, atendimento do Serviço Social e alimentação.

Atende atualmente 167 crianças e adolescentes de 06 a 18 anos, em período alternado ao da escola regular, na busca do enriquecimento das potencialidades individuais e coletivas, com vista aos ganhos de aprendizado escolar, social, cultural na melhoria da formação e para o exercício da cidadania.

2.3 Recursos Humanos

2.1 Instituições/setores sociais envolvidos com a instituição:

Setores da Comunidade

A comunidade participa das ações através da diretoria da Associação dos Moradores do Morro da Penitenciária fazendo parte do conselho fiscal da Casa da Criança.

Tem como prioridade a contratação de funcionários moradores da própria comunidade. Atualmente conta com quatro trabalhadores da comunidade: monitor de educação física (egresso da Casa da Criança), auxiliar administrativo, cozinheira e auxiliar de cozinha (egressa da Casa da Criança).

A integração com a comunidade do Morro da Penitenciária também acontece através de freqüentes eventos e momentos festivos.

Família

A Casa da Criança desenvolve um trabalho sistemático com as famílias, através de reuniões de pais, atendimento às famílias, ações de integração com realização de freqüentes eventos e momentos festivos na instituição: Tarde de Lazer (participação de mais de 200 pessoas), Festa das Mães (participação de 80 famílias), Festa do Natal (comemorado também o encerramento do ano letivo e distribuindo cestas básicas e de Natal). Nestes eventos temos a integração entre instituição e família. Acontece apresentação de dança, capoeira, canto, percussão, recreação e jogos de futebol com a participação dos pais.

Escola Formal

A Casa da Criança tem articulação com a escola local, Escola de Educação Básica Hilda Theodoro Vieira, na qual 98% das Crianças e Adolescentes que freqüentam a instituição estudam. Realiza reuniões com a escola, troca de informações e mantém intensa comunicação para melhor desenvolver as ações já que se trabalha na área sócio educativa.

2.2 Numero de atendidos atualmente pela instituição:

Faixa Etária	Total
6 a 10 anos	61
11 a 14 anos	76
15 a 18 anos	30
Total	167

2.3 Recursos Humanos

Função	Escolaridade	Qualificações	Natureza do Vínculo	No.
Vice-presidente	Superior	Administrador	Voluntário	1
Coordenadora Geral	Superior	Letras	Voluntária	1
Coordenadora Pedagógica	Superior	Pedagoga	Funcionária	1
Assistente Social	Superior	Assistente Social	Funcionária	1
Estagiária Social Assistente Social	Superior Incompleto	Estudante Serviço Social	Estagiária	1
Educadoras	Superior Completo	Educadora Social	Cedidas pela Prefeitura	4
Educadora	Superior Incompleto	Educadora Social	Cedida pela Prefeitura	1
Educador Educação Física	Superior Incompleto	Educação Física	Funcionário	1
Educador Canto	Superior Incompleto	Música	Estagiário	1
Educadora Contadora de história	Superior	Letras	Voluntária	1
Educadora - Leitura	Superior	Pedagogia	Voluntária	1
Educadora - Artes Argila	Superior	Pedagogia	Voluntária	1
Educadora Dança	Superior	Educação Física	Voluntária	1
Dentista	Superior	Odontologia	Voluntária	1
Dentista	Superior Incompleto	Odontologia	Estagiários	3
Tesoureiro	Superior	Letras	Voluntário	1
Auxiliar Administrativo	Ensino Médio	Auxiliar Administrativo	Funcionário	1

Serviços Gerais	Ensino Fundamental	Serviços Gerais	Funcionários	2
Serviços Gerais	Ensino Médio	Serviços Gerais	Funcionária	1
Cozinheira	Ensino Médio	Cozinheira	Funcionária	1
Total				26

2.4 Instituições Parceiras

Nome da Organização	A Organização é Governamental, não governamental, ou Empresarial?	Contribuição da Parceira (financeira, recursos físicos, tecnológicos ou de outra natureza?)
Prefeitura Municipal de Florianópolis	Governamental	Contribui com quatro educadores e parte da alimentação; <input checked="" type="checkbox"/>
UFSC – através do curso de Serviço Social	Governamental	Trabalho de pesquisa junto às famílias dos participantes; <input checked="" type="checkbox"/>
Receita Federal	Governamental	Doações em mercadorias apreendidas para realização de bazar; <input checked="" type="checkbox"/>
Eletrosul Centrais Elétricas	Governamental	Curso de inclusão digital;
Besc Clube – Banco do Estado de Santa Catarina	Governamental	Doação em dinheiro;
Polícia Militar	Governamental	Segurança nas festas e eventos;
Banco do Brasil	Governamental	Doações em roupas;
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina	Governamental	Estagiários, projetos de pesquisa
Alfândega do Aeroporto Int. Hercílio Luz	Governamental	Doações de produtos apreendidos para bazar;
Construção civil Argafácil, Magno Martins, Casa do Pintor, Cequipel Ind. Com. Móveis Ltda, Toniolo Pré-Moldados, Zeta Const. Mont. Ind. Ltda	Empresarial	Facilitam as melhorias e a ampliação do espaço físico;

Faculdades Única	Empresarial	Cursos de inclusão digital;
Centro Integrado de Cultura		Cursos de teatro, cerâmica e dança;
Help Emergências Médicas	Empresarial	Assistência médica emergencial;
Academia Racer	Empresarial	Vagas para prática de natação e musculação;
Editora Lunardelli	Empresarial	Doações de material escolar e de escritório;
UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina	Comunitária	Estagiários projetos de pesquisa;
Alto QI Tecnologia em Informática	Empresarial	Doações de roupas e recursos financeiros;
Center Bingo	Empresarial	Assessoria técnica e material para realização de bingo;
Colégio Santa Catarina	Empresarial	Bolsa de estudos e estagiários para recreação;
Padaria Michel	Empresarial	Doações e permuta de pães;
Paróquia da Trindade	Não governamental	Fornecer o transporte às crianças e adolescentes;
Missionszentrale der Franziskaner, da Alemanha.	Não governamental	Doação em recursos financeiros para construção do novo prédio;
Fundação Vida	Não governamental	Doações em alimentos;
Caixa Econômica Federal	Governamental	Doações em alimentos;
Supermercado Angeloni	Empresarial	Doações em alimentos;
Instituto Guga Küerten	Não governamental	Oferece prática de Tênis a 60 crianças e adolescentes;
Fundação Franklin Cascaes	Governamental	Professor de Capoeira.
Colégio Coração de Jesus		Bolsa de estudos e estagiários para recreação;
Fundação Municipal de Esportes	Governamental	Assessoria técnica em eventos;
IEL - Instituto Evaldo Lodi	Não governamental	Doações de roupas e recursos financeiros;
Instituto Voluntários em Ação	Não governamental	Fornecer voluntários para as oficinas e curso de capacitação;
OAB Cidadã	Não governamental	Assessoria jurídica;
SESC Mesa Brasil Serviço Social do Comércio	Empresarial	Doações de alimentos;
SINDCOMB – Sindicato dos Combustíveis	Não governamental	Doação em recursos financeiros;

SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	Não governamental	Material pedagógico;
Associação dos Lojistas do Shopping Beiramar	Não governamental	Doação de alimentos e recursos financeiros;
CIEE - Centro Integração de Empresa Escola	Não governamental	Cursos de primeiro emprego.
Senac Social	Não governamental	Curso Profissionalizante
Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho Instituto Nestor de Paula	Não governamental	Projeto Portal Social
Projeto Pintar um Futuro (Holanda)	Não governamental	Doações

3 Análise do Ambiente – Interno e externo

3.1 Pontos Fortes:

Trabalho Integral: A Instituição realiza a proteção social na medida em que atende a crianças e adolescentes, em período alternado à escola regular, as ações incluem alimentação, arte, lazer, atenção médica e odontológica, serviço social e apoio pedagógico. É cobrada a permanência das crianças e adolescentes no ano corrente da escola e melhoria quanto ao índice de rendimento.

Trabalho de Prevenção: Um dos pontos fortes é a atuação no âmbito da prevenção à evasão escolar, tráfico de drogas, prostituição infantil, marginalização infanto-juvenil, pois a comunidade Morro da Penitenciária está inserida em área de alto risco social. É um dos trabalhos de grande importância que a Casa da Criança desenvolve. Esse trabalho de prevenção é feito em especial com os adolescentes. São realizados encontros, palestras, debates, etc...

Proteção Social: Devido ao alto índice de desigualdade social do local, a instituição se preocupa em exercer importante papel na proteção das crianças, buscando garantir, na medida do possível, os direitos de cada criança, tirando-as da rua, onde é maior a exposição a tais desigualdades sociais. As crianças têm um lugar onde podem se sentir acolhidas.

Acesso à cidadania: São realizados alguns trabalhos em cima do conceito de cidadania, para que as crianças em seu aprendizado possam ter consciência dos seus direitos e deveres como cidadãos, para que sejam participativos e possam efetivamente tecer crítica e fazer verdadeiras escolhas. Para buscarem atitudes positivas visando a construção de futuro promissor com autonomia aprendendo a

Articulação política e social: Os projetos da Casa da Criança sempre mantêm uma articulação com o projeto em Redes, tem assento no CMAS e CMDCA, participação em Fóruns, parceria com Instituições e Empresas Privadas, pois somente assim se fortalecem e se profissionalizam. Neste sentido, o projeto ampliou a oferta de oficinas de artes e esporte, momentos de reflexão para o desenvolvimento da vida diária, fazendo-se um espaço propício para o despertar de um futuro promissor para crianças e adolescentes.

Quanto às questões específicas de acesso às políticas básicas podem ser citadas a estruturação de consultório odontológico na sede do projeto, a parceria com a Help, bem como, o atendimento do Serviço Social nas atividades de auxílio ao acesso a serviços sociais (previdência, saúde, assistência) e o trabalho de educação popular em saúde.

O projeto se desenvolve voltado aos princípios da sustentabilidade na medida em que busca articulações em redes mantendo firmes parcerias no primeiro, segundo e terceiro setor com o objetivo do autofinanciamento e profissionalização dos serviços realizados. As estratégias metodológicas e o planejamento adotado para a sustentabilidade do projeto passam pelo: levantamento de demandas, busca de canais de relacionamentos, identificação de potenciais parceiros, efetivação de propostas de parcerias.

3.2 Pontos a desenvolver:

Estrutura física: Um fator que é prejudicial e afeta a instituição como um todo é a falta de espaço físico. São diversas oficinas e projetos que precisam de espaço para serem implementados. A coordenação também precisa estar mais bem localizada para poder manter melhor comunicação com todos os seus participantes. Hoje a instituição obteve um grande progresso neste ponto, pois tem um prédio sendo concluído para o fortalecimento da instituição. A expansão do espaço físico vem sendo melhorada a cada dia com salas para oficinas, quadra de esportes, melhoramentos estes obtidos por meio de parceria com entidades.

Participação dos pais: Na busca de integração da comunidade com a instituição, promove-se festas em datas comemorativas com atividades que agradem a todos, para que se mantenha um vínculo com os responsáveis pelas crianças e adolescentes que usufruem do projeto; a comunidade não costuma faltar a esses eventos, pode-se citar como exemplo a Festa das Mães, com participação de 80 famílias, a Tarde de Lazer que envolve toda a comunidade com participação de cerca de 200 pessoas, Festa do Natal com a presença dos pais e familiares, comemora-se também o encerramento do ano letivo, faz-se a distribuição de cestas básicas e de natal aos pais e/ou responsáveis das crianças e adolescentes. Porém, quando se trata de encontros pedagógicos é difícil a participação dos responsáveis, é, pois, necessário desenvolver essa consciência nos responsáveis

tomar decisões e exercer seus direitos, capacitando-os para a construção de sua identidade interagindo socialmente com o meio onde vivem sempre com a convicção de que são pessoas merecedoras de felicidade.

As atividades desenvolvidas pela Casa da Criança voltadas à promoção da cidadania foram contempladas com vários prêmios como: Troféu homenagem da ABEFUD - Associação Empresarial da Região Metropolitana de Florianópolis - por serviços prestados à Sociedade; Medalha Dias Velho homenagem por realizar bons serviços na área de educação, política e de assistência social à comunidade do município de Florianópolis; Medalha Professora Antonieta de Barros por prestar relevantes serviços nas áreas culturais, política, desportiva e social. O troféu foi recebido em 2001 e as duas medalhas em 2004. Em 2005, recebeu o Prêmio do IVA, Voluntária do Ano 2005, por serviços prestados.

Perspectiva de vida Profissional: além de se trabalhar o acesso à cidadania incentiva-se muito com o futuro das crianças ao saírem da instituição. Existe uma preocupação com o que eles desejam para o futuro, para suas vidas. Mostrando a realidade em que vivem e que cada um segue o caminho que deseja, trabalhando sempre para construir uma vida profissional, mostrando a relação existente entre o estudo e uma vida profissional decente, estimulando as crianças a não deixarem de estudar.

Inclusão Social: Trabalha no enfrentamento à precariedade social e econômica da comunidade, o público alvo do Projeto, é composta por cidadãos desprotegidos que usufruem precariamente dos serviços das políticas básicas, com perdas nas relações e vínculos sócios familiares, tendo reduzida possibilidade social, cultural e econômica das crianças e adolescentes. É realizado um trabalho pelo qual a comunidade aprende a buscar pelas suas necessidades básicas através de políticas sociais, e reconhece que pode obter alguns recursos por direito. Ações estas que redundam em um trabalho de inclusão social.

Pedagogia: As crianças e adolescentes que freqüentam a instituição estudam em escolas da região e têm a possibilidade de obter um reforço pedagógico escolar no período alternado ao escolar, o qual busca trabalhar em parceria com as escolas. A Casa da Criança conta com o apoio de pessoas qualificadas no ramo da pedagogia para agir com seriedade acompanhando o desenvolvimento de cada criança como estudante, trabalhando para a melhoria do rendimento de cada um, focando que a implementação do conhecimento é direito de todos como teoria, aliada à prática.

Acolhida da Diversidade: Busca tratar seus usuários sem preconceitos, entendendo que, como seres humanos, somos todos iguais. A instituição foca no desenvolvimento de ações objetivas na oferta de educação, na garantia no acesso e apropriação dos saberes, levando em consideração a diversidade dos participantes no processo socioeducativo.

mostrando que, o que existe de mais importante na construção da identidade de uma criança é sua educação e que ela deve ser acompanhada com maturidade.

Planejamento organizacional para todos os setores: Na Casa da Criança existem muitas atividades a serem desenvolvidas no seu dia-a-dia. Para uma boa organização esse ponto deve ser desenvolvido de forma em que cada participante contribua dentro daquilo para que foi profissionalmente preparado para contribuir.

Retorno da avaliação do ensino regular: Dentro do projeto existe um acompanhamento rígido feito com tudo aquilo que a criança tem aprendido em sala de aula na sua escola, porém, ainda não se consegue manter uma comunicação entre escola e instituição. Se esse acompanhamento for feito coletivamente, o aluno vai obter um melhor resultado, portanto deve se achar uma forma de comunicação entre professora da escola e da instituição, pela qual cada uma reconheça qual é seu espaço e papel na educação da criança sem invadir o espaço da outra.

Comunicação interna: Com a estrutura que a instituição tem hoje, ainda é visível falha na comunicação entre participantes da instituição. Esse ponto é considerado um dos principais a desenvolver para que a Instituição tenha um melhor trabalho.

Recursos financeiros: ponto fundamental a ser desenvolvido em qualquer instituição é a captação de recursos financeiros. Apesar da Casa da Criança manter diversas parcerias, existe ainda uma escassez de recursos financeiros para ampliar e fazer melhorias na estrutura física, bem como, na aquisição de equipamentos, material didático-pedagógico e para capacitar, recrutar e manutenção dos profissionais.

diagr.

4 Missão:

Intervir na realidade social, buscando a inclusão e conscientização dos direitos básicos das crianças e adolescentes residentes na área de atuação da entidade, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e democrática.

5 Visão:

Busca e geração do protagonismo infanto-juvenil com vistas ao exercício da cidadania e excelência na prestação dos serviços.

6 Valores:

Desenvolvimento humano como meio de formação e melhoria contínua;
Cidadania, exercício de direitos possibilitando a inclusão social;
Ética, respeito às crianças/ jovens/ colaboradores, humanização das relações;
transparência organizacional;

Democracia, entendida como dignidade, justiça, respeito à diversidade,
solidariedade e diálogo no cotidiano.

7 Plano de Ação

Metas Administrativas	Ações	Quando
Promover arrecadação mensal (por meio da conta da luz – meta de R\$ 5.000) junto à rede de relacionamento da equipe de trabalho da instituição	- Reunião com colaboradores voluntários, contratados, professores cedidos pela prefeitura, voluntários - Explicar o preenchimento do formulário e orientações gerais; Projeto em parceria com a faculdade Estácio de Sá.	Curto prazo ¹ Não realizado
Ampliação do espaço físico construído para 6 salas para oficinas	- contato/engenheiros - elaboração de projeto - busca de parcerias - captação de recursos - projetos financiadores	Longo prazo ²
Realizar a urbanização da área da Casa da Criança	- novo contato/engenheiros e arquitetos - elaboração de projetos arquitetônico projeto financiadores	Médio prazo ³
Organizar a coleta seletiva de lixo da Casa da Criança,	Selecionar lixo por categorias, plástico, papel, etc; Sistematizar a coleta; Organizar a venda da coleta.	Médio prazo

Metas – novas atividades pedagógicas	Ações	Quando
Realizar Oficinas	- Adquirir 10 computadores –	Médio prazo

¹ Curto prazo refere-se alcançar a meta em 6 (seis) meses.

² Longo prazo representa atingir a meta em 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

³ Médio prazo refere-se alcançar a meta em 1 (um) ano.

permanentes de Informática com vistas à inserção digital, capacitação de 100% dos participantes da Casa da Criança e os familiares.	parcerias com Banco do Brasil, SENAC, Eletrosul, CIASC, SENAI. - Parceria com projeto Portal Social e projeto de captação de recursos junto à faculdade Estácio de Sá; - Monitoria – buscar parcerias com UFSC, SENAC, Eletrosul, CIASC, SENAI, ÚNICA;	Esta em andamento
Desenvolver atividades específicas para adolescentes (14-17) com ações direcionadas à capacitação profissional e primeiro emprego.	- Curso de Informática: - Oficina de dança – Afro dança, Rip Rap, Dança de rua – parceria com BalaKopatuki, Fundação Franklin Cascaes - Criar oficinas de orientação profissional – vocacional – projeção, - Intensificar a parceria com CIEE, Promenor, Senac, Fiesc, - Intensificar programa de Bolsa de estudo: Colégio Catarinense, Coração de Jesus, Energia, Barddal, 6 - Passes de ônibus para ir à escola com o programa.	Médio prazo Esta sendo implantado

Metas Serviço Social	Ações	Quando
Definir o espaço físico para o Serviço Social	Espaço físico estratégico para o Serviço Social, Uma sala para atendimento com equipamento	Curto prazo Não realizado ✓
Definir os recursos materiais	- um computador - acesso à internet - prontuário - arquivo	Curto prazo Parcialmente ✓
Sistematização dos registros do Serviço Social	- organizar prontuário individual, por criança; - organizar os atendimentos já realizados pelo Serviço Social, por prontuário individual; - sistematizar os atendimentos rotineiros; - criar Cadastro Sócio Econômico roteiro semi-estruturado; - criar documento para os encaminhamentos.	Curto prazo Parcialmente ✓
Gestão de projetos	- criar instrumentais para avaliação de desempenho dos projetos; - criar metodologia para avaliação dos projetos com as crianças e adolescentes; - participar do processo avaliativo	Médio prazo Parcial

	dos projetos.	
Trabalho com educadoras	- avaliações de projetos; - reuniões pedagógicas; - organizar capacitação contínua; - facilitar dinâmicas de grupo.	Curto prazo Parcial
Captação de recursos	- articulação em rede de gestão social; - criar banco de dados de financiadores interno, externo, público e privado. - elaboração e apresentação de projetos.	Curto prazo Em andamento
Reuniões bimestrais com os pais	- informações sobre as atividades da instituição; eventos e participações das crianças; - exposição das produções artísticas das crianças e adolescentes; - orientações gerais.	Curto prazo Parcial
Eventos abertos à comunidade	- Organização de agenda de tardes de lazer; - Organização de agenda anual de eventos; - Organização de comissão externa de apoio a eventos.	Curto prazo Parcial

8 Indicadores De Impacto

- 75% dos participantes com rendimento escolar acima da média 7 (sete); (boletim escolar, trimestral);

8.1 Indicadores De Efetividade

- 80% de participação nas atividades propostas (lista de frequência);
- grau de participação nas atividades propostas (ficha de avaliação individual);

9 Programas desenvolvidos anteriormente

Desde a sua fundação foram implantados inúmeros projetos pela Casa da Criança, dentre eles estão: "Brincando Também se Aprende" que oferecia atividades de artes, esporte e lazer às crianças e adolescentes; "Tecendo Cidadania" com realização de palestras para crianças e adolescentes e visitas domiciliares para tratar de diversos temas como, por exemplo: primeiros socorros, uso indevido de drogas; "Cuidando da sua Saúde" desenvolvida por voluntários para prestar atendimento odontológico aos participantes da Casa da Criança; "Filosofia" visando ensinar e discutir os deveres e direitos das crianças e adolescentes e dos idosos; "Ervas medicinais" teve por objetivo despertar o gosto

pela pesquisa e pela terra, conhecer a importância e o papel das ervas enquanto medicamento; "Caldeirão Literário" desenvolveu atividades de leitura, produção e reprodução de histórias, estimulando o contato com os livros e com a escrita.

10 Atuais programas e projetos desenvolvidos

10.1 Programa Arte e Educação

O Programa Arte e Educação têm por objetivo utilizar as diversas expressões artísticas como estratégia de inclusão social e cultural com vistas ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. A utilização da arte no processo educativo possibilita à criança e aos adolescentes recriar e criar a si mesmo e seu mundo ultrapassando os limites e buscando novas formas de viver. Este Programa possui caráter pedagógico interdisciplinar em que as atividades são desenvolvidas de maneira lúdica e dinâmica. O trabalho é realizado por meio de planejamento pedagógico, formatação de temas específicos que se inserem nos projetos, pela equipe de educadores do quadro da Casa da Criança. Algumas atividades contam com a presença de voluntários. Os projetos desenvolvidos atualmente são: Apoio Pedagógico, Artes Visuais, Artesanato, Oficina de Literatura e Canto.

10.2 Programa Esporte e Lazer

O Programa Esporte e Lazer está baseado na utilização do esporte e do lazer como estratégia de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes participantes da Casa da Criança. Nesta perspectiva, o programa visa trabalhar com o esporte não apenas como habilidade física e recreativa, mas como função educacional, incluindo elementos culturais, sociais, comunitários e afetivos. A atividade física está voltada para a inclusão social, atenção integral contribuindo com o desenvolvimento físico e motor, identificando responsabilidade, autoconfiança e integração no trabalho em grupo. Os Projetos realizados atualmente são: Educação Física, Tênis, Dança.

10.3 Programa Inclusão Digital

O Programa de Inclusão Digital visa implantar laboratório de informática, com 10 computadores, com vistas à inserção no processo digital das crianças e adolescentes que participam dos Programas da Casa da Criança, buscando oferecer espaço, equipamento e monitoria para o desenvolvimento de oficinas de Inclusão Digital (alfabetização digital e curso de informática básica e internet). Com a consecução espera-se alcançar a alfabetização digital de 100% dos

participantes, além do despertar de valores e atitudes positivas frente aos desafios que permeiam a sociedade onde estão inseridos. O Projeto está sendo implantado.

10.4 Programa Prevenção e Saúde

O Programa Prevenção e Saúde objetiva oferecer atendimento odontológico e médico emergencial na Casa da Criança. Desenvolve ações voltadas à promoção da saúde, na área de prevenção, por meio de atividades educacionais junto às crianças, adolescentes e familiares, desenvolve, também, atividades de atenção básica odontológica e médica emergencial. Os Projetos que estão sendo realizados são: Atendimento Médico Emergencial e Promoção de Saúde Bucal.

11 Avaliação

A avaliação das atividades da Casa da Criança é realizada continuamente. Este processo parte dos indicadores levantados e conta com participação e interação dos envolvidos. Mensalmente, em reuniões de avaliações, são realizadas análises dos princípios, objetivos e resultados esperados dos projetos. Semestralmente é efetuada a coleta das fichas de observações registradas pelos responsáveis (educadores) quanto ao desenvolvimento, nível reflexivo das crianças e adolescentes. Também é feito um acompanhamento trimestral do desempenho escolar (ficha individual/escola regular).

12 Avaliação da construção do Planejamento Estratégico

A Instituição foi procurada com a proposta de construção de um planejamento estratégico com os alunos do curso de Serviço Social da 5ª fase da Unisul, por orientação da Professora Dra. Regina Panceri que ministra a disciplina de Planejamento e Gestão de Programas Projetos Sócias I e II. Desde o princípio tivemos toda a acolhida e receptividade, de vez que a Instituição é administrada por pessoas voltadas para o desenvolvimento e melhoramento da organização e das pessoas que ali trabalham.

O processo de criação aconteceu com a participação dos gestores e profissionais que trabalham na casa. Alguns encontros tiveram a participação da professora Regina, que sempre esteve disponível para todas as orientações.

Após conhecer a instituição, começamos levantando os pontos fortes a desenvolver. Em seguida foi revisada a missão que não foi alterada; estabeleceram-se de forma participativa a visão e os valores. Os projetos existentes que já acontecem na casa, foram revistos e algumas alterações foram feitas, principalmente no processo de avaliação e criação de indicadores, que foram estruturados em planilhas, deixando a visualização mais clara e objetiva. Durante o processo, também foram sendo planejados os seguintes passos e metas, sempre levando à reflexão se estavam alinhados com a visão. Percebemos

durante todo o semestre que a maneira de pensar e planejar estava mudando, e a reflexão que o planejamento exige vai alterando o ritmo e maneira de pensar de todos que participam ativamente do processo.

12 Propostas Organizacionais

Durante a construção do planejamento alguns pontos ainda não foram definidos, e os relacionamos a seguir para que sejam retomados no início do próximo semestre.

1- Estrutura Física:

- Planejar todas as atividades propostas e uso das salas conforme necessidades a fim de maximizar todos os recursos.
- Planejar um espaço específico para o atendimento do Serviço Social, com sala para atendimento individual, e organização do seu material específico, considerando o sigilo e a ética necessárias.

2- Participação dos pais

- Realizar reuniões com a participação dos mesmos, sendo que os centros de interesses podem ser levantados em dinâmicas pré-agendadas.
- Levantar necessidades de atendimento nas fichas do Serviço Social.

3 -Comunicação Interna

- Para melhorar a comunicação, podem ser adotadas várias práticas:
 - *Quadro em local de fluxo obrigatório, sinalizado em forma de símbolos para marcar novidades e urgências.
 - * Para melhorar o relacionamento interno sugerimos a prática de dinâmicas com consultores externos (conhecimento de temperamento e personalidade), que poderia ser ministrado na semana preparatória que antecede o ano letivo. E nas reuniões mensais, dinâmicas que podem ser ministradas pelo Serviço Social.
 - Avaliações por competências para as crianças, educadores e funcionários da Casa. E avaliações 360° para todos. (Os formulários serão propostos no próximo semestre). O preenchimento dos formulários e as entrevistas podem ser semestrais.

4 - Planejamento organizacional

No próximo semestre vai ser ministrada a disciplina de Gestão de Organizações Sociais I para o mesmo grupo de alunos, sendo que, se a Instituição tiver interesse, os alunos poderão continuar atuando no plano estratégico com vistas à melhoria da gestão.

De qualquer maneira, sugerimos que o planejamento estratégico seja revisado anualmente e os projetos, semestralmente.

O planejamento de tarefas, por setores, também deve ser feito no seguinte semestre com vistas ao melhor aproveitamento do tempo e funções.

Para o início do semestre, organizar o cronograma das atividades da casa contemplando todos os projetos com horários, espaço físico e educador responsável.

Empresa: CASA DA CRIANÇA MORRO DA PENITENCIÁRIA
 CNPJ: 81.617.789/0001-26
 Período: 01/01/2007 - 31/12/2007

Folha: 0057
 Número livro: 0011

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
400	4	RECEITAS	0,00	4.145,61	188.660,10	184.514,49C
401	4.1	RECEITAS CORRENTES	0,00	4.145,61	188.660,10	184.514,49C
402	4.1.1.03	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	4.085,39	187.693,44	183.608,05C
435	4.1.1.03.01	Convênio Assembleia Legislativa/Subvenção	0,00	0,00	1.300,00	1.300,00C
414	4.1.1.03.01	Convênio Celesc - Pessoa Física	0,00	3.755,34	19.359,37	15.604,03C
415	4.1.1.03.01	Convênio PMF/Merenda	0,00	0,00	22.017,60	22.017,60C
416	4.1.1.03.01	Convênio PMF/Salários Professores	0,00	0,00	57.070,52	57.070,52C
409	4.1.1.03.01	Convênio PMF/Subvenção	0,00	0,00	42.732,80	42.732,80C
407	4.1.1.03.01	Doações Diversas - Pessoa Física	0,00	330,05	4.851,10	4.521,05C
403	4.1.1.03.01	Doações Pessoa Jurídica	0,00	0,00	28.657,51	28.657,51C
404	4.1.1.03.01	Doações-Paróquia/Orgãos da Igreja Nacion	0,00	0,00	3.410,00	3.410,00C
436	4.1.1.03.01	Portal Social RBS	0,00	0,00	7.968,54	7.968,54C
406	4.1.1.03.01	Receitas próprias (produtos/serviços)	0,00	0,00	326,00	326,00C
418	4.1.1.04	RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	0,00	0,00	110,97	110,97C
419	4.1.1.04.01	Recuperação despesas	0,00	0,00	110,97	110,97C
421	4.1.2	RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	60,22	855,69	795,47C
422	4.1.2.01	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	60,22	855,69	795,47C
424	4.1.2.01.01	Descontos obtidos	0,00	0,00	96,30	96,30C
423	4.1.2.01.01	Rendimento aplicações financeiras	0,00	60,22	759,39	699,17C

BALANCETE

Código	Classificação	Descrição da conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
400	4	RECEITAS	0,00	8.804,82	228.165,43	219.360,61C
401	4.1	RECEITAS CORRENTES	0,00	8.804,82	228.165,43	219.360,61C
402	4.1.1.03	RECEITAS OPERACIONAIS	0,00	8.562,64	227.776,64	219.214,00C
403	4.1.1.03.01	BESC CLUB	0,00	0,00	9.000,00	9.000,00C
404	4.1.1.03.01	C & A	0,00	0,00	6.947,00	6.947,00C
407	4.1.1.03.01	Convênio 129/PMF/FMDCA/2008	0,00	62,64	30.345,00	30.282,36C
414	4.1.1.03.01	Convênio Celesc - Pessoa Física	0,00	0,00	23.094,50	23.094,50C
415	4.1.1.03.01	Convênio PMF/Merenda	0,00	0,00	19.166,40	19.166,40C
416	4.1.1.03.01	Convênio PMF/Salários Professores	0,00	0,00	62.622,35	62.622,35C
406	4.1.1.03.01	Convênio PMF/Subvenção	0,00	0,00	48.451,20	48.451,20C
407	4.1.1.03.01	Doações Diversas - Pessoa Física	0,00	0,00	3.608,00	3.608,00C
402	4.1.1.03.01	Doações Pessoa Jurídica	0,00	8.500,00	17.607,01	9.107,01C
404	4.1.1.03.01	Doações-Parróquia/Orgãos da Igreja Nacion	0,00	0,00	410,00	410,00C
405	4.1.1.03.01	Eventos Diversos	0,00	0,00	1.825,14	1.825,14C
406	4.1.1.03.01	Portal Social RBS	0,00	0,00	4.700,04	4.700,04C
401	4.1.2	RECEITAS PATRIMONIAIS	0,00	242,18	388,79	146,61C
402	4.1.2.01	RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	242,18	388,79	146,61C
403	4.1.2.01.01	Rendimento aplicações financeiras	0,00	242,18	388,79	146,61C